

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Campus de Rio Claro

Solange Terezinha de Lima Guimarães

PAISAGENS: APRENDIZADOS MEDIANTE AS EXPERIÊNCIAS.
UM ENSAIO SOBRE INTERPRETAÇÃO E VALORAÇÃO DA PAISAGEM

Tese apresentada ao Departamento de Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Rio Claro, para obtenção do título de Livre-Docente.

Rio Claro (SP)
2007/5768



Paisagens: aprendizados mediante as experiências. Um ensaio sobre interpretação e valoração da paisagem, Rio Claro, SP, Brasil – está licenciada sob [Licença Creative Commons](#)

551.4+
G963p Guimarães, Solange Terezinha de Lima
Paisagens: aprendizados mediante as experiências. Um ensaio sobre interpretação e valoração da paisagem / Solange Terezinha de Lima Guimarães. - Rio Claro: [s.n.], 2007
167 f. : il., figs., fots.
Tese (livre docência) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas

1. Geografia física – Aspectos ambientais. 2. Trilha interpretativa. 3. Experiência ambiental. I. Título

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Bueno Conti
Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas,
São Paulo (SP), Brasil

Prof. Dr. Valdir Schalch
Universidade de São Paulo – Escola de Engenharia de São Carlos
São Carlos (SP), Brasil

Prof. Dr. Archimedes Perez
Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Geociências
Campinas (SP), Brasil

Prof. Dr. Antonio Carlos Tavares
Universidade Estadual Paulista – Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Rio Claro (SP), Brasil

Prof. Dr. Nivar Gobbi
Universidade Estadual Paulista – Instituto de Biociências
Rio Claro (SP), Brasil



À Prof. Dra. Maria Esmeralda Payão Demattê;

Ao Prof. Dr. Antenor Pasqual;

Ao Prof. Dr. Felisberto Cavalheiro, *in
memorian.*

Dedico

*Outono, Nissan, 5767
Março, 2007*

AGRADECIMENTOS

A D-us, pela sua LUZ.

À Iahel Manon, minha filha, porque ilumina meu coração.

A Hamilton Cesar Guimarães, porque amorosamente compartilha trechos de minha jornada de vida...

In memoriam dos meus queridos familiares:

Minha mãe, Hermida, pela fé, perseverança e coragem diante da vida. Por ensinar a minha primeira e mais essencial lição de música: *“Não pare, continue tocando!”*, que valeu para todas as outras lições de vida.

Meu avô paterno, Oscar, pelas longas caminhadas com a Serelepe: minhas primeiras trilhas interpretativas e vivências na Natureza...

Minha avó materna, Gertrudes, pelas lições de sensibilização e percepção da Natureza durante minha infância através de seus canteiros de ervas e flores entremeados de histórias... Gestos de *“tikum olam”*.

A Samuel, meu filho-anjo, uma estrela na imensidão azul.

À amiga do coração, Regina Celi Ara, pelas conversas e reflexões a respeito das experiências dos seres humanos e seus mundos, e, sobretudo, pela paciência carinhosa na leitura dos originais, estímulo contínuo e telefonemas encorajadores.

Àqueles que mudaram o curso de meus rumos profissionais:

Ao Prof. Dr. Antenor Pasqual, o “Velho Professor”, e a Profa. Dra. Maria Esmeralda Payão Demattê, pela amizade que perdura, pelo amor que têm à Natureza e porque são sensíveis aos pequenos sinais...

Ao Prof. Dr. Regis de Moraes, porque me conduziu na busca de outras possibilidades e conciliações.

Aos amigos das trilhas de ideais e sonhos:

Carlos Eduardo Matheus, Vera Szejnhaus, Rute Rotsztajn Kaczinski, Licurgo Nakasu, Sérgio Hornink, Davi Gutierrez Antonio, Berenice Gehlen Adams, Sandra Barbosa, Zysman Neiman, Anamaria Stranz, Maria de Jesus Robim, José Matarezi, Flávio Zen Mello, Gilberto de Souza Pinheiro, João Bosco Monteiro, Mirian C. Lourenção Simonetti, André Luiz Pinto, America Jacintha de Moraes, Samuel de Moraes, Selma Cury Agnelli, Andréia A. Marin, Jonas Bach, pelos aprendizados e emoções nas trocas de conhecimentos e experiências sobre os nossos trabalhos na área ambiental.

Aos amigos e colegas de trilhas acadêmicas:

Antonio Carlos Tavares, Maria Juraci Zani dos Santos, Antonio Sérgio Bueno, Bernadete A. C. de Castro Oliveira, Nivar Gobbi, Alexandre Gusmão Pedrini, Odaléia Telles M. M. Queiroz, Frederico F. Mauad, Geraldo Müller, Gilberto Donizetti Henrique, Gisele M. Schwartz, Maria Cristina A. S. Siqueira: pelo incentivo e apoio, compreensão e por acreditarem em meu trabalho ao longo do tempo.

As bibliotecárias: Maria Aparecida Pardini e Vera Gracia Lorenzon Ferreira, pela atenção e amizade, e por todas as orientações durante a revisão das referências.

Aos meus orientandos e ex-orientandos, porque me ensinaram outros olhares sobre a paisagem...

A Karmel, uma espécie de meu anjo na Terra, um abraço “*fraternura*” com as melhores energias, por estar sempre ao meu lado expressando solicitudes... E a Mikael, pelo alento e força nas horas em que fui tentada a desistir...

Kon karynios,

Setembro, 2007.
Tish'rê, 5768.

Algumas vezes nossa luz some, mas é novamente transformada em chama por outro ser humano. Cada um de nós deve o mais profundo agradecimento àqueles que recobram essa luz.

Albert Schweitzer



Cada um dá ao outro a hospitalidade essencial, no melhor de si; cada um reconhece o outro e dele recebe esse mesmo reconhecimento, sem o qual a existência humana é impossível. Porque o homem, reduzido a si próprio, é muito menos que ele mesmo; enquanto que, na luz do acolhimento, se lhe oferece a possibilidade de uma expansão ilimitada.

Georges Gusdorf, **A Fala**, p.58.

RESUMO

Este estudo de interpretação e valoração de paisagens é uma contribuição na área da Geografia para as pesquisas teóricas e aplicadas sobre educação ecológica, tendo a paisagem como ambiente de aprendizagem direcionada e incidental, através de experiências ambientais imediatas, tais como trilhas interpretativas e vivências na Natureza. Estas atividades visam uma estimulação pluri-sensorial, de busca do equilíbrio ecológico e emocional através do estabelecimento de laços afetivos com o meio ambiente, envolvendo o significado do *reconectar-se* com a Terra. Visa ainda contribuir para processos de sensibilização e conscientização ambiental a partir da visão ecológica, induzindo a mudanças atitudinais no sentido do desenvolvimento de condutas pró-ambientais mais conscienciosas, bem como subsidiar programas e projetos vinculados às políticas públicas direcionadas à conservação e valoração da paisagem natural e cultural.

Palavras-chave: Paisagem. Interpretação Ambiental. Valoração de Paisagem. Trilha Interpretativa. Experiência Ambiental.

ABSTRACT

This study of landscapes interpretation and valuation is a contribution to the area of Geography for theoretical and applied research about environmental education. It has landscape as an environment of directioned and incidental learning, through the immediately environmental experiences as interpretative trail and significative life experience in the Nature. Those activities aim a pluri-sensorial stimulation, the achievement of emotional and ecological balance through the establishment of affectionship relations with environment, involving the meaning of reconnecting to the Earth. It also aims a contribution for sensibilization and environmental conscientization process from the ecologic view, persuading attitude changes to develop a more conscientiously pro-environmental behavior and to subsidize programs and projects linked to public politics directioned to conservation and valuation of the natural and cultural landscape.

Key words: Landscape. Environmental Interpretation. Landscape Valuation. Interpretative Trail. Environmental Experience.

SUMÁRIO

RESUMO.....	1
ABSTRACT.....	2
LISTA DE FIGURAS.....	4
INTRODUÇÃO: TRILHAS NA PAISAGEM	6
A ESCOLHA DO TEMA: PAISAGEM, EXPERIÊNCIA, APRENDIZADOS... ..	6
SOBRE TRANSIÇÕES E MUDANÇAS NO SÉCULO XXI	14
1. PAISAGENS: VALORES.....	21
1.1 CONVERSANDO SOBRE VALORES E PAISAGENS... ..	21
1.2 ALGUMAS REFLEXÕES: PAISAGENS E VALORES... ..	34
2. PAISAGENS: INTERPRETAÇÕES	53
2.1 HISTÓRIAS QUE INFLUENCIARAM E TRANSFORMARAM NOSSA PERCEPÇÃO E INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL... ..	53
2.2 ALGUMAS REFLEXÕES CONCEITUAIS SOBRE O SENTIDO DA PERCEPÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE PAISAGENS	72
2.3 INTERPRETANDO EXPERIÊNCIAS E VIVÊNCIAS AMBIENTAIS	88
2.4 NA BUSCA DOS “CANTOS-RASTROS” DA PAISAGEM... ..	102
3. PAISAGENS: APRENDIZADOS MEDIANTE AS EXPERIÊNCIAS	108
3.1 TRILHAS INTERPRETATIVAS E VIVÊNCIAS NA NATUREZA: SENSIBILIZAR, EDUCAR, REINTEGRAR.....	108
3.2 VISLUMBRANDO NOVOS PERCURSOS.....	135
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	142

LISTA DE FIGURAS

Figura		Pág.
1	Trecho de uma trilha interpretativa do <i>Program do Ministry of Natural Resources, Trail Enhancement and Interpretative Project, Program Ontário Heritage Foundation, Canadá</i>	5
2	Bosque em Toronto, Canadá.	20
3	Margens do Nilo, Cairo, Egito.	33
4	Toronto, Canadá.	52
5	Aspectos relacionados aos diferentes ângulos paisagísticos durante o percurso de uma trilha interpretativa do <i>Program do Ministry of Natural Resources, Trail Enhancement and Interpretative Project, Program Ontário Heritage Foundation, Canadá</i>	126
6	Visita a área de proteção ambiental, em unidade do Instituto Florestal de São Paulo, Itirapina (SP).	128
7	Exemplo de <i>lay-out</i> de uma trilha interpretativa para centros de interpretação da Natureza.	130
8	<i>Harod Spring National Park, Beit Shean</i> , Israel.	140
9	Arredores de Ontário, Canadá.	141

INTRODUÇÃO: TRILHAS NA PAISAGEM



Fig. 1: *“Um trilha interpretativa é sempre puro encantamento: uma lição de sabedoria, se assim explorada, onde ao mesmo tempo em que descobrimos e reconhecemos novos aspectos ou as minúcias dos detalhes concernentes à paisagem externa, nos encontramos ainda, perplexos diante das revelações relacionadas às nossas paisagens internas...”* (LIMA, 1998: 40).

Trecho de uma trilha interpretativa do *Program do Ministry of Natural Resources, Trail Enhancement and Interpretative Project, Program* *Ontário Heritage Foundation, Canadá.*
Foto: Solange T. de Lima Guimarães, outubro/1998.

INTRODUÇÃO: TRILHAS NA PAISAGEM

A escolha do tema: paisagem, experiência, aprendizados...

A primeira visão que um geógrafo tem de uma paisagem é a mesma de todos os homens: uma impressão global com seu cortejo de sentimentos e emoções, de elementos subjetivos, se preferirem. Como todo mundo, ele é sensível às formas e cores, aos perfumes e sons. O que lhe é peculiar é uma maior aptidão a dissociar os elementos do quadro, a fixar a significação de cada um de seus traços evocando analogias longínquas, a descobrir o mecanismo de sua ligação, a torná-lo inteligível.
– Max Sorre, 1933

No início, duas palavras nortearam o desenvolvimento deste estudo – *paisagem* e *experiência*; posteriormente, mais uma foi introduzida, em razão da conjunção de nossas reflexões e práticas – *aprendizados*. Assim, deu-se a elaboração da hipótese – “*A paisagem é um ambiente de ensino-aprendizagem direcionada e incidental através da experiência, propiciando estímulos cognitivos e afetivos que podem ‘reconectar’ o ser humano a si próprio e ao seu entorno, cooperando para a conservação ambiental?*”

Seguindo essas trilhas, tomamos como ponto de partida a síntese de nossas experiências e de nossos aprendizados no campo da Geografia, configurando-se

este ensaio como uma continuidade de nossos trabalhos na área de interpretação e valoração da paisagem, considerada a sua natureza complexa e interdisciplinar, pois compreendemos as questões relacionadas à proteção ambiental, tanto na dimensão da conservação ou da preservação, quanto como problemas e conflitos humano-ambientais.

A experiência profissional de aproximadamente vinte e dois anos de trabalhos abrangendo o ensino, a pesquisa e a extensão, lastreou uma reflexão concernente aos estudos teóricos e aplicados sobre percepção, interpretação e valoração de paisagens, tendo em vista as atuais preocupações relativas à fundamentação teórica e epistemológica nesta área. Acrescentam-se ainda as influências das transformações e as mudanças de paradigmas filosóficos e científicos nesta primeira década do século XXI, gerando processos de transições nem sempre consensuais, devido a resistências de diferentes origens – ideológicas, espirituais, filosóficas, religiosas. Diante da magnitude, extensão e intensidade dessas mudanças em nossos sistemas axiológicos, relacionadas a múltiplas causas e efeitos, temos, assim, contextos ambientais efetivos e potenciais relativos à qualidade ambiental e de vida das populações, dependentes ou não do nosso *desejo* e *querer*.

A justificativa para nossas escolhas profissionais, portanto, encontra-se relacionada à relevância e contribuição dos estudos geográficos na área interdisciplinar da interpretação e valoração ambiental, mais especificamente de paisagens, tendo como meta a construção e a transformação de valores e atitudes na direção de *condutas pró-ambientais*, mediante a compreensão das inter-relações ser humano/meio ambiente.

Em termos de seus objetivos, este trabalho vem contribuir para subsidiar programas e projetos conservacionistas no âmbito da gestão ambiental, em especial dos recursos naturais e paisagísticos, no que tange à educação ecológica. Também visamos a uma contribuição no sentido de subsidiar programas de uso público de unidades de conservação e de outras áreas concernentes a paisagens protegidas e recursos ambientais, no tocante à implantação de programas de sensibilização e conscientização, através de atividades que envolvam a interpretação e atribuição de valores ao meio ambiente.

Ao considerar a paisagem como um ambiente e uma ambiência que favoreçam o ensino-aprendizagem, propiciando experiências que se transmutam em vivências, isto é, experiências significativas de vida, somos levados a reflexões sobre os processos cognitivos gerados por esses *proto-experimentos*, na medida em que elas são impregnadas de emoção, sentimento e razão e, conseqüentemente, de significados individuais e grupais, ao partirmos da percepção sensorial humana - visão, tato, paladar, olfato, audição e reflexão (KOBAYASHI, 1991). Enfim, podemos inferir que tais vivências ambientais permitem que os seres humanos sejam envolvidos por uma complexa rede de estímulos e respostas, marcados pelas cores da criatividade e afetividade, considerados os universos culturais de cada grupo social.

O campo de ações efetivas nesta área de estudos e pesquisas delineou-se mediante os trabalhos executados desde o início dos anos de 1990, em cooperação com o Instituto Florestal e a Fundação Florestal que, atualmente, compõem institucionalmente, o Sistema Estadual de Florestas (SIEFLOR); e, a partir de 2004, através da Coordenadoria de Planejamento Ambiental Estratégico e Educação Ambiental (CPLEA). No presente, nossos estudos vêm subsidiando discussões técnicas decorrentes do I Congresso Nacional de Trilhas, realizado novembro de 2006, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), promovido pelo Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Essas ações pretendem contribuir de modo conjunto para a elaboração de um sistema nacional de trilhas que atenda à gestão ambiental pertinente às demandas turísticas e da conservação do meio ambiente.

Para o final de 2007, estão previstos outros eventos e atividades, dando continuidade a esses trabalhos interinstitucionais, a exemplo dos seminários do Sistema Estadual de Florestas sobre uso público e valoração da paisagem; do II Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação (EcoUC) e I Congresso Nacional de Ecoturismo (CONECOTUR), comemorando os setenta anos do Parque Nacional de Itatiaia (RJ). Nesse contexto, nossa participação encontra-se inserida na linha dos trabalhos sobre *“Pesquisa e Produção de Conhecimento Acadêmico em Ecoturismo”*.

Soma-se a esses eventos, o trabalho de educação ecológica junto ao *Keren Kayemet Leisrael* (KKL), São Paulo (SP), iniciado em agosto de 2007, envolvendo atividades de sensibilização e conscientização mediante a interpretação e a valoração ambiental, voltadas ao desenvolvimento de condutas pró-ambientais. Assim, desde o início do presente estudo e elaboração, o envolvimento com sua realização tornou-se uma ação cotidiana, que vem proporcionando o estabelecimento de intercâmbios e diálogos entre equipes profissionais multi e interdisciplinares ao colaborar tanto para a pesquisa teórica e aplicada, quanto para as atividades direta e indiretamente ligadas aos processos de gestão ambiental em nosso país.

Analizados vários dos aspectos referentes aos estudos teóricos e aplicados no campo da percepção, interpretação e valoração ambiental e, de maneira mais particular, relacionados à paisagem natural e cultural, notamos que eles se configuram como fundamentais para a gestão ambiental, pois temos observado um desnível muito acentuado de informações e conhecimentos técnico-científicos na área. A situação se aplica, principalmente, quando consideramos os equívocos existentes entre os conceitos mais amplos de interpretação do meio ambiente e de paisagens, propostos por vários profissionais das áreas de geociências e ecologia da paisagem e o trabalho de Freeman Tilden (1957), sobre interpretação ambiental como uma das categorias de estudos do meio, pertinentes ao patrimônio natural e cultural.

Neste sentido, merecem destaques as obras de González Bernaldez (1981), "*Ecología y paisaje*"; Rougerie e Beroutchachvili (1991), "*Géosystemes et paysages: bilan et methodes*"; Simmons (1993), "*Interpreting nature: cultural constructions of the environment*"; e de Naveh e Lieberman (1994), "*Ecology of landscapes: theory and application*", nas quais o conceito de interpretação ambiental e da paisagem abarca os vários aspectos da percepção remota e imediata, bem como suas diferentes técnicas e procedimentos metodológicos de análise e avaliação.

Não desenvolveremos, neste estudo, um histórico sobre o conceito de paisagem, tema que, por si só, constituiria outros ensaios geográficos sob várias abordagens teóricas e aplicadas; entretanto, trazemos algumas reflexões específicas

para nosso campo de interesse, pois uma paisagem, no contexto da interpretação e valoração ambiental, pode ser analisada como um conjunto de imagens percebidas ou construídas em dado momento ou época, podendo apresentar transformações, em razão de variações sazonais e antropogênicas, com diferentes níveis de alterações causadas por eventos naturais ou culturais.

Os conjuntos imagéticos derivados relacionam-se diretamente às formas de concepção e análise do termo *paisagem*: (1) sob o enfoque da *paisagem total*, possibilitando uma síntese de conhecimentos e informações sobre uma região ou uma unidade paisagística, que nos oferece a visão do *todo* e dos processos interativos causais ou resultantes das inter-relações destes sistemas; ou (2) da *paisagem visual (percebida)*, na qual destacamos as dimensões perceptivas e interpretativas para a compreensão e apreensão dos seus elementos componentes e relacionados às diferentes **visadas** paisagísticas do entorno e formas de representação decorrentes.

Diante destes contextos, podemos constatar, historicamente, que as primeiras concepções de paisagem foram relacionadas aos aspectos visuais e perceptivos e a uma conotação de cenários estéticos, mas não ao de avaliação ecológica. Sob esta ótica, Naveh e Lieberman (1994) consideram que um dos mais antigos registros sobre *paisagem* na literatura universal se encontra no Livro dos Salmos, mais precisamente no Salmo 48, versículos 3 e 4, estando relacionado às palavras hebraicas *nof* (paisagem) e *yafa* (beleza), tendo em vista a descrição estética do cenário paisagístico da cidade de Jerusalém e seu entorno:

Grandioso é o Eterno, e todos os louvores Lhe são dirigidos em Sua cidade, em Seu santo monte. (*Gadol Adonai umehulal meod beir elohênu Har codshó.*)

O monte Tsión é a mais bela visão, alegria de toda terra, que se ergue ao norte da cidade do grande rei (David). (***lefê nof*** messos col *haárets, har Tsión iarketê tsafon, kariat mélech rav.*) (FRIDLIN et al, 1999:66-67, **grifo nosso**)

Durante a evolução do conceito de paisagem, observamos que as primeiras concepções expressavam uma preocupação essencialmente voltada à percepção dos aspectos e valores estéticos adotada pela arte, literatura e o paisagismo. Os

pontos focais de interesses envolviam a harmonia e o equilíbrio das formas de representação e dos traçados paisagístico-arquitetônicos, tendo como objetivo central, a beleza da composição de cenários ecléticos, naturais ou construídos. (GUIMARÃES, 2002). Tal visão perduraria por milênios e, desde os séculos XV e XVII, o conceito de paisagem estaria associado intimamente a diferentes escolas européias de pintura, visão que ainda podemos verificar, quando relacionada às formas de representação pictórica na arte.

Posteriormente, o significado passou por transformações, e durante o período compreendido pelos séculos XVIII e XIX, adquiriu também uma conotação de espacialidade geográfica, no sentido da compreensão da paisagem experienciada como uma realidade espacial/visual, no contexto dos estudos sobre o meio ambiente. Somente a partir do século XIX, o naturalista Alexander Von Humboldt, introduziu o significado científico-geográfico na concepção de paisagem, para definir a caracterização fisiográfica, geológica, geomorfológica, que marca o *caráter total* de uma região terrestre: “*Der Totalcharakter einer Erdgegend*”. (NAVEH; LIEBERMAN, 1994:4).

Do século XIX até meados do século XX, com a emergência de novos problemas concernentes à organização e configuração dos espaços geográficos, novas abordagens se fizeram exigir. Assim, diferentes estudos e análises foram desenvolvidos sucessivamente, enfocando e interpretando a paisagem sob distintos olhares em relação a suas variáveis físicas e humanas, processos e fluxos de matéria e energia, conforme as diferentes linhas e evolução do pensamento geográfico e a influência das ideologias e paradigmas predominantes.

De maneira geral, nesse período, ainda não podíamos observar uma análise integrada das paisagens naturais e construídas, sendo que a visão holística dos naturalistas pioneiros, a exemplo do próprio Humboldt, tornara-se fragmentária, permanecendo a dominância de uma visão cartesiana. A necessidade de abordagens interdisciplinares e integradas era cada vez mais presente, graças ao desenvolvimento de áreas como a arquitetura paisagística, planejamento de paisagens, conservação da natureza, além dos estudos geográficos e ecológicos.

Entretanto, durante as décadas anteriores e posteriores ao período compreendido pelas duas guerras mundiais e, de forma especial, nos primeiros anos subseqüentes ao pós-guerra de 1945, as questões geopolíticas relativas à reorganização das fronteiras internacionais, rupturas de relações colonialistas, estabelecimentos de acordos colaboracionistas e mercantis, problemas e conflitos relacionados à poluição e qualidade ambiental, conduziram a diversos questionamentos sobre a paisagem.

Essa mudança de visão também estava vinculada a um processo de conscientização social diante dos problemas de degradação e poluição ambiental, crescimento populacional, conservação de recursos naturais e segurança global, impactos e riscos ambientais, entre outros. As novas concepções emergentes traziam não apenas mudanças nos processos de interpretação e valoração paisagística, como também o reconhecimento do meio ambiente como um sistema integrado, onde a paisagem é uma dimensão concreta espaço/temporal, envolvendo a integração estrutural e funcional da geosfera, biosfera, tecnosfera e psicosfera, em um complexo sistema de interações naturais e culturais.

Ao cunhar o termo *ecologia de paisagem*, em 1939, Troll esperava propiciar uma colaboração entre geógrafos e ecólogos, a partir dessa nova área científica que *“combined the ‘horizontal’ approach of the geographer in examining the spatial interplay of natural phenomena with the ‘vertical’ approach of the ecologist in studying the functional interplay in given site, or ‘ecotope’.* (NAVEH; LIEBERMAN, 1994). Durante a década de 1970, ao tecer considerações sobre o desenvolvimento semântico e epistemológico do conceito, o autor definiu a paisagem como *“the total spatial and visual entity”*, relacionada intrinsecamente, aos espaços da vida humana, integrando, portanto, a geosfera com a biosfera e a noosfera, resgatando assim, o sentido holístico e integrado das abordagens sobre a paisagem como uma entidade. (NAVEH; LIEBERMAN, 1994).

Outras abordagens multidisciplinares e de enfoques derivados das visões sistêmicas e holísticas, também se destacaram através das concepções de unidades e sistemas paisagísticos, sistemas ambientais interativos, incluindo deste modo, parâmetros sócio-econômicos, culturais e ecológicos, bem como as mútuas relações

existentes entre as funções internas e os padrões de organização espacial das paisagens. (NAVEH; LIEBERMAN, 1994: 4-5). Nesse mesmo caminho, temos os estudos de Dansereau, resgatando os processos interativos na relação dos seres humanos e meio ambiente, em que propõe, segundo Naveh e Liebeman (1994: 7), o estudo da paisagem como “*the highest integrative level of environmental processes and relations*”, consideradas as análises da percepção e do impacto humanos na paisagem, bem como os níveis de consciência e filtros perceptivos, observados nas relações e processos ambientais.

A propósito dessas novas abordagens, Rougerie e Beroutchachvili (1991) consideraram os diferentes aspectos da experiência ambiental, uma vez que o espaço vivido estende-se muito além dos sistemas e das estruturas físicas, isto é, de um domínio povoado de objetos, elementos tangíveis, materiais, lógicos. Para os autores, o conjunto das relações existentes na experiência do “vivido”, inscreve-se e imprime-se nesse mesmo espaço, permitindo a construção de lugares e regiões de natureza subjetiva, não-material, não-tangível, porém, percebidos como parte da realidade paisagística vivenciada cotidianamente sob múltiplas formas, em diversos níveis de interpenetração e interação por vários grupos de populações. (GUIMARÃES, 2002).

Sobre a evolução do conceito de “*espaço vivido*”, Rougerie e Beroutchachvili (1991:107) destacam que, no relacionamento Ser Humano/Paisagem, não é somente a materialidade do espaço correspondente a uma região ou a um território a ser resgatada, porém, *o que* esse espaço *representa* para os homens ligados ao seu território. O contexto define, sobretudo, campos de relações subjetivas concernentes à percepção e interpretação ambiental e às formas de representação, sejam estas geométricas, topológicas, projetivas, pictóricas, temporais e simbólicas.

Raffestin (1977: 123-124) tece considerações sobre as relações existentes entre a paisagem e a territorialidade, enquanto sistemas de representação do espaço, tendo em vista suas geoestruturas e geogramas, significando sistemas tri-dimensionais de comunicação, compreendendo sociedade-espaço-tempo e a justaposição de seus relacionamentos. Para o autor, uma mesma paisagem dissimula várias territorialidades, pois estas implicam não apenas os espaços vitais

(no sentido etológico), como também, o espaço vivido e o desenvolvimento de suas relações existenciais. De acordo com Raffestin (1977: 132), “*le paysage est la structure de surface alors que la territorialité est la structure profonde*”. Nesse campo, a percepção do jogo de fatores manifestos no significado do “vivido”, torna-se essencial para a compreensão das paisagens como lugares de mediação entre o conhecimento imediato e o abstrato, entre o científico e o empírico, a razão e a emoção, entre o real e o imaginário, o funcional e o simbólico.

Sobre transições e mudanças no século XXI

A respeito do recente histórico dos trabalhos sobre *percepção ambiental*, os quais constituem o ponto de partida dos estudos de interpretação e valoração da paisagem, Whyte (1973: 18), considera que a expressão significa a tomada de consciência e a compreensão do meio ambiente pelo ser humano em um sentido amplo. Também tece uma avaliação das orientações de várias pesquisas inter e multidisciplinares sobre a temática, desenvolvidas pelos comitês que integravam na época, o Projeto *Man and Biosphere* (MAB), promovido pela UNESCO.

A autora analisou a larga gama de procedimentos metodológicos utilizados, as escalas de abrangência, a convergência de interesses, avaliando as contribuições de diferentes áreas tradicionais do conhecimento científico, buscando, também, a validação das diretrizes seguidas no próprio contexto do Projeto MAB e cujo resultado é referente às suas diferenciadas abordagens:

- *Estudos abordados*: percepção da estética arquitetônica; percepção da arquitetura urbana; percepção visual; percepção dos riscos ambientais.
- *Em vias de abordagem*: percepção de vias e rotas de circulação; percepção da estética de paisagens; percepção de vizinhança; percepção sonora; percepção sensorial das populações urbanas.
- *Estudos não abordados*: percepção de outros países; preferências em matéria de ambientes; percepção da qualidade ambiental; percepção comparada de diferentes culturas; percepção de espaços abertos; tipos de personalidades e ambientes. (WHYTE, 1973:19)

Avaliando os trabalhos na atualidade, podemos observar que num período de aproximadamente trinta e quatro anos, o campo de estudos ampliou-se, principalmente, ao considerarmos a emergência das novas situações decorrentes da crise ambiental, que exigiram outras abordagens, aprofundando algumas das já existentes, aperfeiçoando procedimentos técnicos e destacando outras, em especial, aquelas relacionadas às populações urbanas.

No Brasil, os trabalhos sobre percepção ambiental no campo da Geografia foram introduzidos durante a década de 1980, pela Profa. Dra. Livia de Oliveira, do Departamento de Geografia, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, campus de Rio Claro, disseminando-se por várias regiões do país, resultando na produção de diversos trabalhos acadêmicos.

No caso específico da interpretação e valoração ambiental de paisagens naturais, construídas e ecléticas, temos um avanço significativo a partir do início da década de 1980, estimulado pelos estudos inter e multidisciplinares na área da Geografia, Arquitetura, Ecopsicologia, e também da Ecologia de Paisagens ou Geoecologia, influenciados pela visão sistêmica.

Particularmente, em relação aos estudos dos fatores cognitivos e cognoscitivos e das relações com a teoria da informação, estética, organização e gênese paisagísticas, destacamos, a Escola Ibérica, em especial, o núcleo da *Universidad Autónoma de Madrid*, congregando várias instituições de pesquisa com a tradição de estudos no campo da ecologia de paisagens, iniciados por Fernando Bernáldez González (1933-1992), e, na atualidade, desenvolvidos por Javier Benayas del Álamo e seus colaboradores. (BOLÓS *et al*, 1992: 27-29). A propósito dos estudos sobre interpretação e valoração de paisagens e educação ambiental, temos este núcleo como uma das principais referências internacionais, no que tange aos trabalhos de conscientização e sensibilização, do desenvolvimento e aperfeiçoamento de métodos e técnicas de mensuração e avaliação de atitudes e valores ambientais, assim como de preferências paisagísticas.

Nos anos de 1990, influenciados pela visão ecológica e seus valores, verificamos a necessidade de repensar algumas das concepções teóricas e

diretrizes metodológicas sobre a percepção, interpretação e valoração das experiências ambientais, buscando novos rumos e acompanhando a evolução de novas linhas de pensamento no campo da física, da cognição, da consciência, da espiritualidade, propiciando um diálogo transdisciplinar, fundamentado em novos paradigmas.

Entretanto, observamos também que no desenvolvimento e na evolução desses estudos permanecem as três abordagens mencionadas por Whyte (1973), respectivas aos procedimentos metodológicos principais e seus diferentes conjuntos de técnicas específicas – a observação, a escuta e a interrogação. Ao longo dos anos, pudemos inferir que a permanência deste tripé se justifica, em razão da própria natureza do cerne destes estudos: a complexidade do ser humano e a busca de uma compreensão mais profunda das experiências e ligações entre este e seu meio ambiente – olhares, diálogos e vivências. Lugares emergindo de paisagens exteriores e interiorizadas por toda uma existência, *capturadas* a partir de um olhar, toque e sons... Concretudes e sensibilidades de ambientes e ambiências, culturas e sociedades, relações de alteridades e reciprocidades.

Assim, adentramos o século XXI, trazendo as marcas causadas pela fragilidade dos limites de nossos conhecimentos diante de imposições e desafios cotidianos no âmbito da gestão ambiental, que reclamam períodos mais ou menos largos de adaptação e ajustamentos aos novos processos, ao refletirem as conseqüências de nossa própria crise axiológica. A partir das visões e dos valores fundados em concepções mecanicistas e fragmentárias, atingimos um novo grau de compreensão a partir da observação de sistemas de redes de fenômenos interconectados e interdependentes, relacionados às diversas percepções das realidades ambientais vivenciadas por diferentes grupos humanos, de acordo com suas características culturais e tradições espirituais.

Mediante esse cenário, temos, ainda, que considerar uma nova concepção de percepção – a *percepção ecológica*, fundamentada nos princípios da Ecologia Profunda, preconizados por Arne Naess, durante a década de 1970 e, conseqüentemente, seguida por uma mudança nas formas de pensar e valorar o mundo, resgatando o sentido da integração, da ética e do equilíbrio (CAPRA, 2000:

25-28), entre outras transformações vislumbradas, lembrando as implicações do fato de que

o vínculo entre uma percepção ecológica do mundo e o comportamento correspondente não é uma conexão lógica, mas psicológica. A lógica não nos persuade de que deveríamos viver respeitando certas formas, uma vez que somos parte integral da teia da vida. No entanto, se temos a percepção, ou a experiência, ecológica profunda de sermos parte da teia da vida, então *estaremos* (em oposição a *deveríamos estar*) inclinados a cuidar de toda a natureza viva. (CAPRA, 2000: 29).

No decorrer desta primeira década do novo século, nossas concepções sobre a percepção, interpretação, valoração da paisagem não devem permanecer restritas, imutáveis e estáticas, e sim acompanhar o movimento de evolução e avaliações em consonância com as transformações exigidas no presente, tendo como perspectivas a gênese das várias experiências ambientais objetivas e subjetivas, envolvendo direta ou indiretamente, a pluralidade das culturas, a globalização das relações sócio-econômicas, os recentes questionamentos sobre a consciência e a cognição humana, a multiplicidade dos processos de coexistir e conviver na face da Terra, em interações complexas, imbricadas e simultâneas,

Se assim não for, corremos o risco de cair em análises e inferências subjetivistas ou estagnadas, ao rejeitarmos outras visões *a priori*, reduzindo processos analíticos de forma a comprometer a própria pesquisa científica e a veracidade dos resultados. Tendo como perspectiva a visualização de possíveis cenários negativos relacionados aos processos de conscientização pró-ambiental, apenas nos restará a lendária indagação: “*Quo vadis?*”, pois implicará atitudes de fuga pertinentes à nossa própria responsabilidade e compromisso ético e moral, diante de emergências contextuais da conservação, preservação e sustentabilidade de recursos do meio ambiente e segurança das populações humanas.

Dessa maneira, em se tratando dos estudos de interpretação e valoração ambiental, e apresentando a hipótese de que a paisagem é um ambiente potencial e efetivo de ensino-aprendizagem dirigida e incidental, entendemos a *paisagem como “a percepção plurisensorial de um sistema ecológico”*, de acordo com Díaz Piñeda et

al (1973), concepção fundamentada na visão sistêmica, posteriormente aperfeiçoada por González Bernaldez (1981) e continuada por Benayas del Álamo (1992; 1994). Essa compreensão da paisagem visa atender aos estudos ambientais e de educação ecológica, sob a luz da visão geossistêmica, direcionados à avaliação de mudanças atitudinais e condutuais em relação ao meio ambiente, de modo a proporcionar uma análise perceptiva e interpretativa das relações entre os elementos componentes do fenossistema e do criptossistema.

Por esse motivo, estruturamos a tese em três capítulos que abordam os temas: paisagens e valores; percepção e interpretação; e, por último, trilhas interpretativas e vivências na natureza. No primeiro capítulo, “*Paisagens: valores*”, iniciamos com uma reflexão sobre a crise axiológica de nossa sociedade e os processos de valoração das paisagens, gerando centros de diferentes significados, interesses, conflitos e motivações no decorrer da História. Também consideramos as dimensões do meio ambiente – biosfera, noosfera e psicosfera como dimensões paisagísticas, ao analisarmos a paisagem exterior e a interior, e os processos estruturais, imagéticos, espaciais e temporais relativos às suas formas de ressignificação objetiva e subjetiva ou a de seus elementos componentes. Sob a luz desta análise, temos então, a paisagem valorada como recurso paisagístico natural ou cultural, e as implicações de sua tutela e salvaguarda no domínio da gestão ambiental.

No segundo capítulo, “*Paisagens: interpretações*”, elaboramos, na primeira parte, uma retrospectiva dos principais eventos e fatos de repercussão internacional que influenciaram e transformaram historicamente os processos de percepção e interpretação ambiental. Em seguida, tecemos algumas reflexões conceituais sobre o sentido da percepção e interpretação de paisagens, e a decomposição do geossistema paisagístico, para efeito de estudos e análises geo-ecológicas, em dois níveis perceptivos e interpretativos – o *fenossistema* e o *criptossistema*, enfocando a variabilidade e a diversidade cultural e ecológica que permeiam estes níveis analíticos. Apresentamos, ainda, o meio ambiente com múltiplas possibilidades para os processos de aprendizagem, a partir de experiências sensoriais complexas, ao propiciar a sensibilização e a conscientização partindo da interpretação da paisagem. Finalizando, enveredamo-nos pelas abordagens experienciais, na

investigação sobre as alterações e transformações de atitudes, condutas e valores, desenvolvidas a partir de mudanças e variações nos níveis perceptivos e interpretativos e as distintas realidades ambientais existentes em uma mesma paisagem, sendo esta delineada como espaço e mundo vivido.

No terceiro capítulo, “*Paisagens: aprendizados mediante experiências*”, desenvolvemos uma reflexão sobre a paisagem em termos da percepção e interpretação ambiental através de imagens de interdependência, alteridades e reciprocidades entre os seus aspectos naturais, construídos e ecléticos e o ser humano, experienciados através das trilhas interpretativas e as vivências na Natureza, em cuja análise, destacamos o desenvolvimento de relações e o estabelecimento de contatos de ordem cognitiva, perceptual e afetiva, mediante programas conservacionistas e educativos que visam a atividades de estimulação pluri-sensorial, de busca do equilíbrio ecológico e emocional através de laços afetivos com o meio ambiente, envolvendo práticas de contemplação da paisagem que induzam ao significado do *reconectar-se*, de reintegração com a Terra.

Buscamos, também, demonstrar a hipótese de que a paisagem é um ambiente de ensino-aprendizagem dirigido e incidental, através da interpretação e valoração paisagísticas, na formação de condutas pró-ambientais, favorecendo a conservação do meio ambiente, induzindo a construções e reconstruções dos conhecimentos e valores, e a novos padrões atitudinais e comportamentais, destacando o papel da educação ecológica na reconexão do ser humano com o seu entorno.

A “*Bibliografia Consultada*” é condizente a todas as leituras e textos desenvolvidos durante esses anos de aprendizados contínuos, e que contribuíram para a construção das análises e reflexões desta tese, através de inquietações, concordâncias, interrogações e dúvidas.

E, agora, convido-os a iniciarmos esta trilha, a redescobrirmos as infinitas oportunidades de aprendizados que a paisagem nos oferece, pois o primeiro passo lembra-nos que, “às vezes, tudo o que é preciso é a percepção das múltiplas possibilidades”. (REMEN, 1998: 88).

PAISAGENS: VALORES



Fig. 2: *“Quem vê a árvore, não vê a floresta. Quem vê a floresta, não vê a árvore”*. Bosque em Toronto, Canadá. Foto: Solange T. de Lima Guimarães, 1998.

1. PAISAGENS: VALORES

1.1 Conversando sobre valores e paisagens...

As paisagens constituem centros de diferentes significados, resultantes das formas como as valoramos. Então, de acordo com nossos códigos avaliadores podem ser interpretadas através de seus símbolos visíveis, não-visíveis e sensíveis, pois como um símbolo em si próprio, a paisagem, envolvendo aqui as dimensões naturais, culturais e ecléticas, revela o curso da evolução do planeta e das transformações da história da humanidade. É por isso que nos permite perscrutar e desvendar os valores significativos do passado e do presente, bem como vislumbrar as expectativas relacionadas a prováveis situações futuras.

Para Meining (1979: 03), as paisagens *não* são sinônimo de meio ambiente. Elas são, na verdade, menos inclusivas, porém, mais percebidas em seus níveis de detalhamentos (relação com o *vivido*), tendo em vista que compreendem os nossos lugares, seja em suas características de visibilidade e ambigüidades, definindo-se através do nosso campo visual e sendo interpretadas por nossas mentes. Sob a perspectiva do autor, o meio ambiente envolve as paisagens, e elas são parte da dimensão ambiental.

As formas de interpretar e avaliar as paisagens, desde os modos egocêntrico e etnocêntrico da organização de seus espaços, levam à manifestação de

complexas atitudes e condutas derivadas das formas de sentirmo-nos imersos, de sermos partes em perfeita conexão e interação com a totalidade de nossas paisagens individuais e coletivas, tanto em relação aos dimensionamentos referentes à *paisagem total* ou à *paisagem percebida*, e, por extensão, encontrando sentido e valor **no** e **para** o meio ambiente.

E se a paisagem é um símbolo, é ainda um receptáculo de significados que têm sua gênese em profundas e imbricadas experiências através dos nossos tempos de vida. Neste sentido, a paisagem também é centro de referências inter-relacionadas aos valores estabelecidos pelas diversas sociedades e suas distintas culturas. Isto significa que a paisagem não reflete uma unicidade, uma homogeneidade de valores intrínsecos ou extrínsecos, apresentem estes ou não características de permanência ou efemeridade, principalmente no que tange às interpretações relacionadas a contextos específicos. Nesse caso, temos, então, diante de nós, projeções axiológicas nas formas de construirmos ou utilizarmos as paisagens, estabelecendo-se sob olhares êmicos e éticos, campos de conflitos visíveis ou (semi)velados.

Assim, a realidade ambiental de uma paisagem abriga diferentes contextos pertinentes às dimensões do concreto e do imaginário, dos aspectos míticos e pragmáticos, evidenciando a variação e a complexidade da trama das percepções, interpretações e valores, sendo esta tanto portadora de sentido como geradora de significados, em termos das possibilidades de trocas de significações a cada nova experiência com o entorno. Relph (1979:16), ao discorrer sobre as bases fenomenológicas dos estudos sobre *paisagem, espaço e lugar*, considera que, de todas as experiências humanas com a paisagem, “*talvez a do inscape seja a mais importante para nós, por ser ela que dá profundidade e significado às paisagens, e que nos liga a elas, por reforçar nossa individualidade*”. Cabe, aqui, lembrar que essa *individualidade* pode ser pessoal ou expandir-se, simultaneamente, na individualidade relativa a um dado grupo ou uma comunidade.

Sob um olhar fenomenológico, a paisagem não apresenta dicotomias, separações entre seus elementos componentes, embora eles passem a representar uma fusão, numa transformação, a exemplo da metáfora alquímica, “*de formas,*

significados e valores que se modificam com o movimento da vida, ou seja, o próprio tempo". (Antonio Sérgio Bueno, 1989, correspondência da autora).

A experiência **de** e **com** a paisagem também é uma travessia por entre trilhas de afetividade que não apenas nos permitem adentrar as suas diferentes dimensões ambientais – *biosfera, tecnosfera e psicosfera* – mas também medeiam a universalidade de símbolos e valores através da condição de cada ser humano, submetido à filtragem da nossa cognição e percepção. Sob certos aspectos, podemos dizer que a percepção, a interpretação e a valoração de uma paisagem representam "*uma questão de olhos e coração, isto é, campo de visão e campo de afeição*", de olhar no sentido de *ver* enquanto *um ato de conhecer* seus espaços e lugares, seu meio ambiente, consideradas as funções sociais e simbólicas de uma mesma realidade ambiental. (FERREIRA, 1990: 74-75). Dessa forma, ao considerar as perspectivas fenomenológicas, podemos pensar na paisagem como um centro de expansões e retrações de nossos pensamentos e sentimentos, respectivamente, redefinindo, (re)qualificando e revalorando outras realidades ambientais, a partir da própria percepção e interpretação da paisagem.

A paisagem percebida, interpretada e valorada como um centro de significâncias relacionadas às expansões e retrações, "*inevitavelmente nos seduz, e seducere, no latim, é desviar do caminho...*" (Antonio Sérgio Bueno, 1989, correspondência da autora). Ao seduzir-nos, propicia a geração e a confluência de novas formas de ressignificação, e, portanto, de valorarmos objetiva e subjetivamente os aspectos, legados, elementos componentes do meio ambiente e, especificamente, seus níveis, multiplicidades e dimensionamentos estruturais, imagéticos, espaciais e temporais, consideradas as mudanças culturais, pois "*não há experiência ambiental que não seja, em algum sentido e em algum grau, uma experiência de paisagem*". (RELPH, 1979: 13).

Ao se revestir dos significados da experiência de *mundo vivido*, a paisagem apresenta a simultaneidade das divergências e dos conflitos valorativos resultantes da complexidade das situações que envolvem as crises axiológicas e, neste sentido, Regis de Moraes afirma que "*em nenhum tempo se vive sem valores. Vive-se com*

valores desencontrados e problemáticos ou com valores bem fundamentados e construtivos, mas sem eles não se vive.” (MORAIS, 2002a: 71).

Analizando o significado dos valores como referências essenciais para vivermos em sociedade, Kluckhohn (1951) salienta que o elemento fundamental para os sistemas culturais é, justamente, a coerência entre seus componentes, visando a um equilíbrio harmônico dos modos de vida aprovados socialmente como forma de evitar situações anárquicas. Para o autor, a transmissão dos valores em uma dada cultura se faz através dos agentes sociais, durante todo o período de nossa existência.

De acordo com Rokeach (1973), um valor envolve componentes cognitivos em sua própria conceituação, ressaltando aspectos afetivos e comportamentais, pois implica níveis de conhecimento dos meios e fins, pertinentes ao sujeito e tidos como desejáveis, aceitáveis. Isso se dá, principalmente quando, em situações de confronto, observamos a geração de conflitos axiológicos individuais e coletivos, direcionando atitudes e condutas, gerando processos relacionados à cognição e à afetividade, além dos conativos (ações intencionais). Para o autor, a efemeridade ou a permanência de um valor encontra-se em íntima ligação com a sua priorização no contexto do sistema sócio-cultural vigente.

O mesmo autor distingue, fundamentalmente, duas categorias de valores: (1) morais – de domínio interpessoal e associado aos aspectos condutuais (se o indivíduo se comporta ou não em concordância com a conduta valorizada e estabelecida pela sociedade); (2) de competência – de domínio pessoal, mas envolvendo também modos de conduta, a exemplo dos chamados comportamentos lógicos e inteligentes. Deste modo, *“valor é tudo aquilo que possui a qualidade de preencher uma real necessidade humana. Aliás, necessidades são sempre reais; podem ser artificialmente criadas, mas, uma vez criadas, são reais.” (MORAIS, 1992: 86), e complementando, “é o que é reconhecido pelos sujeitos humanos como enriquecedor da vida, aquilo que produz algo objetivamente orientador da vida e realizador do homem”, ainda segundo Moraes (2002a: 74).*

Assim, estabelecemos nossos valores estruturais, setoriais e subjetivos, sendo estes últimos convergentes ou divergentes das normas sociais estabelecidas, gerando sanções legais ou morais àqueles que ousam transgredi-los, dando causa a incongruências e a contradições e levando à formação das comunidades de conflitos. Deste modo, para a análise valorativa da relação ser humano/meio ambiente, podemos dizer que a paisagem ou seus elementos constituintes impressionam o ser humano, e este passa a valorá-la ou a revalorá-la tanto nos aspectos estruturais, setoriais como subjetivos, em razão do acompanhamento das mudanças dos ciclos da vida, das idéias e mentalidades de suas épocas, de seus agrupamentos sociais específicos e concepções de modo de vida, de suas experiências de integração e interação única e individual com o meio ambiente.

Concordamos com o pensamento do educador e psicanalista Rubem Alves (1984: 28) *apud* Moraes (1992: 84), quando afirma que “a atitude valorativa é a mais fundamental no relacionamento do homem com o mundo. E são os valores que criam a necessidade e a possibilidade da razão. A razão é uma função dos valores.” Assim, em relação ao meio ambiente, os signos, significados e sentidos de uma paisagem, em especial na amplitude do *vivido*, se encontram em permanente movimento, compreendendo circulação e valoração. São eles quem nos conduzem aos processos, modos e concepções referentes à definição e à eleição dos nossos valores, ou mesmo à substituição, à crítica diante da emergência das necessidades de revalorações e atualizações exigidas ao longo das etapas e processos históricos. Para Moraes (1992: 112), “os valores não são eternos ou perenes, mas exatamente precários; daí a exigência de vigilante reavaliação.”

De acordo com o autor, os seres humanos vêm apresentando, sob diversificados contextos, diferentes graus de distorções e deficiências perceptivas em relação às normas e aos valores sociais, expressando-se mediante uma “estreiteza” de visões e concepções, as quais restringem e impregnam nossas ações, atitudes, condutas. São responsáveis, também, pelas respostas às necessidades dos processos de adaptação e ajustamentos concernentes às diversas realidades ambientais vivenciadas e até mesmo enfrentadas, mesmo em se considerando os equívocos e as distorções perceptivas e valorativas por parte da sociedade ou de alguns de seus segmentos.

E nestes tempos atuais, não só presenciamos como testemunhas perplexas, mas também vivenciamos e sofremos os efeitos adversos das várias crises axiológicas, direta e indiretamente, objetiva e subjetivamente. Moraes (2002b: 76), na tessitura de suas reflexões de ordem filosófica e social sobre os diferentes cenários das crises de valores ao longo da História e principalmente sobre aquelas que hoje atravessamos, enfatiza: *“não que a época atual seja destituída de valores, mas sim que os múltiplos valores que a mobilizam apresentam contradições, desatualizações, condicionamentos negativos, instabilidades ou mesmo conflitos”*.

Para o autor, vivenciamos uma crise universal *“feita de muitas crises”*: ***“na compreensão que o homem tem de si mesmo*** – fundamentada na falta de consciência de si mesmo e do sentido da relação homem-mundo, essencialmente espiritual; (...) ***nos projetos de vida dos povos*** – destacando-se a valorização do ***ter mais*** em prejuízo do ***ser mais***; ***na comunhão do ser humano com o seu mundo*** – risco da própria sobrevivência da espécie humana e de outras espécies de vida diante das agressões ao meio ambiente; ***crise nas instituições humanas*** – desvio dos autênticos objetivos que nasceram das reais necessidades humanas” (MORAIS, 2002b: 16-22, grifo nosso). Regis de Moraes (2002b) compara a vida social e as crises axiológicas, em especial aquelas do século XIX (século dos materialismos), e que perduraram, de certa forma, até o presente, através dos seus efeitos, desafios, ideologias, sombras e conseqüências sociais, econômicas, políticas, psicológicas, fundamentadas em um humanismo egocêntrico, individualista e competitivo às imagens de um caleidoscópio – *“vida caleidoscópica”* – *“porque vivida com inaceitável volubilidade de princípios valorativos”*. (MORAIS, 2002a: 73).

As crises de valores que temos atravessado, acrescentadas às atuais políticas e relações internacionais de globalização e desenvolvimento sustentável, criam novas organizações, estruturas e funções paisagísticas em que as relações de dependência se tornam cada vez mais intrincadas e antagônicas, tendo em vista a emergência e a intersecção de paisagens de conflitos e exclusões simultâneas, visto que as questões ecológicas e sócio-econômicas se mesclam num encadeamento de contínuas reações integradas. Observamos paisagens em uma mesma paisagem, pluralidade de construções tangíveis ou não em uma mesma realidade ambiental experienciada e valorada sob diversos contextos de normas e estruturas sócio-

econômicas internas e externas, geradoras de sistemas coordenados de redes multidimensionais que desconhecem fronteiras geográficas. Então, a ocorrência de causas e efeitos (e muitos, extremamente adversos) impossíveis de serem contidos, restritos, delimitados a determinadas áreas, alimentam processos de desestabilização, degradação, escassez, inversão de valores em vários níveis – ecológico, econômicos, geográficos, psicológicos, sociais, entre outros.

Desta forma, a paisagem, em seus aspectos estáticos ou dinâmicos, como um bem ou recurso ambiental natural ou cultural, um dos elementos componentes do meio ambiente, experienciada em seu conjunto, ou mediante alguns dos seus elementos e recursos componentes, pode ser valorada tanto sob o ponto de vista dos valores materiais, pragmáticos, quanto éticos, morais, existenciais, estéticos. Sob este prisma, os diferentes contextos paisagísticos, em mútuas relações de dependência, encontram-se submetidos às diretrizes e estratégias das políticas ambientais, integradas ou não àquelas de outros setores do desenvolvimento econômico e da segurança nacional e internacional, por exemplo.

Ao considerarmos a paisagem em suas funções de abrigo da biodiversidade, da manutenção de processos de fluxo de energia e matéria nos geossistemas, de bem-estar para os seres humanos pela sua simples existência, entre uma pluralidade de outros aspectos, analisamos algumas das possibilidades de valoração do meio ambiente, mais especificamente correlacionadas aos recursos ambientais, proposta por Archibugi *et al* (1989: 5-6), e passível, também, de ser aplicada à valoração da paisagem, em conformidade com os vários tipos de interesses que possam emergir diante dos possíveis contextos de usos, funções e proteção da paisagem natural ou construída:

- **Valor de uso** – quando o valor de uma paisagem leva à geração de benefícios no presente e no futuro;
- **Valor do afastamento de risco** - quando os usuários potenciais não têm certeza de que irão alguma vez utilizar determinada paisagem; entretanto, não desejam que a possibilidade e a oportunidade de fruir desta paisagem no futuro, seja perdida, ou esgotada;
- **Valor de quase-opção** – se os usuários potencialmente falando, têm interesse em utilizar um determinado bem ambiental, (em nosso caso, uma paisagem), mas estão

dispostos a abandonar um desenvolvimento irreversível, visando à preservação de opções futuras associadas a esse mesmo bem ambiental;

- **Valor moral ou existencial** – se os não-usuários consideram de grande valia o fato de que a escassez relativa a determinados bens ambientais seja motivo para preservá-los intactos;
- **Valor de uso virtual** – não-usuários desejam a manutenção de um dado bem ambiental (público) intacto, tendo em vista que outros também possam a vir usufruir;
- **Valor de herança** – não-usuários adotam sob sua responsabilidade moral (altruística), a proteção e a manutenção de certo bem ambiental para as futuras gerações.

Tendo em vista essas classificações relacionadas aos bens ambientais e em nosso caso, à paisagem, podemos ainda citar Norton (1997: 253-254), que também analisa algumas das situações em que o meio ambiente é valorado como mercadoria e como conveniência, além do valor moral. Para o autor, além das questões levantadas e pertinentes diretamente aos processos de valoração em si, temos que considerar os problemas decorrentes da irreversibilidade de opções em muitos dos casos, da tomada de decisões no presente, sob condições incertas e o risco do desconhecimento, de todas as variáveis envolvidas e inter-relacionadas nos diversos casos. Deste modo, Norton (1997), acrescenta mais alguns tipos de valores à lista anterior:

- **Valor de mercadoria** – quando um bem ambiental pode ser transformado em um produto passível de ser comprado ou vendido no mercado, envolvendo assim valor direto e indireto de mercadoria;
- **Valor de conveniência (ou de comodidade)** – se o fato de o bem existir, contribui para a melhoria de nossa vida de algum modo não-material;
- **Valor moral** – para o autor aqui se iniciam muitas controvérsias, pois para alguns filósofos o meio ambiente tem valor moral por si próprio, não dependendo do uso que se faça dele, mesmo que este valor dependa de nós;
- **Valor de opção** – valor atribuído aos elementos ambientais que não têm seu valor conhecido em dado momento, ou seja, o valor que deveríamos atribuir na possibilidade de que uma futura descoberta ou uso venha a torná-lo útil no futuro.

Em termos dessas classificações, lembramos que os valores podem ser excludentes, isolados e, talvez, concorrentes, havendo ainda o registro das

variações temporais, respectivas aos processos de valoração, uma vez que cada época manifesta suas próprias escolhas de desenvolvimento político-econômico. Todavia, ao ser valorada, a paisagem, considerados seus mais variados aspectos naturais, construídos, mistos ou ecléticos, passa a se constituir um bem ambiental, um recurso ambiental que integra o patrimônio de uma região, de um país, ou até mesmo do Planeta, como no exemplo específico dos patrimônios da Humanidade

Ehrenfeld (1997: 271), ao questionar os valores como parte intrínseca da biodiversidade, afirma que, para ela, “o valor **existe**”, e em sua reflexão, nos faz atentar para os problemas de ordem prática verificados na valoração do meio ambiente, pois segundo o autor, “*não é possível calcular o verdadeiro valor econômico de qualquer parte da diversidade biológica, muito menos o valor da diversidade quando agregada*”. Ao lidarmos com grandes sistemas abertos, o poder de decisão sobre os valores presentes e futuros praticamente são inviabilizados diante de certos fatos reconhecidos pela sua relevância e significância .

Por exemplo, nós podemos calcular, mais ou menos, o valor da perda da receita em termos de dias perdidos dos pescadores quando os rios das trutas estiverem destruídos pelos ácidos das drenagens das minas. Mas que tipo de valor atribuir à perda da comunidade, quando toda uma geração de crianças não puder mais desfrutar do rio em seu ambiente como um prazer ou não puder mais desfrutar de suas casas como um lugar onde se goste de ficar, mesmo depois que seja possível partir? (EHRENFELD, 1997: 272)

Em seu questionamento, Ehrenfeld (1997) destaca, principalmente, os valores de herança, morais ou existenciais, atribuídos ao meio ambiente, em especial ao contexto da paisagem, tanto em relação a um dos seus elementos componentes – no caso o rio – enfatizando fatos correlacionados à degradação causada pela poluição ambiental, quanto à sua unidade paisagística, destacando sua dimensão no sentido de *espaço vivido*, e, portanto, revestido de aspectos simbólicos, impregnado de valores e significados éticos e morais concernentes às histórias de vida individuais ou coletivas, cuja valoração é incomensurável. O autor, diante desses possíveis cenários das relações de custo-benefício ambiental, ainda tece uma crítica sobre as formas e as tentativas de designarmos “*valor àquilo que não nos pertence e cujo propósito não podemos entender, exceto em suas maiores superficialidades*”,

considerando que estas atitudes são “(...) o cúmulo da insensatez presunçosa”. (EHRENFELD, 1997: 274).

E, seguindo o rumo das reflexões sobre as diferentes linhas seguidas pelas abordagens econômicas no processo de valoração ambiental, Randall (1997: 276), destaca, basicamente, dois pontos para sua análise da questão ética, fundamentados o primeiro na base do indivíduo e o segundo, na sociedade, sendo que, para ele, a “*estrutura ética construída sobre essa base é utilitária, antropocêntrica e instrumentalista*”. Temos, então, o estabelecimento dos conflitos de natureza interpessoal, intergrupar, de acesso aos recursos ambientais, seja pela escassez dos estoques, seja pelas condições sócio-econômicas e políticas, entre compensações referentes aos valores de ganho (*willing to pay*, WTP) e aos valores de perda (*willing to accept*, WTA), as disparidades entre os valores econômicos e comerciais, e a previsão dos possíveis cenários de mudanças decorrentes dessas conjunturas.

Para Randall (1997: 277-278), o valor econômico total deveria abarcar vários componentes derivados dos seguintes valores:

- **de uso atual:** fontes de matérias-primas, senso estético, de aventura, motivações educacionais, científicas, etc.;
- **das expectativas de uso futuro:** riscos da extinção ou do esgotamento de estoques e reservas; assimetrias no que tange à preservação do bem para outros usos potenciais no futuro em contraposição à conservação do mesmo e a possibilidade efetiva de uso no presente;
- **existencial ou de vida:** sendo que esta “*deve emergir independente de qualquer outro tipo de uso, mesmo de uma utilização vicária.*”, e, (...) *Se algumas pessoas conseguem satisfação somente por saberem que em algum ecossistema particular existe em condições relativamente intocadas, o valor resultante de sua existência é tão real como qualquer outro valor econômico*”.

Diante desses enfoques dos múltiplos valores atribuídos ao meio ambiente, observamos que, nos processos concernentes à gestão e ao planejamento ambiental, é de grande relevância o conhecimento de como a paisagem como um *bem*, um *recurso* ambiental é interpretada e valorada. Ao considerarmos a paisagem como um sistema de relações geoecológicas, históricas, o papel da atividade

antrópica é uma das variáveis mais significantes e ativas, não justificando o desenvolvimento de estudos de partes isoladas, pois temos a interação dos ecossistemas naturais e construídos, conferindo fortemente a identidade das unidades e matrizes paisagísticas, bem como a identificação das relações que mantêm seus elementos bióticos e abióticos para a compreensão do funcionamento de suas estruturas. (NAVEH, 1993; 1995)

Especificamente em relação às representações mentais que construímos, geradas pela experiência direta através das percepções e interpretações posteriores, podemos observar que os valores afetivos e emocionais influenciam nos modos de interagirmos com nosso entorno. Isso pode acontecer, reforçando ou rompendo os laços topofílicos ou topofóbicos, sempre influenciando, porém, nossas escolhas e preferências ambientais, condicionando aspectos intimamente ligados à valoração, às atitudes e condutas conservacionistas e preservacionistas, em seus aspectos qualitativos e quantitativos.

Assim, podemos ainda afirmar que os processos de valoração ambiental, e, principalmente das paisagens, refletem comportamentos humanos fundamentados nas sensações e sentimentos que marcam concretamente a ordenação territorial de uma região, determinados pela interação de fatores naturais e humanos. Temos então, configurações particulares de natureza física, biológica e antropogênicas, dotando de identidades próprias, únicas, singulares as paisagens. O valor de relevância cênica de uma paisagem como um bem ambiental proporciona benefícios diretos e indiretos, tangíveis e intangíveis, a exemplo dos psicológicos, estéticos e de bem-estar, contribuindo para imprimir nos diferentes conjuntos paisagísticos, um conjunto de emoções e sentimentos que também conferem uma valoração de intensos significados pessoais e coletivos, definindo marcos históricos ao envolver uma dada sociedade, uma época e suas formas institucionais e organizacionais.

Sob a expansão dessas perspectivas, consideramos aqui o valor da paisagem como conceito integrador de outros sistemas ambientais, cabendo ao sentido da proteção e tutela das paisagens, um papel como o fator fundamental da conservação e preservação da biodiversidade, da pluralidade cultural, dos ecossistemas em relação à heterogeneidade de estruturas, funções, dinâmicas e

flutuações que asseguram a estabilidade e a salvaguarda do patrimônio natural e construído. (ECNC, 1997). Nesse contexto, todas as paisagens têm valores aditados, abarcando em sua totalidade, a implicação de seus aspectos perceptivos, ecológicos, culturais e econômicos, visto os inúmeros casos de paisagens, permanecendo através dos tempos exemplificando uma gestão ambiental equilibrada, racional, sustentada. Para tais aspectos, devemos ter em conta seus aspectos de produção, como os complexos agro-silvo-pastoris; da qualidade cênica como um legado propiciador de atividades sócio-econômicas que exploram os valores psicológicos e físicos, restauradores dos processos psico-biológicos, e também da fruição dos valores estéticos e afetivos, considerando-se tanto a paisagem visual ou percebida, como também a paisagem total, sintética ou ecológica. (MOPT, 1992).

Também em relação à paisagem, estamos frente a processos de valoração e reavaliação, resultados e reflexos de cada experiência ambiental que propicia uma renovação de nossas percepções e interpretações a respeito das múltiplas realidades ambientais envolvidas no conjunto paisagístico, mesmo que ainda sejam restritas ao campo visual de cada pessoa. A partir de nossos referenciais cognitivos e perceptivos, temos a possibilidade de vislumbrar novos signos, significados e sentidos de uma paisagem, ou ainda, de renová-los a partir da eleição de outros componentes geossimbólicos que passam a constituir-se repositórios de nossos mais caros e essenciais valores individuais ou coletivos.

No caso específico da paisagem e de seus elementos componentes de modo individual ou conjuntamente, podemos associar a ela vários tipos de valores, dependendo dos objetivos e das formas de perceber seus atributos, sob a dimensão dos seus lugares sagrados e seculares. Como exemplo de geossímbolos valorizados mediante a tradição e o imaginário de várias culturas desde milênios até os nossos dias, afetando nossas estruturas mentais em razão de sua carga afetiva e dinâmica, temos elementos constituintes da paisagem tais como as águas – símbolos pluridimensionais da matéria primordial da criação, fonte e forma substancial de manifestação e perpetuação da Vida; meio de purificação, iniciação e vivificação (morte simbólica, as novas energias), e centro de regenerescência e imortalidade, representando a infinidade dos possíveis e as ameaças de reabsorção. Esse

elemento incorpora ainda os simbolismos da sabedoria chinesa, de liberdade e desimpedimento, sendo de acordo com Lao-Tsé, o emblema da “*suprema Virtude*”. Também nas tradições judaicas, a água é *mãe* e *matriz* (no sentido de útero), da presença do feminino receptor e gerador, nutrindo o viver, as germinações.



Fig. 3: “*Aí ele diz uma coisa inusitada: que rio é palavra mágica para conjugar eternidade. Eu havia aprendido o contrário, que o rio é palavra para conjugar tempo. Pelo menos foi assim que ouvi de Heráclito, o filósofo: ‘tudo flui, nada permanece, tudo é rio...’*” – Rubem Alves (2000:12). Margens do Nilo, Cairo, Egito.

Foto: Solange T. de Lima Guimarães, dezembro/1998.

Em outras tradições, as águas se associam ao simbolismo do masculino, vinculadas à imagética da força vital fecundante, do sêmen divino. Para os druidas, elas possuíam o poder de ligar e desligar sortilégios, além de serem um meio e um lugar de revelação. Em todos os tempos, as águas se tornaram símbolos cambiantes das energias, do curso das vidas e do espírito humanos, dos nossos desejos e sentimentos; tais simbolismos, entretanto, resguardaram os valores das ambivalências de fonte de vida e de morte, de criação e de destruição, benção e maldição, do feminino e do masculino, perdurando até o presente em nossa afetividade e imaginário...

Nos dias atuais, permanecem os valores arquétipos relativos à água emergindo novos valores funcionais a ela associados como um recurso natural, renovável, embora, com estoques distribuídos de modo desigual no Planeta, principalmente no que tange às condições de potabilidade para as populações humanas, apresentando condições irreversíveis de poluição, considerado o desenvolvimento técnico-científico de nossa época e também os crescentes conflitos, bélicos ou não, pela posse deste recurso e que ameaçam a segurança global.

Através de exemplos ligados à água como elemento concreto e simbólico componente da paisagem, podemos refletir sobre os aspectos relacionados à relação dialética entre **valor** e **valoração** ao longo dos tempos e no seio de diferentes tradições culturais, das rupturas e intercadências causadas pelos processos históricos de dominação e submissão sócio-cultural e materializada nas formas de construção e organização das paisagens, bem como o relacionar-se com o meio ambiente, e da eleição de valores mais permanentes ou efêmeros, porém, sempre mutáveis. Sob este prisma, “*o processo de valoração é mais importante do que os valores, pois é ele que os cria e os renova. (...) objetivando uma comunicação plena entre sujeitos.*” (MORAIS, 1992:45).

1.2 Algumas reflexões: paisagens e valores...

Como analisamos anteriormente, a gestão ambiental e a proteção da paisagem natural, construída e eclética envolvem, essencialmente, um inter-relacionamento entre os seres humanos e seu meio ambiente, fundamentadas em aspectos concernentes às experiências/vivências ambientais, às atitudes, condutas e valorações relativas aos dimensionamentos objetivos e subjetivos, tangíveis ou não, porém intrínsecos e extrínsecos à dinâmica de vida das diferentes populações e de suas culturas específicas. Os distintos modos culturais referentes à cognição, percepção, interpretação, valoração e representação ambiental, à construção do sentido de lugar, do significado de enraizar-se, bem como das suas relações identitárias, de pertinências e alteridades vêm sendo objeto de crescentes

repercussões na questão ambiental diante de inquietantes mudanças e transformações no meio ambiente, seja na biosfera, noosfera ou psicosfera.

Nessa perspectiva, as paisagens compreendem os ambientes e as ambiências espaço-temporais do mundo vivido. Para Dardel (1952), a paisagem não se restringe apenas a substrato e meio, mas expande-se em significados, ao incorporar o sentido de fonte e base dos processos da vida, envolvendo possibilidades ilimitadas nas relações existenciais entre as pessoas e a Terra, expressando o sentido da geograficidade e de seus liames. (FERREIRA, 1990; LIMA, 1996; GUIMARÃES, 2002; 2004; 2005a):

La paysage s'unifie autour d'une tonalité affective dominante, parfaitement valable quoique réfractaire à toute réduction purement scientifique. Il met en cause la totalité de l'être humain, sés attaches existentielles avec la Terre, ou, si l'on veut, sa géographicité origénelle: la Terre comme lieu, base et moyen de sa réalisation. Présence attachante ou étrange, et pourtant lucide. Limpidité d'un rapport qui affecte la chair et lê sang. (DARDEL, 1952:42)

Para vários autores, trata-se de valorar a paisagem sempre como uma herança manifesta em testemunhos de uma objetividade que vai emergindo da própria subjetividade, tendo em vista que as realidades ambientais nos conduzem às múltiplas dimensões do espaço vivido, extrapolando os limites territoriais das demarcações de fronteiras político-administrativas. Nessa ótica, todas as paisagens são heranças em vários sentidos, cujos aspectos se encontram em permanente evolução, sendo transformados a todo instante sob vários gradientes de extensão, intensidade, magnitude e duração. (GUIMARÃES, 2002; 2004; 2005a).

Além desses processos interativos, estruturadores e transformadores, os seres humanos ainda desenvolvem interpretações e valorações de suas paisagens, reconhecidas e ressignificadas a cada nova vivência ambiental, sendo aqui a dimensão temporal não apenas tomada no sentido cronológico, mas também no simbólico, propiciando a reestruturação da própria experiência **de** e **com** a paisagem. Por sua vez, as percepções, interpretações e valorações das imagens e memórias decorrentes de tais experiências desvendam a coexistência de espaços vividos paralelos, em intersecções, porém, completamente distintos, considerando-

se os diferentes tipos de vivências ambientais, em ressonâncias com as diversas percepções e interpretações das realidades geográficas, pois, de acordo com Dardel (1952: 44), *“la paysage n’ est pas, dans son essence, fait pour être regardé, mais insertion de l’ homme dans le monde, lieu d’ un combat pour la vie, manifestation de son être avec les autres, base de son être social”*.

Então, é por isso que as formas de vivenciar e de compreender os signos e significados interjacentes em uma paisagem tornam essa mesma paisagem tão diferente para uma pessoa e outra, individual ou coletivamente. Elas revelam leituras de códigos simbólicos situados entre as fronteiras de natureza objetiva e subjetiva, tangíveis e intangíveis, tênues, sutis ou fortemente demarcados, observados através da análise da percepção, interpretação e valoração do meio ambiente, numa significativa inter-relação de elementos naturais e culturais, bem como de atitudes e condutas ativo-reflexivas. Assim sendo, ao analisarmos os conteúdos simbólicos que representam diferentes realidades ambientais mediante a paisagem, concordamos com a afirmativa de Dardel (1952: 51): *“Multiples sont les modalités sous lesquelles la réalité géographique conduit, par le symbole et ses images, à un au-delà de la matière.”*

Diante da pluralidade de seus aspectos, consideramos a paisagem como o legado de um jogo de forças, testemunhando não somente a ação dos elementos e processos naturais, mas também as interferências da presença humana. Desta maneira e de acordo com as circunstâncias experienciadas, os seres humanos, ao atribuírem valores e significados às suas paisagens, expressos através de códigos simbólicos, concorrentes ou em intersecções, possibilitam que estas passem a inerir suas próprias histórias de vida, o que pode significar envolver um sentimento de territorialidade intensamente marcado, determinado pela afeição, originando o espírito de um povo e de um lugar (*genius loci*). (DARDEL, 1952; TUAN, 1974; 1977; WAGSTAFF, 1987; ROUGERIE; BEROUTCHACHVILI, 1991; SIMMONS, 1993).

Ao constituir uma herança, segundo esses vários autores, a paisagem – tanto do ponto de vista da *“paisagem total”* como da *“paisagem visual”* – é o legado de remotas e intensivas modificações, organizações e representações espaciais, resultado de intrincadas redes e combinações de processos naturais e

antropogênicos. Estes legados se manifestam com profundas influências nos espaços de ocorrência e de desenvolvimento dos ciclos responsáveis pela permanência ou extinção daqueles espaços e lugares, de suas construções ou (des)construções paisagísticas, sendo testemunhos dos significados valorativos efêmeros ou duradouros através dos sinais e marcas de suas passagens e representações imagéticas, pertinentes à proteção ou degradação do seu entorno, levando até mesmo à ascensão ou ao declínio de várias culturas, de acordo com os diferentes momentos contextuais e com as etapas do processo civilizatório.

Temos, assim, na tessitura dessas visões, que a paisagem é suporte de uma identidade individual e coletiva, como também é mediadora das relações ser humano/meio ambiente, exprimindo, através das tramas simbólicas, constituídas por seus elementos naturais e culturais, as idéias, intenções e concepções relacionadas ao modo de vida, à estruturação e estratificação de mundo vivido de uma dada sociedade. Rougerie e Beroutchachvili (1991:115), ao analisarem a paisagem compreendida como uma herança, nos recordam de que para Sanguin, as paisagens podem ser percebidas como “*l’heritage intellectuel et spirituel d’un peuple*”, transcendendo os geossímbolos individuais, alcançando uma dimensão simbólica coletiva, envolvendo indivíduos, grupos étnicos, mediante suas experiências originárias nos domínios das territorialidades seculares e sagradas, e de suas diferentes formas de organização espacial e, conseqüentemente, de valoração ambiental.

Diante dessas reflexões, observamos que os processos conservacionistas e preservacionistas associados à gestão do meio ambiente, em especial da paisagem como recurso ambiental não-renovável, envolvem questões relacionadas à proteção e à extinção dos recursos que integram o patrimônio natural e cultural de uma comunidade ou da própria humanidade. Implicam, também, desdobramentos tais como os conflitos e contradições refletidos nas diferentes realidades espaço-temporais vividas pelos vários segmentos de população, cristalizando formas, reordenando traçados, diretrizes e funções, imprimindo novas feições espaciais, gerando lugares duradouros ou efêmeros, com visibilidades significativas ou não, sob perspectivas temporais cronológicas e simbólicas.

Ao manipular a heterogeneidade ecológica e cultural das paisagens da Terra e interferir no equilíbrio harmônico de seus processos, ciclos e fluxos, os seres humanos nem sempre conseguiram atingir seus alvos, consideradas as variedades de oportunidades de convergências bem-sucedidas, de processos criadores, do desenvolvimento econômico e da gestão ambiental, tomados os diferentes jogos e riscos envolvidos. Todavia, os valores associados a esses contextos da gestão e do planejamento ambiental revelam níveis experienciais e relacionais diretos e indiretos, abrangendo situações correlacionadas a faixas etárias, gênero, níveis sócio-econômico e cultural (educação formal), influenciando atitudes e condutas individuais e coletivas, tanto em relação aos seus aspectos objetivos e subjetivos, positivos e negativos, em concordâncias ou discordâncias aos diversos processos cognitivos, perceptivos e interpretativos, quer tenham ocorrido em sociedades antigas ou ocorram na contemporaneidade. (LIMA, 1996; GUIMARÃES, 2001; 2002; 2004; 2005a; 2005b; GUIMARÃES; DACANAL, 2006).

Mediante a transgressão e o desconhecimento dos níveis de interatividade das leis naturais, da ausência de uma ética pertinente à justiça ecológica, imbuídos de ideais e motivações nem sempre lícitos, porém, coniventes e convenientes com estruturas e poderes econômicos e políticos, provocamos o declínio de nossas civilizações e a conseqüente deterioração e extinção das paisagens naturais e culturais, principalmente se tomarmos em conta os aspectos referentes à biofilia, hidrofília, topofília, topofobia, topocídio, e toporeabilitação, ou seja, aspectos e valores associados à paisagem, à experiência ambiental de cada sociedade, ao desenvolvimento de seus códigos de atitudes e condutas relacionadas ao meio ambiente, tanto em relação à conservação como à preservação, como ainda à valoração de seus recursos ambientais. (TUAN, 1974; WILSON; KELLERT, 1993; AMORIM FILHO, 1999; GUIMARÃES, 2004; 2005a).

A identificação dos níveis e das escalas perceptivas, interpretativas e valorativas na análise do meio ambiente revela-nos a possibilidade de uma multiplicidade de leituras da paisagem natural e construída, nas quais as imagens da experiência cotidiana refletem, no contexto dos sistemas ambientais, a unicidade entre a cultura objetiva e a subjetiva e suas relações de identidades territoriais e alteridades, no universo que envolve os domínios da paisagem vivida. Ao

apresentarem uma interatividade de aspectos e valores relacionados à tecnologia e à cosmovisão, fundamentam uma análise integrada na qual a interpretação e a valoração a partir da experiência desempenham papéis essenciais para a compreensão das realidades ambientais exteriores e interiores, mediante processos inerentes à dimensão psicológica. (TUAN, 1974; SIMMONS, 1982; 1993; FERREIRA, 1990; LIMA, 1996; 1998; 1999; GUIMARÃES, 2001; 2002; 2004; 2005a; 2005b).

Sob uma visão de sistemas dinâmicos, Burle-Marx (1977: 39-40), tece várias considerações sobre o termo “*paisagem*”, nas quais os elementos responsáveis pela sua definição e diferenciação entre todas as outras paisagens encontram-se em transformações próprias e contínuas, extrapolando conceituações restritas apenas a espaços limitados, ganhando então, uma concepção mais ampla no sentido de “*todo e qualquer ambiente de nosso território*”. Ao tomá-la como um recurso, o autor passa a qualificar essa mesma paisagem, mediante a atribuição de valores de natureza cultural, implicando categorias distintas. Desta forma, Burle-Marx (1977: 40), define **recursos paisagísticos** como “*aquelas paisagens que, devido a características específicas, de ordem estética, científica ou histórica, constituem bens culturais de uma comunidade*”.

Um recurso paisagístico é único em sua história evolutiva, jamais é igual a outro, mesmo quando são resguardadas as semelhanças aparentes, distinguindo-se das outras unidades e matrizes de paisagem natural, construída ou eclética, vizinhas ou não, em função de suas complexidades e peculiaridades, visíveis e não-visíveis relacionados ao fenossistema e ao criptossistema. Assim, a vocação da área que comporta um ou mais recursos paisagísticos deve ser cuidadosamente avaliada e valorada em razão dos critérios utilizados para zoneamentos de recursos paisagísticos locais e regionais. Deve haver uma perspectiva integrada e uma visão ecológica, levando em consideração as condições atuais e futuras dos recursos ambientais existentes nas unidades paisagísticas, a partir de diagnoses referentes ao estado dos patrimônios, e das projeções de ocorrências de riscos e impactos ambientais adversos e de seus efeitos sinérgicos, consideradas as medidas protecionistas de tutela e salvaguarda das áreas em questão.

No caso da gestão ambiental, o planejamento paisagístico referente à implantação de atividades de lazer e recreação em suas várias modalidades e associadas na atualidade ao turismo, por exemplo, deve propiciar a utilização do patrimônio natural e cultural, conforme suas funções de uso, proteção, recreação, de modo a conseguir um equilíbrio entre o potencial da paisagem como um recurso ambiental, levando-se em conta suas efetivas restrições e limitações de natureza quanti-qualitativa, as diferenças locais e regionais das unidades paisagísticas e as necessidades e demandas da sociedade (SEIBERT, 1978; GUIMARÃES, 1998; 2002; 2004; 2005a)

A análise desses pontos deve assegurar a conservação e a preservação de seus componentes paisagísticos naturais e culturais, de suas estruturas, qualidades, valores e atributos estéticos, diante das interferências antropogênicas interiores e exteriores, respectivas a uma outra utilização potencial ou efetiva de um recurso paisagístico já existente, que poderá ou não se converter em um novo atrativo turístico. Desse modo, é preciso considerar a importância e o significado ecológico, geo-histórico e cultural do recurso em foco, suas funções sócio-econômicas, aspectos e valores cênicos, inventário e previsão de danos, dos procedimentos para intervenções remediadoras ou preventivas, visando mitigar os impactos negativos decorrentes, caso sejam passíveis de reversão ou não.

A proteção dos recursos paisagísticos naturais e culturais, considerada a relevância dos interesses e valores concernentes às questões da significância de sua riqueza patrimonial regional, nacional ou internacional, deve se apresentar em consonância com diretrizes de um planejamento integrado e participativo. Deve ligar-se, também, a programas e projetos de uso racional de tais recursos, promovendo ações com amplitude de variação segundo suas dimensões, contextos e riscos, incluindo as áreas protegidas respectivas ao patrimônio natural, construído ou eclético e seus espaços de entorno, amortecimento e de ambientação.

Tais medidas protecionistas abarcariam ações de caráter preventivo, mitigador e corretivo de acordo com a situação e as exigências técnicas e legais relacionadas à proteção da paisagem, minimizando determinados efeitos, influências e atividades responsáveis pela extinção ou deterioração paisagística imediata ou

não, direta e indireta, tomando em consideração a natureza, a extensão, a intensidade e antiguidade das transformações e interferências antropogênicas na área. (SEIBERT, 1978; SIMMONS, 1982; 1993; LIMA, 1998; 1996; GUIMARÃES, 2002; 2004; 2005a).

A propósito dessas várias questões, Seibert (1978), considera que os aspectos relativos ao planejamento paisagístico têm como finalidade encontrar um equilíbrio entre o potencial natural da paisagem, limitado quantitativa e qualitativamente, e a sociedade. Essa busca é necessária porque as exigências das diversas sociedades variam conforme as dimensões de território e as formas das unidades paisagísticas, sendo alteradas segundo suas necessidades sob contextos espaço-temporais diferenciados. O planejamento paisagístico, atrelado ou não a programas e projetos de maiores dimensões (regionais, por exemplo), deve considerar os inventários e os diagnósticos da paisagem a partir de sua valoração como recurso paisagístico natural ou construído, em função de suas estruturas físicas, ecológicas, sócio-econômicas, culturais, diagnosticando o plano-base, sob a visão da conservação necessária para a avaliação das possibilidades de seus usos futuros como um bem, um recurso ambiental. (SEIBERT, 1978:125).

Ao considerarmos esses ângulos para análise, os programas e projetos voltados à proteção da paisagem deveriam coordenar as medidas, diretrizes, sugestões de caráter conservacionista e preservacionista, relacionadas ao atendimento das demandas sócio-econômicas, culturais e políticas das comunidades. Assim, no inventário e na diagnose das paisagens, traçados os objetivos, restaria a liberdade de criação, adaptação e adequação de projetos e sub-projetos destinados às várias áreas de ação, dependendo de sua natureza quanto às permissões, restrições e proibições de uso, concernentes aos zoneamentos ecológicos, funcionais, recreacionais, e aos processos e projetos de recuperação, reabilitação, revitalização, idealizados.

Também temos que considerar diante desses cenários que a intensificação, frequência e magnitude dos riscos e impactos ambientais adversos têm gerado desequilíbrios e ameaças aos recursos paisagísticos, com interferências em diversos segmentos sócio-econômicos e culturais das atividades humanas. Tais situações

atingem também os níveis de capacidade de suporte e de resiliência dos ecossistemas, apresentando vários estágios referentes aos estados de reversibilidade ou irreversibilidade das condições de deterioração, de degradação ambiental, deixando os registros e as marcas visíveis ou não no conjunto dos elementos paisagísticos componentes e indicadores, tendo em vista a interatividade e as estruturas das condições ecológicas e antropogênicas externas e internas à paisagem (UNESCO, 1973; SEIBERT, 1978; LIMA, 1998; GUIMARÃES, 2004; 2005a).

Neste sentido, a paisagem é considerada como um recurso não-renovável, exigindo medidas remediadoras específicas para cada caso, implicando que situações de risco ou de impactos negativos decorrentes venham a significar uma constante ameaça à sua conservação e existência como um todo ou de cada um dos seus elementos constituintes. Seibert (1978: 07), caracterizando a paisagem não apenas como um conceito de unidade espacial, mas de sistemas de referências qualitativos, afirma que a inter-relação e a transposição de vários planos (físico, vital, espiritual) criam a sua identidade, a sua imagem própria. Sob esta perspectiva temos ainda os trabalhos desenvolvidos por diversos autores em várias áreas de estudos, a exemplo da Geoecologia, Ecologia de Paisagens, Ecologia Profunda, Ecopsicologia, entre outros.

Sob este prisma, a proteção dos recursos paisagísticos, fundamentada em uma gestão ambiental com bases racionais, integrada e participativa, compreende inúmeros níveis de análise, interpretação e valoração, abrangendo eixos temáticos pertinentes ao planejamento e ao gerenciamento ambiental, bem como ao manejo de recursos ambientais, em suas várias dimensões, assim como as imbricadas inter-relações entre as diferentes instâncias: a econômica, geográfica, ecológica, cultural, social, jurídica, educacional, política entre outras.

Ao refletir sobre as inter-relações envolvidas na proteção dos recursos paisagísticos, Lima (1998); Guimarães (2002), discute a responsabilidade e as atitudes e condutas das sociedades em relação ao meio ambiente. Ela enfatiza que muitas ações organizadas da comunidade civil têm garantido um exercício consciente e consciencioso de cidadania, consolidando práticas, contestando

políticas ambientais e econômicas, resgatando valores ecológicos, éticos e culturais, até então muitas vezes esquecidos, em um reconhecimento da relevância e significado da experiência ambiental para o desenvolvimento das comunidades envolvidas.

Tratando-se da gestão dos recursos paisagísticos, seja daqueles pertencentes às diversas classes do patrimônio natural como do cultural, encontramos nos estudos de interpretação e valoração da paisagem, uma significativa contribuição para as estratégias de planejamento da conservação e preservação do meio ambiente. Em relação ao inventário dos distintos componentes de uma unidade paisagística, em micro ou macro escala territorial, temos que desenvolver vários tópicos de estudos, abarcando, desde a descrição das variáveis biofísicas, geográficas, sócio-econômicas, culturais até a análise e avaliação dos níveis e dimensionamentos da percepção, interpretação e valoração da qualidade ambiental, da qualidade de vida e da qualidade experiencial. Estariam em foco, também, as preferências paisagísticas dos diferentes segmentos de população que integram as comunidades e que estão inseridos em uma dada unidade de paisagem.

Ao considerarmos os aspectos geográficos e ecológicos pertinentes tanto à diversidade biológica, quanto à pluralidade cultural, não podemos subestimar quaisquer das faces ou interfaces interpretativas e valorativas concernentes às paisagens, pois, através delas, propiciamos a criação, permanência e continuidade de vários processos políticos e sócio-econômicos, além dos ideológicos, tendo em vista, uma convergência de perspectivas na evolução e na continuidade das transformações e interações verificadas na paisagem, bem como das demandas sociais e culturais decorrentes. (LIMA, 1998; GUIMARÃES, 2002; 2004; 2005a).

Deste modo, os estudos sobre a interpretação e valoração ambiental apresentam-se como subsídios primordiais para a gestão e salvaguarda do patrimônio representado pelas paisagens naturais e culturais, sendo a variedade e qualidade cênicas fatores dos mais significativos na avaliação destes recursos, seja em relação aos valores atribuídos ao conjunto da paisagem, ou aos pontos de interesses visuais específicos (por exemplo, mirantes, *belvederes*, etc), principalmente no que tange àqueles que apresentam beleza, harmonia ou

grandiosidade em seu conjunto, destacando-se pelos seus valores de relevância cênica, entre os aspectos fundamentais para a utilização dos recursos paisagísticos.

Nesta ótica, tais elementos se constituem como referenciais indispensáveis tanto para as políticas públicas ambientais destinadas à conservação, preservação, recuperação e revitalização do patrimônio paisagístico natural, construído e eclético, propiciando um desenvolvimento local e regional, bem como, em termos de salvaguardá-lo mediante a aplicação de conhecimentos específicos e de disposições legais e obrigações (CUSTÓDIO, 2002), referentes aos planos diretores das áreas, planos de manejo, etc, sendo estes devidamente aprovados pelas instâncias competentes.

Em relação às situações vinculadas à tutela dos recursos paisagísticos, vários juristas têm trabalhado para a efetivação da proteção das paisagens naturais e construídas. Libório (1998: 64), ao discorrer sobre a proteção legal da paisagem, apresenta-nos um breve histórico dos textos legais dedicados ao direito ambiental e de paisagens, afirmando sobre a paisagem: *“trata-se, portanto, de um bem de valor constitucional que é legalmente assegurado e protegido no interesse de toda a coletividade”*. A autora ainda considera também que *“não se deve propugnar pelo esteticismo gratuito, mas sim pretender a integração do elemento estético com as diretrizes de desenvolvimento e com a preservação do patrimônio ambiental e cultural da nação”*.

Em relação às medidas de proteção às paisagens, Libório (1998: 67), fundamentada em Predieri (1969) e Custódio (1989), discute aspectos relacionados aos Planos Diretores e Planos Paisagísticos concernentes às medidas de defesa e preservação da paisagem, às sanções penais e administrativas respectivas às atividades lesivas ao meio ambiente em sua dimensão natural e cultural, aos crimes contra o patrimônio ambiental, questionando justamente os cenários de desenvolvimento nacional e internacional, marcados pelo desaparecimento de muitos recursos paisagísticos notáveis graças a suas relevâncias cênicas, com indesejável freqüência e repetição.

Também o paisagista brasileiro, Burle Marx (1981), há mais de duas décadas e meia, após analisar fatos associados ao processo histórico de interferências e alterações da paisagem brasileira referentes aos resultados de mandos e desmandos fundamentados somente “*em vaidades e pretensões políticas*”, desde o período do descobrimento, considerava que “*por causa de condições incidentais, de momento, o homem pode eliminar espécies e, assim, criar futuras condições desfavoráveis.*” (BURLE MARX, 1981: 07-09). E, ainda, na continuidade dos seus relatos sobre o desaparecimento e a destruição de paisagens nacionais de relevantes significados e valores, porque eram únicas, recorda-nos de vários sítios que deveriam ter sido protegidos a qualquer custo, a exemplo do Canal de São Simão:

Por outro lado, as áreas paisagisticamente relevantes também não escapam da euforia desenvolvimentista do Governo. Vamos ver um filme feito há dez anos atrás. As cores, no filme, estão alteradas pelo tempo. A paisagem real está alterada pelo homem, ou seja, deixou de existir. Trata-se do canal de São Simão, um ex-acidente geográfico único no mundo: o rio Paranaíba, entre Goiás e Minas Gerais, possuía, ao longo do leito, uma fenda com 900 metros de extensão, para onde as águas caíam em cachoeiras de ambos os lados. Isso, antes da conclusão da barragem que inundou todo o conjunto, com 80 metros de altura de água. Esta barragem poderia ter sido feita à montante do canal, para preservá-lo. Entretanto, parece que sob a fachada de uma prioridade discutível, sacrificaram-se impunemente as demais potencialidades da região... Sempre me pergunto por que os ufanistas do desenvolvimento tecnológico não se preocupam em demonstrar que, já que o avanço é tanto, é possível compatibilizar necessidades técnicas com qualidade de vida.(...) (BURLE MARX, 1981: 07-09).

Diante das várias ocorrências de sacrificarmos nossas paisagens a favor de um desenvolvimento e de um progresso duvidosos em relação à veracidade e legitimidade da proteção do patrimônio paisagístico nacional, a idéia da inesgotabilidade, da eternidade, da permanência, da durabilidade dos recursos paisagísticos deveria ser reavaliada. Tal reavaliação se faria mediante a análise das percepções, interpretações e valorações individuais e/ou coletivas, constatando-se os principais pontos de conflitos ou consensos, de convergências/divergências, de concordâncias/discordâncias entre a paisagem *de fato* e a paisagem *percebida*, interpretada e valorada, pois ambas se constituem em *realidades ambientais*. A análise dessas constatações desvenda-nos o significado e a valoração de suas

paisagens para os diversos conjuntos de populações vinculados às áreas onde estão localizadas, distinguindo os vários focos de interesse em jogo e em risco, tomando-se em conta as incompatibilidades e os conflitos gerados e a força da retórica das conveniências e conviências econômicas e políticas (GUIMARÃES, 2002; 2004; 2005a).

Da análise dos diferentes níveis interpretativos e valorativos concernentes às paisagens sob uma perspectiva de uso conservacionista racional, emergem aspectos que revelam acentuados níveis de fragilidades, contradições. Isso fica evidente, ao considerarmos os diversos graus e motivos envolvidos na associação das imagens das realidades ambientais pelos vários segmentos de classes sócio-econômicas, grupos culturais e institucionais envolvidos nas ações necessárias para a implantação e implementação dos programas e projetos de utilização e salvaguarda do patrimônio desses recursos paisagísticos: políticos, empresários, acadêmicos, ambientalistas, lideranças locais e de entorno, representantes de comunidades tradicionais, organizações não-governamentais, habitantes, turistas e excursionistas... Diferentes motivações, respostas antagônicas, paisagens em risco, valores em choques...

A realidade ambiental encontrada em áreas correlacionadas a muitos programas e projetos destinados ao desenvolvimento integrado nas mais variadas escalas político-administrativas, em especial, no caso de áreas que apresentam a relevância da estética cênica da paisagem como principal valor, agregando atributos relacionados aos atrativos turísticos, e que abrigam em suas áreas comunidades tradicionais ou neotradicionais, é uma síntese de diferenciadas realidades percebidas e interpretadas pelos diversos segmentos de população interessados, apresentando campos de visão, de significação e de ação muitas vezes divorciados, refletindo dissonâncias e divergências relativas à valoração ambiental.

Por sua vez, se analisarmos os graus das discordâncias e divergências focais em relação ao de concordâncias existentes, percebemos que, muitas vezes, acabam colocando em sério risco a proteção da própria integridade e valor dos seus recursos paisagísticos naturais e culturais, bem como dos laços de identidades entre as comunidades e seu espaço vivido, onde estes mesmos recursos são encontrados.

Sob este olhar, temos o envolvimento de inter-relações pertinentes à dinâmica e manutenção dos processos e meios de adaptação às transformações antropogênicas e naturais que venham a ocorrer, comprometendo as relações de custo e valor da utilização do recurso paisagístico como mercadoria e de todo o processo de valoração ambiental objetivo e subjetivo a médio e longo prazos – geralmente de maneira intensa e acelerada no que concerne à ocorrência principalmente dos impactos ambientais negativos – em detrimento dos outros conjuntos de valores abarcados.

Em tais contextos, as paisagens se encontram sujeitas a muitas transformações que acabam refletidas diretamente em sua qualidade visual, ou seja, em seus valores cênicos e na experiência humana referente às preferências paisagísticas, considerada a heterogeneidade, o dimensionamento e os gradientes de interação entre os fatores presentes, a memória, os níveis de bem-estar. Especificamente no caso da proteção dos recursos paisagísticos naturais e construídos, temos visto que em muitos casos, estes ainda se referem a lugares, territórios, espaço vivido de uma população, a exemplo das comunidades tradicionais e neotradicionais que habitam unidades de conservação. Também devemos considerar a existência dos recursos naturais de uso comum e a dimensão do vivido das paisagens, a exemplo dos recursos hídricos, do significado e valor da água para as populações.

As análises e avaliações multi e interdisciplinares visando aos recursos paisagísticos naturais, culturais ou ecléticos como potencialmente úteis e valiosos para o desenvolvimento integrado local e regional, na condição de atrativos turísticos, abrangem vários estudos e pesquisas no campo da geografia, história, biologia, arqueologia, psicologia, sociologia, antropologia, arquitetura, ecologia, artes plásticas, e outras. A análise dos resultados desses estudos teóricos e aplicados podem levar-nos ao desenvolvimento de uma consciência ecológica na qual a responsabilidade e o compromisso sócio-econômico sejam evidentes através de ações proativas alicerçadas em condutas e competências pró-ambientais e não somente reacionais diante da conservação de nossas paisagens.

Nos últimos anos, temos verificado uma intensa e acelerada evolução e difusão de muitas práticas de exploração/utilização dos recursos paisagísticos naturais e construídos, realizadas sem nenhum critério técnico ou controle efetivo exercido por instituição ou órgão competente em nosso país. Por essas razões, presenciamos gravíssimos problemas ambientais referentes à conservação e à preservação das paisagens diante de cenários expostos a riscos e impactados negativamente, exibindo uma trilha de negligências, perdas e danos ambientais expressivos que geram desafios para todos os segmentos das comunidades envolvidas no que diz respeito à gestão, tutela e manutenção dos patrimônios paisagísticos, à salvaguarda de sua integridade, como legados de valor inestimável.

Diante de muitos quadros negativos observados e herdados de um passado remoto ou próximo, no presente (e possivelmente no futuro!), em diferentes regiões brasileiras, tanto no âmbito de políticas públicas federais quanto estaduais e locais, temos a necessidade emergencial de uma reflexão e de um questionamento sobre vários dos aspectos referentes ao caráter de renovabilidade ou não dos recursos paisagísticos. Os aspectos relacionados às condições de ser renovável ou não, podem atrelar-se às situações e/ou exposições a riscos e impactos ambientais diferenciados e de várias origens, causando a gênese de processos de degradação irreversíveis, caso não sejam desenvolvidos uma gestão e um planejamento ambiental participativos. Nos planos, programas e projetos condizentes às políticas públicas participativas e integradas, torna-se de vital importância, a adequação de diretrizes e ações coordenadas para manter a viabilidade, a visibilidade e a valorização destes recursos, fundamentados tanto em princípios técnico-científicos e jurídico-administrativos, como nos saberes empíricos e tradicionais, visando garantir as condições de proteção, renovabilidade, recuperação, revitalização, reabilitação e resgate, específicas a cada categoria de recursos paisagísticos. (GUIMARÃES, 1998; 2002; 2004; 2005a; ANTONIO, 2006).

Também devemos lembrar a significativa importância desses mesmos estudos para programas e projetos que priorizem atividades de sensibilização e conscientização ambiental, educação ecológica, ou ainda de reintegração psíquica do ser humano com seu entorno, através das vivências ambientais. As atividades destinadas a segmentos distintos da sociedade, deveriam abranger desde a geração

de um clima de motivação receptiva às informações de caráter conservacionista ou preservacionista, relacionadas à proteção e tutela dos seus recursos paisagísticos, dependendo do caso em questão, como propiciar a compreensão, estimulando a busca por uma qualidade de vida melhor vinculada estreitamente à qualidade ambiental, envolvendo ou não aspectos das relações de espiritualidade e meio ambiente.

Ressaltamos, também, a necessidade de desenvolvermos programas e projetos de sensibilização e educação ecológica, utilizando estratégias e procedimentos metodológicos a partir da compreensão dos níveis cognitivos, perceptivos, interpretativos relacionados à experiência com e na paisagem e a consequente atribuição de valores, sejam estes de uso, de opção, de herança, de conveniência, morais ou existenciais, entre outros. É necessário e emergencial que as populações percebam e redescubram o valor e o sentido das paisagens onde vivem, pois são cenários de suas próprias histórias de vida, não se tratando de simples cenários de banalidades cotidianas.

Sob essa ótica, a paisagem ao ser evidenciada em seus atributos como um bem ambiental, é redescoberta e revelada, mediante a renovação das percepções e da interpretação a cada novo experienciar, sendo interiorizada pela emoção e identificação, o que torna mais fácil a assimilação de atitudes e condutas conservacionistas diante de medidas educativas relacionadas à proteção ambiental. Desse modo, a paisagem se reveste de uma nova dimensão valorativa abrangendo a compreensão de um conceito integrador de outros sistemas ambientais, como ainda da condição de integração do indivíduo em se reconhecer como “**ser parte**” e não como “**ter parte**” nesta mesma paisagem.

A percepção, interpretação e valorização dos atributos e imagens ambientais que reforçam a visibilidade, a significância e a qualidade cênica e experiencial respectivas aos recursos paisagísticos, cooperam também na construção do sentido de lugar, do espaço vivido, pois constituem fácies integrantes da vivência ambiental das comunidades e dos distintos segmentos de populações envolvidas, refletidas em múltiplos horizontes experienciais: conhecimento, sensações, sentimentos, memórias, informações, funções, utilizações, significados e valores. Ao adentrarmos

estes verdadeiros portais desvendados pelas experiências e vivências ambientais, nossos níveis cognitivos e emocionais são ampliados e aprofundados, sendo igualmente estreitados os vínculos de intimidade e familiaridade relativos às paisagens. Através da renovação das escalas de valorações derivadas destas experiências, temos diferentes graus de influência incidindo sobre nossas percepções, interpretações e representações, com reflexos nas transformações e mudanças de nossos padrões comportamentais.

Nesse contexto, as preferências e motivações paisagísticas decorrentes da valoração do meio ambiente envolvem, antes de tudo, elementos pertinentes à experiência ambiental inata ou cultural, de familiaridade ou não, de enraizamento e pertinência, assim como outras questões ligadas ao sentido da construção e desconstrução do lugar, de códigos exclusivos à funcionalidade, até aqueles que, ao adentrarem através de profundos signos e significados, resguardam em si universos simbólicos, dimensões não-visíveis, não-tangenciadas, porém, sensíveis, nos quais, mais uma vez, a percepção e a interpretação geradas pela experiência ambiental são encontradas em interações, provocando novas hierarquias vinculadas à proteção e valoração da paisagem (LIMA 1996; GUIMARÃES, 2001; 2002; 2003; 2005a).

A interpretação dos múltiplos dimensionamentos das realidades ambientais, das singularidades e da importância do patrimônio paisagístico considerado como um sistema de inter-relações ecológicas, em que a atividade do ser humano é um dos aspectos mais ativos e visíveis, deve contribuir, essencialmente, para a compreensão das transformações da paisagem como patrimônio de um povo, de um país. Enquanto patrimônio paisagístico natural, cultural ou eclético deve ser legado às futuras gerações, em concordância com os princípios preconizados pelos documentos originários de convenções e tratados internacionais, a exemplo da Agenda 21, consideradas as várias instâncias e conjunturas, pois um horizonte de possibilidades, oportunidades e potencialidades individuais e coletivas é desvendado através da valorização de aspectos regionais, expressando efetivamente atitudes e comprometimentos relacionados à salvaguarda da paisagem.

Finalizando, a atribuição de valores e significados – intrínsecos e extrínsecos, exógenos e endógenos; simbólicos e seculares; individuais e coletivos; positivos e negativos; biofílicos, hidrofílicos, topofílicos e topofóbicos, – às paisagens propicia uma renovação contínua da experiência através do conhecimento, sentimento e ressignificação desenvolvidos em relação ao meio ambiente, manifestando uma ligação íntima entre seus aspectos formais (indicadores) e àqueles de conteúdos (interpretados). Propicia, também, o resgate, pelos seres humanos, dos significados e das expressões referentes às suas raízes, suas relações de *pertinências e alteridades paisagísticas*, permitindo-nos tecer a seguinte afirmação: “somos parte intrínseca de uma paisagem; no ato de protegê-la, resguardamos e protegemos nossa própria vida e identidade”. (LIMA, 1998; GUIMARÃES, 2004; 2005a).

PAISAGENS: INTERPRETAÇÕES



Fig. 4: Cenários de uma trilha: “...um olho vê e o outro sente” – Paul Klee. Toronto, Canadá.
Foto: Solange T. de Lima Guimarães, outubro/1998.

2. PAISAGENS: INTERPRETAÇÕES

2.1 Histórias que influenciaram e transformaram nossa percepção e interpretação ambiental...

Tudo é uma gestação e, depois, um parto. Deixar que cada impressão e cada germe de sentimento chegue à realização plena no ser, na obscuridade, no inexprimível, no inconsciente, para além da própria compreensão, e esperar com profunda humildade e paciência o momento do nascimento de uma nova realidade. – Rainier Maria Rilke

As mudanças e transformações respectivas às diversas formas de perceber e interpretar a paisagem, ao longo de várias épocas, passaram pelos campos da filosofia, política, artes e ciências, sob contextos culturais e sócio-econômicos diferenciados e localizados – pontuais ou universais. Assim, muitas das antigas visões ecológicas ocidentais e orientais, revisitadas na atualidade, têm sido recuperadas como algo inédito ou revolucionário, em um mundo ainda demarcado renitentemente por tramas e ideologias sustentadas por arcaicos paradigmas. No entanto, esse procedimento, muitas vezes restringe o desenvolvimento de novos posicionamentos marcados pela busca e exploração de integralidades fundamentais à vida, talvez como única motivação essencial e profunda para a conservação do meio ambiente, especialmente se compreendido em suas várias dimensões – biosfera, noosfera e psicosfera.

Nos anos posteriores à II Guerra Mundial e, principalmente, durante as décadas de cinquenta, sessenta e setenta, podemos observar o desenvolvimento e a difusão de vários trabalhos, influenciados pela expansão das idéias e dos movimentos ecológicos em vários campos, destacando-se, em nosso tema de interesse, as linhas de estudos da Geografia Cultural, Ecologia de Paisagem, Ecologia Profunda, Ecologia da Mente (ou Terceira Ecologia), Ecopsicologia e Psicogeografia. Tais linhas pretenderam não apenas analisar a percepção e interpretação ambiental sob vários enfoques e procedimentos metodológicos qualitativos, mas também delinear princípios teóricos e desenvolver conceitos relacionados a novos paradigmas científicos que preconizavam a visão ecológica no contexto do Humanismo Dialógico, como forma de oposição aos antigos e conservadores paradigmas mecanicistas e tecnicistas cartesianos, gerados por um positivismo e um humanismo de caráter materialista. Nas palavras de Ehrenfeld (1992: 14), ao tecer suas críticas ao Humanismo de raízes positivistas:

Nesta Era de Ironias, deve ser esta a maior de todas as ironias: o humanismo que proclama e exalta a inteligência crítica da humanidade, não recorreu a ela, em última análise, quando mais a necessitava, para testar a própria fé do humanismo mediante uma avaliação do êxito de nossas interações com o nosso meio.

Para os pioneiros dessas linhas de pensamento do século XX, era essencial o desenvolvimento de uma relação renovada através de conexões significativas, partindo de um modo de *reconexão* do Homem com a Natureza, e entre as diferentes sociedades, tomando a palavra religião (*religio*) como base, no sentido de *re legere* – *reler, reconectar-se*, segundo Cahalan (1995: 223) e Morais (2002a:65).

Especialmente no que tangia à compreensão da pluralidade de perspectivas culturais e psíquicas, observadas nas formas individuais e grupais de experienciar, perceber, interpretar, preferir e adaptar-se às distintas realidades ambientais cotidianas, concretas/imaginárias, buscava-se reconciliar faces da ciência e transcendência, do entendimento da complexidade da condição de ser humano, em nossas semelhanças e diferenças. Sobre a reflexão desses aspectos, Morais (2002a:153), lembra-nos do ensaio do antropólogo norte-americano Edward Bruner, “*O approach psicológico na antropologia*”, que ganhou visibilidade internacional ao

apresentar-nos as três dimensões fundamentais do humano – a universal, a regional e a individual – através da afirmativa: “*cada homem é, em certos aspectos como todos os outros homens; como alguns outros homens; como nenhum outro homem.*” (grifos nossos).

Mais precisamente sobre os aspectos relacionados à percepção e à conscientização da qualidade ambiental e a segurança da vida das populações humana, fauna e flora, um dos principais marcos referenciais dessas décadas é a publicação, em 1962, do livro de Rachel Louise Carson (1907-1964), “*A Primavera Silenciosa*” inspirado na grande mortandade de pássaros em *Cape Cod*, no final da década de cinquenta, causada pelas pulverizações de DDT (Dicloro-Difenil-Tricloroetano), considerado como o primeiro pesticida moderno. Fundamentada em seus estudos sobre o uso indiscriminado e intenso do produto desde a época da II Guerra Mundial, quando foi utilizado pelos soldados nos campos de combate para controle de insetos transmissores da malária e do tifo, a autora apresentava os resultados de suas pesquisas. Eram evidências claras, de que o DDT penetrava não somente na cadeia alimentar, acumulando-se nos tecidos gordurosos dos animais, incluindo os seres humanos, mas também se constituía um fator de risco carcinogênico e de outros tipos de danos genéticos.

Em “*A Primavera Silenciosa*”, a autora enreda-nos em uma discussão crítica, marcada pela eloquência, sobre os rumos inconseqüentes dos avanços tecnológicos e dos impactos ambientais adversos. Relaciona-os não só às situações de perda de biodiversidade associada ao uso de tais substâncias químicas na agricultura, como conseqüência dos padrões de monoculturas agroindustriais, mas também à contaminação de vários recursos naturais, destacando-se os hídricos e pedológicos, devido à permanência de níveis residuais de toxicidade no ambiente.

Um dos capítulos do livro merece destaque pelo seu papel sensibilizador – “*Uma fábula para o amanhã*” – onde Rachel Carson apresenta uma cidade silenciada pela ausência de vida, causada pelos efeitos nocivos do DDT, numa tentativa de conscientizar as pessoas sobre as relações de interdependência entre os diferentes ecossistemas e o encadeamento das conseqüências diretas e indiretas. Na época de sua publicação, emergiram várias críticas negativas ao seu

trabalho, vindas de diferentes setores da sociedade, incluindo o civil, o político e o científico, mas foi justamente graças ao caráter de alerta e de conscientização de sua obra, que devemos a regulamentação desses produtos e de seu uso, visando à proteção da qualidade ambiental, nos dias de hoje.

O período é marcado, ainda, pela presença do microbiologista francês René J. Dubos, autor da conhecida frase "*Pense globalmente, aja localmente*", que se tornaria um dos principais refrãos do movimento ecológico nos anos noventa. A publicação de seus livros sobre a temática ambiental, traduzidos em vários idiomas, marcou as décadas de sessenta e setenta, conscientizando-nos sobre as interações entre as diferentes formas e cadeias de vida, a necessidade da conservação dos diversos habitats, evidenciando a manutenção da qualidade ambiental e de vida dos seres humanos e suas relações com o entorno.

Dubos, ao assumir seu papel de educador e conscientizador das diferentes realidades ambientais, teceu sérias advertências a respeito dos desequilíbrios ecológicos e suas relações com a economia, escassez de recursos e sociedade; jamais deixou, porém, de acreditar no potencial humano de autotransformação. Embora mais de três décadas se tenham passado, sua obra ainda permanece atual e sensibilizadora.

Guimarães (2005b: 118-119), relata que, no início da década de 1970, Bárbara Ward e Renés Dubos (1973), incumbidos de organizar e redigir o relatório da Primeira Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972, publicaram a obra "*Uma Terra Somente: a preservação de um pequeno planeta*". Tal obra se alicerçava nos dados desse mesmo relatório, alertando-nos sobre as estratégias para a sobrevivência da espécie humana no planeta Terra, no sentido de comprometermo-nos de modo cooperativo, através de uma responsabilidade efetiva, diante de problemas, riscos e danos passados, presentes e futuros, respectivos aos diversos questionamentos internacionais concernentes ao meio ambiente. Isso porque ainda se mantinham os processos de exclusão e segregação sócio-econômica e cultural, quanto às alternativas de acesso, oportunidades e possibilidades de viver travestidos sob formas de discriminações sutis ou sofisticadas, perceptíveis ou não.

Ao levarem em conta perspectivas mais realistas e talvez até mesmo sombrias, Ward e Dubos (1973), nos admoestam quanto à necessidade emergencial de percebermos e reavaliarmos nossas ações, atitudes e condutas, muitas vezes alienadas e não- conscienciosas, em relação aos graus de interdependência dos processos da vida no planeta, das relações de alteridades, bem como da concatenação de causas e efeitos adversos e crescentes, ameaçando a segurança ambiental e a paz das populações humanas, devido a conflitos bélicos. Apesar de o alerta desses autores contar com trinta e cinco anos, desde a publicação dos originais em 1972, a sensibilidade da tessitura da reflexão não perdeu sua atualidade nem seu caráter emergencial, como podemos observar nos excertos a seguir:

MAS NÃO SOMOS sonâmbulos nem ovelhas. Se os homens não se deram conta, até agora, do grau de sua interdependência planetária, isso se deve, ao menos em parte, a que esta ainda não existia em forma de fatos claros, precisos, físicos e científicos. A nova compreensão de nossa condição fundamental também pode tornar-se a compreensão de nossa sobrevivência, que talvez estejamos adquirindo no momento oportuno. (WARD; DUBOS, 1973: 269)
(...) Uma estratégia aceitável par ao planeta Terra deve, então, levar explicitamente em conta o fato de que o recurso natural mais ameaçado pela poluição, mais exposto à degradação, mais propenso a sofrer um dano irreversível, não é esta ou aquela espécie; não é esta ou aquela planta ou bioma, ou habitat, nem mesmo a atmosfera livre ou os grandes oceanos. É o próprio Homem. (WARD; DUBOS, 1973: 273)

A partir da década de 1960, temos um cenário internacional econômico, social e político, no qual emergem várias posições ambientalistas em decorrência das diferentes visões ecológicas pertinentes à crise ambiental, percebidas de modo mais amplo como relacionada à falência dos modelos de desenvolvimento vigentes. As principais bandeiras desses movimentos abrangiam contextos sócio-econômicos e culturais de exclusão, vinculados à acentuação das iniquidades sociais e da exploração irracional de recursos naturais renováveis e não-renováveis.

Esses novos direcionamentos políticos foram concretizados mediante encontros internacionais, cuja pauta e motivação principal, eram questões e problemas internacionais relativos à qualidade das condições do meio ambiente, em suas várias dimensões – física, biológica e humana. Entre estes, citaremos apenas

alguns, sem desconsiderar o mérito da contribuição de outros eventos, pois foram considerados marcos históricos significativos nas mudanças das políticas ambientais, perdurando sua influência, de modo direto ou indireto, até nossos dias, tanto em relação ao sentido ideológico quanto a ações efetivas de interferência e segurança ambiental.

No mesmo período, a publicação de alguns trabalhos provocou impactos em diversas áreas científicas ou não, ao correlacionarem processos de desenvolvimento e crescimento econômicos, análises biofísicas e ecológicas, e recursos naturais, a exemplo das obras de Kenneth Boulding (1966), *"The Economics of the Coming Spaceship Earth"*; de Herman Daly (1968), *"On Economics as a Life Science"*; de Howard Odum (1971), *"Environment, Power and Society"*, estabelecendo os princípios da bioeconomia, que norteariam, posteriormente, o surgimento e a consolidação do campo de estudos da Economia Ecológica, durante a década de oitenta, com a fundação, no ano de 1988, da *"International Society for Ecological Economics - ISEE"*, e em 1989, através da publicação do periódico *"Ecological Economics"*.

Deste modo, temos a *Conferência Internacional sobre a Utilização Racional e a Conservação dos Recursos da Biosfera*, em 1968, promovida pela UNESCO, sendo então delineados os fundamentos para a criação, em 1970, do Programa Homem e Biosfera (MAB - *Man and Biosphere*). No mesmo ano de 1968, era fundado o Clube de Roma, no continente europeu, liderando um movimento integrado por especialistas em diferentes áreas do conhecimento, preocupados com a emergência crescente de problemas e crises de caráter ambiental, ocorrentes na época.

No ano de 1972, foi publicado pelo Clube de Roma, o relatório *"The Limits of Growth"* (*"Limites do Crescimento"*), também conhecido como *"Relatório Meadows"*, considerado um alerta no sentido da mudança dos modelos de desenvolvimento econômico. Tais modelos sinalizavam um colapso, uma falência diante do ritmo de crescimento demográfico, da exploração e escassez de recursos naturais, insuficiência da produção alimentar, degradação ambiental irreversível, crescimento

acelerado do consumo, e do encadeamento de nefastas implicações decorrentes a médio e longo prazo. Daí o caráter significativo de seu sentido de alerta.

Posteriormente, em 1972, tivemos a realização da *Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano*, em Estocolmo, Suécia, baseada nos resultados constatados pelo “*Relatório Meadows*”, levando à elaboração da “*Declaração sobre o Ambiente Humano*”, e estabelecendo os princípios que deveriam nortear as melhorias ambientais para as comunidades humanas, consoante a *Carta das Nações Unidas* e os princípios do *Direito Internacional*. Simultaneamente, foi criado o *Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA*, isto é, um plano de ação mundial visando balizar as questões econômicas, políticas e sociais de forma a conciliarem qualidade ambiental e qualidade de vida humana, gerando estratégias mais adaptadas à realidade direcionadas ao monitoramento dos problemas e conflitos ambientais. Como um ponto de destaque no histórico da mudança da percepção e do processo de conscientização ambiental, temos a Recomendação 96, no texto daquela Conferência, enfatizando o desenvolvimento da Educação Ambiental como um dos elementos essenciais para a transformação real da consciência pertinente à crise.

Embora a Conferência de Estocolmo tenha motivado e inspirado a proliferação de muitos tratados, convenções, programas e encontros internacionais de caráter protecionista, ao analisarmos os vinte e seis princípios da “*Declaração sobre o Ambiente Humano*”, observamos que muito pouco foi efetivamente realizado desde então, prevalecendo o desrespeito aos compromissos de cooperação internacional firmados, restando-nos lamentar as inúmeras violações e a ausência de ética diante das iniquidades sociais e econômicas que presenciamos até nossos dias.

Em 1975, na antiga Iugoslávia e atual Sérvia, era realizada a *Conferência de Belgrado*, sendo os dois marcos principais daquela reunião, a “*Carta de Belgrado*” e o “*Programa Internacional de Educação Ambiental – PIEA*”, documentos cujos objetivos eram consolidar uma nova ética global, priorizando as relações de equidade social e alteridades entre o ser humano, meio ambiente e sociedades, tendo em vista a procura de alternativas mais humanizadas e ecológicas para as

mais diferentes necessidades dos diversos povos. No texto da *Carta de Belgrado*, observamos recomendações específicas à Educação Ambiental, devendo seus fundamentos coordenar objetivos para possibilitar o desenvolvimento de conceitos e habilidades, valores e atitudes, de modo a viabilizarem a melhoria da qualidade ambiental de forma efetiva, tanto no presente como no futuro.

Na continuidade, no ano de 1977, realizou-se a “*Conferência de Tbilisi*”, em Tbilisi, Geórgia, promovida pela UNESCO, finalizando a primeira etapa do “*Programa Internacional de Educação Ambiental – PIEA*”, iniciado em 1975, por ocasião da Conferência de Belgrado, com programas e projetos coordenados pela UNESCO e pelo PNUMA, desenvolvidos em diversas áreas geográficas – Américas, Ásia, Europa, África. As recomendações de Tbilisi são reconhecidas como verdadeiros marcos do desenvolvimento da Educação Ambiental, envolvendo os aspectos formais, não-formais e informais, em âmbito regional, nacional e internacional, abrangendo princípios, finalidades, objetivos e estratégias, ao considerar os seguintes pontos:

- Estratégias de desenvolvimento da Educação Ambiental;
- Setores da população aos quais está destinada a Educação Ambiental;
- Conteúdos e Métodos;
- Formação de pessoal;
- Material de ensino e aprendizagem;
- Difusão da informação;
- Pesquisa em Educação Ambiental
- Cooperação regional e internacional;

Ao avaliarmos o desenvolvimento dos programas e projetos posteriores à *Conferência de Tbilisi*, podemos afirmar, mesmo diante das discussões e reflexões sobre o papel das políticas educacionais e dos contextos ideológicos, que seus princípios e suas orientações continuam validando, até hoje, os fundamentos da Educação Ambiental, devido a suas características éticas, transformadoras, críticas, interdisciplinares e de cooperação participativa, sendo esta de âmbito bilateral, regional e internacional.

Ainda durante os anos setenta, registramos um aumento significativo de trabalhos, explorando a temática **meio ambiente** através de múltiplas abordagens

quali-quantitativas, relacionadas aos parâmetros e conceitos de percepção da qualidade ambiental e qualidade de vida, tendo como marco a publicação em 1973, em Paris, pela UNESCO, do *Expert Panel on Project 13: Perception of Environmental Quality/Final Report, MAB Report Series/UNESCO*. Nesse relatório, são analisados aspectos voltados à interpretação do próprio conceito de percepção ambiental, e também à significância dos estudos sobre percepção da qualidade ambiental como forma de reconhecimento e compreensão objetiva e subjetiva das relações entre homem e biosfera, para a gestão do meio ambiente. Ainda são abrangidas as proposições de diretrizes metodológicas e abordagens adequadas, visando à incorporação das dimensões sociais, políticas e econômicas, assim como o direcionamento dos estudos a determinadas áreas e situações específicas, consideradas prioritárias, resultando na seleção dos domínios:

1. percepção de paisagens que são tipicamente paisagens criadas pelo homem e têm importância histórica, estética e ecológica;
2. percepção de riscos e calamidades inerentes ao ambiente, naturais ou antrópicas;
3. percepção dos parques nacionais;
4. percepção ambiental de áreas ecológicas isoladas ou periféricas;
5. percepção da qualidade dos ambientes urbanos;
6. análise dos modelos sistêmicos que possibilitam um planejamento e avaliação globais do meio ambiente. (UNESCO, 1973)

A partir do estabelecimento desses seis domínios, também foi idealizada a formação de subgrupos de pesquisa, integrados por especialistas de áreas afins, representando vários países, além do grupo permanente de trabalhos, tendo como objetivos a discussão de pesquisas teóricas e aplicadas, de procedimentos metodológicos, estudos de casos, e desenvolvimento de projetos que atendessem a situações nacionais particulares. No *Expert Panel on Project 13: Perception of Environmental Quality*, o meio ambiente é considerado como um sistema multi-dimensional de complexas inter-relações em contínua transformação (UNESCO, 1973:11), sendo o conceito de *percepção ambiental* entendido como:

is meant the ways in which man senses and understands the environment (natural and man-made), specially as influenced by social and cultural factors. This involves a consideration of the level of knowledge and its organization, the values that are placed upon

environment, man's preferences, and the way in which choices are exercised and conflicts resolved. (UNESCO, 1973:09).

Prosseguindo na trilha dos estudos sobre a percepção ambiental, o Projeto MAB, publicava, no ano de 1977, o documento “*La perception de l’ environnement: lignes directrices méthodologiques pour les études sur le terrain*”, *Notes Techniques du MAB 5*, de autoria de Anne V.T. Whyte. Esse documento viria a se constituir uma das principais referências para o desenvolvimento e avanço dos estudos de percepção ambiental, reafirmando a compreensão da interdependência entre o homem e a biosfera, ao considerar que toda decisão e toda ação humana, individual ou grupal, sobre o ambiente se encontram fundamentadas não somente nos elementos objetivos, mas também nos subjetivos, sendo tal constatação a base da pesquisa da percepção ambiental. A autora apresenta o conceito de percepção ambiental, como “l’expression ‘perception de l’environnement’ signifie la prise de conscience et la compréhension par l’homme de l’environnement au sens large”. (WHYTE, 1977:18).

Ainda no quadro dos conceitos referenciais apresentados em seu relatório, a autora considera que:

L’environnement est constitué à la fois d’un milieu physique et d’un milieu social, mais, dans le cadre de cette Note Technique, l’accent sera mis sur la perception des constituants physiques et tangibles de la biosphère, sans oublier les oeuvres de l’homme lui-même. L’un des objectifs importants des recherches basées sur la perception de l’environnement consiste à obtenir une compréhension systématique et scientifique du point de vue obtenu à partir de l’intérieur, en vue de compléter l’approche scientifique traditionnelle, abordée de l’extérieur. Le point de vue de l’intérieur peut être celui d’un individu quelconque, d’une collectivité locale, ou même d’une population rurale dans son ensemble. (WHYTE, 1977: 13)

A difusão dessas diretrizes para os estudos de percepção visava, fundamentalmente, estimular e promover a integração de pesquisas interdisciplinares, através do intercâmbio de informações geográficas e culturais entre os pesquisadores, apresentando uma seleção de diversos procedimentos metodológicos que deveriam ser adequados e adaptados aos estudos e pesquisas sobre os domínios elegidos como prioritários, mencionados no “*MAB -Expert Panel*

on Project 13". Desde então, temos acompanhado o desenvolvimento crescente de trabalhos teóricos, e aplicados nas áreas da geografia, arquitetura, biologia e ecologia, psicologia, entre outras, destacando-se seu aumento relevante nas décadas de oitenta e noventa do século XX, e nesta primeira década do século XXI. Eles enfocam temas como: qualidade ambiental, preferências paisagísticas, percepção em áreas urbanas e rurais, riscos e impactos ambientais, percepção e educação ambiental, qualidades estéticas, conforto ambiental e tantas mais.

Durante a década de 1980, a ONU instituiu a Comissão para o Ambiente e o Desenvolvimento, sob a presidência de Gro Harlem Brundland, Primeira Ministra da Noruega, objetivando reavaliar as questões ambientais mais críticas, apresentadas na época, no sentido de formular proposições mais realistas e exeqüíveis para a solução dos problemas e incompatibilidades, decorrentes do modelo econômico vigente e, assim, assegurar condições de sustentabilidade ambiental.

Em 1987, tivemos a divulgação do "*Relatório da Comissão Brundtland*", publicado com o título de "*Nosso Futuro Comum*", considerado como um dos principais e mais notórios documentos sobre a situação econômica e ecológica do mundo, destacando-se a definição do conceito de desenvolvimento sustentável entendido como o "*desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades*". Ainda no ano de 1987, o "*Congresso Internacional sobre Educação e Formação Ambiental*", em Moscou, promovido pela UNESCO/PNUMA, além de reafirmar e reavaliar as diretrizes de Tbilisi atentou para a necessidade e a relevância da pesquisa e da formação e capacitação de profissionais direcionada à Educação Ambiental.

Nos anos da década de 1990, registramos vários encontros de menor amplitude, relacionados à proteção do meio ambiente em diferentes países, para a discussão de proposições específicas ou de análise de diretrizes gerais. Entretanto, o ano de 1992 marca o cenário internacional com a realização da "*Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento*", promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), no Rio de Janeiro, Brasil, sendo conhecida também como "*Conferência de Cúpula da Terra*", e mais popularmente como, "Rio-

92” ou “ECO-92”. O resultado das discussões constituiu o relatório “*Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento*”.

A declaração não apenas se encontrava baseada na “*Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano*”, aprovada em junho de 1972, em Estocolmo, como reafirmava sua validação através de um conjunto de princípios concernentes à proteção ambiental e ao desenvolvimento sustentável, e, também, à cooperação internacional entre países com diversos graus de desenvolvimento econômico. Levava em conta uma distribuição mais equitativa e a preocupação com as gerações futuras, no que tange à conservação e preservação dos recursos naturais do Planeta, visando à proteção da integridade e do equilíbrio ecológicos do sistema global do ambiente e do desenvolvimento.

A “*Conferência de Cúpula da Terra*”, ainda se destacou por compromissos relativos a duas Convenções, respectivamente sobre: *Mudança de Clima* e *Biodiversidade* e *Declaração sobre Florestas*. No contexto político, não só a “*Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento*”, como também a *Agenda-21*, constituíram-se diretrizes de grande importância. Elas envolveram dimensões econômicas e sociais; conservação e gerenciamento de recursos para o desenvolvimento; fortalecimento do papel dos grupos principais; meios de implementação, num conjunto de quarenta capítulos que buscaram atender necessidades sócio-culturais, econômicas, ecológicas, fundamentados no conceito de desenvolvimento sustentável, tomando-se as considerações, na época, sobre os possíveis cenários ambientais do século XXI.

Em 1997, tivemos a “*Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade*”, realizada em Tessalônica, Grécia, cujos objetivos eram: o reconhecimento do papel crítico da educação e da conscientização pública para o entendimento e estabelecimento dos princípios de sustentabilidade; o relevante contributo da educação ambiental orientado para a sustentabilidade e uma ética ecológica; o fornecimento de subsídios para os trabalhos da Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU e as diretrizes para desenvolver e mobilizar ações de âmbito internacional, nacional e local.

Foi justamente nessa conferência que o conceito de sustentabilidade apareceu vinculado oficialmente à educação ambiental, em suas práticas interdisciplinares, influenciando a percepção e a interpretação ambiental sobre o que são os conceitos de um meio ambiente sustentado, de desenvolvimento sustentável e, conseqüentemente, de ações e atitudes envolvendo a própria sustentabilidade. A partir de então, temos em muitos casos, níveis perceptivos e interpretativos sobre as múltiplas realidades ambientais relacionados ao caráter de sustentabilidade, nos quais verificamos várias distorções e contradições devidas a uma compreensão equivocada do conceito em questão, tanto em termos de sua abrangência como das implicações atitudinais, refletidas nas políticas públicas e práticas civis, ao buscarmos alternativas tendo como motes *eqüidade social, econômica e ecológica*.

Durante os anos de 1980 e 1990, a influência do conceito de “*ecodesenvolvimento*” de Maurice Strong, lançado em 1973, levou Ignacy Sachs, na década de 1980, a resgatar e desenvolver o conceito de modo mais amplo, de forma a buscar um equilíbrio, aliando diferentes dimensões nos processos de desenvolvimento e da manutenção da regulação econômica – social, econômica e ecológica. Sachs (1995) agregou ao conceito de desenvolvimento, as noções de “*durável*” ou “*viável*”, enfocando três critérios: (1) primazia da eqüidade social; (2) respeito às regras e à prudência ecológica; e, (3) eficiência econômica. Neste sentido, o histórico dos estudos sobre a percepção e interpretação ambiental é influenciado, principalmente, por contextos abarcados pelo conhecimento das diferenças decorrentes da pluralidade cultural e de seus olhares focando, mediante a experiência vivida, os diversos ecossistemas, bem como a compatibilização de um pluralismo tecnológico (tecnologias tradicionais e de capital intensivo), resguardando similitudes dos princípios de desenvolvimento endógeno, adequado às diferentes comunidades.

Essas conjunturas refletiram sobre a mudança de foco das percepções, na busca e conciliação de alternativas visando à proteção do meio ambiente, através de melhores níveis de qualidade ambiental e de vida, durante as décadas de 1980 e 1990. Podemos afirmar, ainda, que outros estudiosos influenciaram direta e indiretamente, os valores existenciais, éticos, políticos, filosóficos e espirituais, considerados significativos graças à visibilidade dos princípios da escola filosófica da

Ecologia Profunda, fundada pelo filósofo norueguês, Arne Naess, nos princípios da década de 1970. Naess foi influenciado pela tradição do pensamento filosófico-ecológico de Henry Thoreau (*“Walden”*, 1854) e de Aldo Leopold (*“A Sand County Almanac”*, 1949), estabelecendo, assim, as diferenças entre os conceitos de *“ecologia rasa”* de caráter valorativo antropocêntrico, e *“ecologia profunda”* de caráter fundado em valores ecocêntricos, reconhecendo o valor intrínseco de todas as formas de vida na Natureza, pois *“concebe os seres humanos apenas como um fio particular na teia da vida”* (CAPRA, 2000: 26).

Segundo Capra, o filósofo norueguês Naess, ao estabelecer valores ecocêntricos, propiciou a emergência de um novo sistema de ética ecológica, pois que no

contexto da ecologia profunda a visão segundo a qual esses valores são inerentes a toda a natureza viva está alicerçada na experiência profunda, ecológica ou espiritual, de que a natureza e o eu são um só. Essa expansão do eu até a identificação com a natureza é a instrução básica da ecologia profunda (...). (CAPRA, 2000: 28-29)

Nos finais da década de 1970 e, principalmente, durante a década de 1980, observamos a emergência de vários estudos enfocando aspectos subjetivos, qualitativos e apreciativos, numa releitura da consciência psico-espiritual e ambiental, no sentido da restauração da idéia de reciprocidades, alteridades, pertinências e construção de comunidades partindo do trabalho de restauração do meio ambiente, consoante atitudes éticas que propiciassem conexões entre o eu e outras espécies, culturas, lugares. Esses trabalhos se fundamentaram na percepção referente à qualidade de vida em íntima dependência da qualidade ambiental, passando a ser incorporados critérios seletivos e valorativos em situações que resgatavam heranças e olhares étnicos, não só apresentando, mas igualmente valorizando alternativas para os padrões de critérios estéticos, para as necessidades humanas, mudança da compreensão do conceito de saúde ambiental, dos padrões de consumo, e de uma mentalidade cooperativa ao invés de competitiva, e de sensibilização voltada a sustentabilidade ecológica:

Once we have bonded with the Earth, we cannot escape growing up and learning to treat this primal parent as partner, friend, and ally as well. Restoration work involves people as partners in a mature, collaborative relationship with the natural world. In such a relationship we naturally ask, “How can I give back as well as receive?” and, if we have been insensitive and hurtful, “How can I make amends?” In this process of cleaning up our mess with our first parent, with the very foundations of our existence, we set in motion a pattern of reciprocity, of sacred exchange. This pattern can reverberate through the ways we treat other humans and other cultures and way we treat ourselves, promoting a “partnership way” of life. (SHAPIRO, 1995: 227)

Mais recentemente, nas abordagens da Ecologia da Mente, de Gregory Bateson (1985; 1987); da Ecopsicologia, a exemplo de Devereux, (1989); Conn (1991; 1995); Cahalan (1995); Roszak (1993; 1995/a; 1995/b; 1995/c); Shapiro (1995); Sardello (1992); da Ecosofia, de Félix Guattari (1990) e, na atualidade, os princípios da visão ecológica e das conexões preconizados por Fritjoj Capra, entre outros. Particularmente, sob esta visão, temos relações, processos e estruturas respectivas à percepção e à interpretação ambiental que trazem sensações de pertinência, de conexidade, de valores e de consciência, em que *“a nova concepção de cognição, o processo de conhecer, é, pois, muito mais ampla que a concepção do pensar (...)”*, e ao envolver a percepção, emoção e ação, envolve o próprio processo da vida. (CAPRA, 2000: 145-146).

Iniciava-se, nesse período histórico, no tocante aos questionamentos respectivos à integração entre seres humanos e o entorno – justiça ecológica, respeito à pluralidade cultural, proteção e segurança ambiental, iniquidades sociais, economia de recursos naturais, preservação da biodiversidade, entre outros. – uma busca de possibilidades para o estudo e a compreensão dos diversos níveis das realidades e experiências ambientais das populações do planeta, que se traduziram por tentativas bem ou mal sucedidas de políticas mais ou menos pontuais de ecodesenvolvimento e, posteriormente, atreladas ao conceito de desenvolvimento sustentável, tomando-se em conta as discrepâncias geográficas, econômicas e culturais existentes entre países e regiões.

O que se buscava resgatar eram os valores sócio-culturais atribuídos ao espaço vivido e a sua influência no desenvolvimento de atitudes, condutas e ações individuais e coletivas referentes à proteção ou à deterioração do entorno, tentando

promover condições mais adequadas e propícias para processos de sensibilização, conscientização e educação ambiental, necessárias para a construção de uma cidadania, ancorada nos princípios da visão ecológica da formação de redes, da interatividade de sistemas e do sentido de *ser parte*, visando, assim, à renovação da percepção e, conseqüentemente, à construção de um meio ambiente melhor e mais justo.

No período compreendido entre as décadas de 1960 e 1990, vários pesquisadores desenvolveram estudos teóricos e aplicados a respeito das variações dos comportamentos e dos níveis perceptivos e interpretativos em diferentes ambientes, tendo em vista aspectos correlacionados à qualidade ambiental e de vida, analisando situações envolvendo paisagens ecléticas, baseando-se nos diversos níveis da experiência ambiental e das reações decorrentes – descritivas, globais, inferenciais, atitudinais, de condutas e de preferências. Tais estudos abrangeram aspectos qualitativos voltados à percepção e interpretação da qualidade da experiência ambiental, mais a busca de procedimentos quantitativos, respectivos à mensuração e avaliações interativas, a exemplo, de categorias, escalas, amplitudes e outros.

Desenvolveram-se, também, estudos comparativos e aplicados em diversas áreas do conhecimento, sobre as concordâncias e as discordâncias observadas nas reações inferenciais, atitudinais e preferenciais, fossem elas relativas à satisfação individual ou coletiva, referentes aos ambientes naturais ou construídos, e as influências diretas e indiretas, características e atributos, satisfações, insatisfações.

Outros pesquisadores analisaram diversos aspectos concernentes às concepções de percepção e interpretação ambiental, em que variáveis e índices de desorganização espacial e social refletiam questões geradoras de indesejáveis efeitos físicos, sociais, interpessoais e psicológicos, influenciando os diferentes tipos de conflitos desenvolvidos (pessoais e grupais), tanto em termos das atribuições situacionais e disposicionais, como decorrentes das influências sociais normativas e informativas e de grupos de referências. Sob esse prisma, ao estarem relacionados à coexistência, convivência e segurança das comunidades, havia o comprometimento tanto da qualidade ambiental como da qualidade de vida nas

diversas áreas estudadas, proporcionando níveis de estresse físico-biológico e/ou psicossocial nos distintos segmentos de população envolvidos, influenciando as formas possíveis de adaptação temporária ou permanente, no tocante aos processos de construção do espaço vivido e da proteção da paisagem.

Em 1993, em seu ensaio *“The voice of the Earth: an exploration of ecopsychology”*, o historiador cultural Theodore Roszak desenvolveu os princípios gerais que conduziriam a uma nova visão – a Ecopsicologia – sobre as relações humanas e o meio ambiente, em especial entre os significados das dicotomias e as interpretações pertinentes a *“in-here”* e *“out-there”*. (SEWALL, 1995: 201-215). A autora, ao tecer suas reflexões sobre o variado e rico campo da pesquisa em ecopsicologia e a percepção, destaca os canais de conexão entre o *eu* e o mundo, e ao citar David Abram, correlaciona aspectos da crise ecológica como resultados de uma miopia coletiva de nossa espécie, que leva a desordens perceptivas. Para Sewall, o fato leva não somente à continuidade da destruição da biosfera, mas também à dos nossos comportamentos destrutivos habituais, situação que exige mudanças e uma radical avaliação de nós mesmos, em um reconhecimento das dimensões da nossa crise ecológica e social e à percepção e interpretação da realidade. De acordo com Sewall (1995: 203), *“We begin to care for that which we see, and ideally, we find ourselves loving the material world, our Earth. Because love alters behavior, honoring sensory and sensual experience may be fundamental to the preservation of the Earth”*.

Ainda ao discorrer sobre os aspectos envolvidos na percepção, interpretação e desenvolvimento de uma consciência ecológica, a autora considera a inclusão necessária da percepção e enfatiza as práticas perceptuais que nos ajudam a estender nossas estreitas experiências do *“eu”* e a experienciar a sensualidade, a intimidade, e a identificação com o mundo externo: *“I refer to this way of perceiving as ecological perception. Mindfulness and practice brought to the entirety of our sensory experience clearly serve to alter consciousness and behavior. Ecological perception is most essentially the perception of dynamic relationship”*. (SEWALL, 1995: 204).

No contexto da percepção ecológica apresentado pela autora, aprender a olhar as relações requer tempo para observar e notar os contrastes, as interfaces entre as coisas, visto que nossas próprias relações com o mundo visível se constituem através de metáforas e significados. Essas relações são indicadoras de processos, sistemas e caminhos nos quais temos a interação de forças e influências, interagindo com a percepção e no sentido de desenvolvermos uma consciência capaz de interpretar e avaliar nossa participação no mundo, de “*ser parte*”:

“Reading the signs” is attentive observation of the landscapes and refers to both the meaning we attribute to the landscape and to believing the message. (...) By reading the sign, we bring conscious participation to the moment of observation, making visible the previously unseen. Thus, conscious participation is essentially the creation of meaning and, by definition, value, unimpeded by material concerns (SEWALL, 1995:209).

Assim, ao adentrarmos o século XXI, observamos que o conceito de percepção ambiental passa por transformações no sentido de ser compreendido como percepção ecológica, numa acepção conceitual mais ampla e profunda, em virtude de novos enfoques de visão e concepção de mundo que vêm ocorrendo, refletindo as mudanças de paradigmas na ciência e da própria evolução do conceito.

De acordo com o físico austríaco Fritjof Capra (2000: 25), ao refletir sobre os padrões de organização do meio ambiente em formas de redes e suas interconexões como um todo integrado, “*a percepção ecológica profunda reconhece a independência fundamental de todos os fenômenos, e o fato de que, enquanto indivíduos e sociedades, estamos todos encaixados nos processos cíclicos da natureza (e, em última análise, somos dependentes desses processos)*”. E complementa o autor, fundamentado na “*Teoria da Cognição de Santiago*” ou “*Teoria da Autopoiese*”, desenvolvida, na década de 1970, pelos biólogos e filósofos chilenos Humberto Maturana (1928) e Francisco Varela (1946-2001), com a seguinte afirmativa:

Desse modo, a cognição não é a representação de um mundo que existe de maneira independente, mas, em vez disso, é uma contínua atividade de criar um mundo por meio do processo de viver. As interações de um sistema vivo com o seu meio ambiente são

interações cognitivas, isto é, de conhecimento, e o próprio processo da vida é um processo de cognição. Nas palavras de Maturana e Varela: “Viver é conhecer”. (CAPRA, 2000: 211).

Ao considerarmos os estudos sobre percepção e interpretação da paisagem, na travessia para o século XXI, também podemos validar a visão ecológica em nossas análises, pois a *“percepção do meio ambiente de acordo com a teoria de Santiago, é uma propriedade da cognição em todos os níveis da vida (...) Enquanto seres humanos, não estamos apenas cientes de nosso meio ambiente; também estamos cientes de nós mesmos e do nosso mundo interior.”* (CAPRA, 2000: 224). E, se a paisagem é experienciada a partir de nossa cognição, então ela não somente se transforma em cenário de vida como é legítima expressão dos diferentes processos interdependentes dessa mesma vida. Tais processos podem ser apreendidos através de uma percepção ecológica, fundamentada em profundos significados e valores relacionados às nossas vivências, ao ser a paisagem reconhecida como **parte e lugar** de nossas vidas, sensibilizando-nos a atitudes conscienciosas e éticas no que tange à conservação da Vida. Para Arne Naess *apud* Capra (2000: 29):

O cuidado flui naturalmente se o “eu” é ampliado e aprofundado de modo que a proteção da Natureza livre seja sentida e concebida como proteção de nós mesmos. ...Assim como não precisamos de nenhuma moralidade para nos fazer respirar... [da mesma forma] se o seu “eu”, no sentido amplo dessa palavra, abraça um outro ser, você não precisa de advertências morais para demonstrar cuidado e afeição...você o faz por si mesmo, sem sentir nenhuma pressão moral para fazê-lo. ...Se a realidade é como é experimentada pelo eu ecológico, nosso comportamento, de maneira *natural* e bela, segue normas de estrita ética ambientalista.

2.2 Algumas reflexões conceituais sobre o sentido da percepção e interpretação de paisagens

Na Natureza, o que é absurdo, de acordo com as nossas teorias, nem sempre é impossível. Existem fatos que nada significam para a maioria, enquanto para outros estão plenos de luz. Pode ocorrer de um fato ou observação manter-se diante dos olhos de um homem de ciência sem provocar-lhe a menor inspiração; depois, de modo repentino, vem um raio de luz e a mente interpreta o fato de forma inteiramente diferente, estabelecendo as relações totalmente novas. Então, a nova idéia aparece como uma espécie de revelação súbita...

– Claude Bernard

Desde a antiguidade observamos a preocupação em buscar o sentido do termo **interpretação**, sendo um dos principais trabalhos sobre o tema desenvolvido por Aristóteles que, não somente estudou as relações observadas entre signos lingüísticos e os pensamentos, como também entre os pensamentos e as coisas. Na visão aristotélica, as palavras eram consideradas como “*sinais das afeições da alma, que são as mesmas para todos e constituem as imagens dos objetos que são idênticos para todos*”, considerando ainda “*como sujeito ativo dessa referência a alma ou o intelecto.*” (ABBAGNANO, 2000:579)

Segundo Abbagnano (2000), essa tradição na forma de pensar permeou a Escolástica Latina, através dos estudos de Boécio, expressando uma concepção da interpretação como “*qualquer termo que significa alguma coisa por si mesmo*”, e também que o essencial da interpretação era a referência do signo ao que ele designa. Isto poderia ser compreendido como a referência dos signos verbais aos conceitos, sendo esses entendidos como “*afeições da mente*”, e dos conceitos às coisas. Seguindo a tradição aristotélica presente na doutrina de Boécio, podemos apontar, segundo o autor, os seguintes princípios:

1. A interpretação é um evento que acontece “na alma”, um evento mental;
2. o signo verbal ou escrito é diferente da afeição da mente ou do conceito e se refere a este;
3. a relação entre signo verbal e conceito é arbitrária e convencional, ao passo que a relação entre o conceito e o objeto é universal e necessária. (ABBAGNANO, 2000:579)

Entretanto, devemos atentar para o fato de que o princípio da doutrina da interpretação manteve o entendimento de que a alma ou a mente era a sede do processo interpretativo, sendo este, portanto, um processo mental. Tal princípio perdurou por longo período, mesmo considerando-se o desenvolvimento respectivo à Teoria dos Signos, resultante da lógica estóica, medieval e moderna, até chegar aos nossos dias.

Por outro lado, a filosofia contemporânea propôs alternativas, tomando como base o *hábito* ou o *comportamento*, mas, mesmo sob esses novos contextos, permaneceram os princípios das antigas doutrinas de Aristóteles e de Boécio. Neste ínterim, a semiótica americana apresentou, então, outra doutrina fundamental da interpretação, podendo seus pressupostos ser vistos nos trabalhos de Charles Sanders Peirce (1839-1914), onde a “*interpretação*” é entendida como “*um processo triádico que se dá entre um signo, seu objeto e seu interpretante, constituindo este último a relação entre o primeiro e o segundo termo*”. (ABBAGNANO, 2000:579). Na semiótica americana, o signo é concebido apenas como significante nos remetendo para outro significante, em cadeias sígnicas contínuas, intermináveis.

Abbagnano (2000) considera que Peirce entendeu a interpretação como um hábito de ação, como a resposta habitual e constante que o intérprete dá ao signo, ao invés de um simples ato mental. A visão de Peirce prevalece na obra de Morris, na semiótica contemporânea, sendo que a interpretação passa a ter como características:

- não é (ou não é apenas) um hábito mental, mas um *comportamento*, apresentando respostas objetivamente observáveis e constantes de um organismo a um estímulo;

- não existe diferença entre sinais mentais e sinais verbais, no sentido da susceptibilidade de interpretação dos primeiros e dos outros não;
- a referência dos signos aos seus objetos não é e nem necessária nem arbitrária, mas determinada pelo uso (nas linguagens comuns) ou por convenções cabíveis (nas linguagens especiais). (ABBAGNANO, 2000:580)

E, complementando, Abbagnano (2000:580) afirma que no campo da semiótica contemporânea temos que o termo “*interpretante*” significa “*a disposição em responder a um signo*” e, “*intérprete*”, “*aquele (em geral o organismo) que emprega o signo ou se expressa com ele*”. O autor considera, ainda, que na visão heideggeriana, “*interpretação*” é definida como “*o desenvolvimento e a realização efetiva da compreensão; a interpretação não é tomar conhecimento de que se compreendeu, mas a elaboração das possibilidades projetadas na compreensão.*” (HEIDEGGER apud ABBAGNANO, 2000:580).

Para Kluckhohn (1958), “*as interpretações são derivadas, em considerável parte, de nossa cultura e das experiências específicas de cada pessoa naquela cultura*”. Neste sentido, podemos inferir que a interpretação ambiental é culturalmente condicionada, considerados os significados e as configurações das imagens de mundo vivido, nos aspectos pertinentes aos sentimentos de biofilia, topofilia e topofobia.

Ao compreendermos a percepção e a interpretação da paisagem sob perspectivas psicossociais, devemos considerar as diferentes realidades culturais responsáveis pela construção/desconstrução das paisagens, assim como pela manutenção dos processos conservacionistas e preservacionistas, pois a cultura abrange conjuntos de regras interiorizadas, nas quais se destacam saberes e práticas de um determinado grupo, delineando um modo de ser e de viver e, conseqüentemente, de relacionar-se com e desenvolver leituras sobre a paisagem (GEERTZ, 1973). Interpretar a paisagem, o meio ambiente envolve, portanto, relações dialógicas e de mediação, propiciando a revelação de significados e a ressignificação dos seus elementos componentes através da experiência.

A propósito da interpretação da paisagem, Ferrara (1993), em sua obra “*O Olhar Periférico*”, fundamentada nos princípios da semiótica contemporânea, considera que a interpretação ambiental se torna parte do sistema sógnico, podendo o meio ambiente ser ou não objeto do processo de interpretação, apesar de percebido. Isto significa que a paisagem, mesmo sendo percebida, nem sempre passa pelo crivo da nossa interpretação – etapa na qual atribuímos significados ao percebido –, estabelecendo correlações entre os signos dos sistemas existentes na paisagem.

Para Garewicz apud Ferrara (1993:27), a leitura pode ser resumida a um único percepto, com a atribuição de vários juízos perceptivos, porém, a interpretação operará de forma interdisciplinar, abrangendo a percepção de diversos signos associados aos processos do conhecimento, permitindo a seguinte afirmação: “*A leitura opera intra-signos; a interpretação atua intersignos*”. Estes processos operacionais de intercódigos passam a caracterizar a leitura não-verbal, permitindo que leituras simultâneas, imediatas desses códigos estimulem nossa capacidade imaginativa e de reinvenção.

Ferrara considera que o significado depende do intérprete ambiental, visto que este é o agente de aproximação do signo do seu objeto em relação ao conhecimento, tanto na organização dos sistemas sógnicos, onde significantes e significados são construídos de maneira coletiva, como ao propiciar, através de inter-relacionamentos durante o processo de interpretação, a compreensão dos signos além do surgimento de outros. Podemos inferir que a interpretação da paisagem envolve, então, múltiplas leituras não-verbais e relações culturais dialógicas em razão da experiência vivida, quando inúmeros sistemas sógnicos se apresentam em composições complexas, justapostas e correlacionadas, permitindo a continuidade dos processos referentes às interconexões simbólicas entre seres humanos e a paisagem percebida.

Segundo Chauí (2000), em sua obra “*Convite à Filosofia*”, a Fenomenologia e a Psicologia da Forma (*Gestalt*), concordam que não separamos a sensação da percepção, visto que nunca temos sensações separadas e parciais, pois sentimos e percebemos formas que expressam totalidades estruturadas, às quais atribuímos

sentido e significação. Assim, seguindo o pensamento da autora, para ter a sensação e a percepção de uma paisagem é preciso “*sentir/perceber*” a totalidade completa da paisagem de uma só vez – todas as suas características ligadas à cor, texturas, traços, componentes, extensão, distâncias, sons, odores, movimentos, fluxos, e tantos mais.

Na teoria fenomenológica do conhecimento, conforme Chauí (2000), “a percepção é considerada originária e parte principal do conhecimento humano, mas com uma estrutura diferente do pensamento abstrato, que opera com idéias”, tendo em vista que “a percepção sempre se realiza por perfis ou perspectivas”, o que vale dizer que “somente percebemos algumas de suas faces de cada vez; no pensamento, nosso intelecto compreende uma idéia de uma só vez e por inteiro, isto é, captamos a totalidade do sentido de uma idéia de uma só vez, sem precisar examinar cada uma de suas ‘faces’”.

Ainda para a autora, a percepção do mundo exterior não é simplesmente o somatório de elementos e coisas isolados, mas se traduz como a percepção de um todo complexo, organizado a partir de formas e estruturas dotadas de sentido e valor relacionados ao sujeito da percepção. Trata-se, assim, de estabelecer uma forma de comunicação com os outros e com as coisas, dependendo de variáveis exteriores e interiores, razão de Chauí considerar mais adequada a expressão *campo perceptivo*, pois, para ela, a “percepção é uma conduta vital, uma comunicação, uma interpretação e uma valoração do mundo, a partir da estrutura de relações entre nosso corpo e o mundo.” (CHAUÍ, 2000)

Myers (1999), em seu livro “*Introdução a Psicologia Geral*”, considera que os estudos sobre percepção remontam a Platão, em torno de 2.400 anos atrás, que “discerniu com toda razão que percebemos os objetos por meio dos sentidos, com a mente.” (MYERS, 1999:127). Segundo o autor, a construção do mundo mental passa pela detecção da energia física do ambiente e de sistemas de codificação através de sinais neuronais, ou seja, a percepção, transformando “sensações sem sentido em percepções com sentido.” (MYERS, 1999:127). A partir das percepções, organizamos imagens coerentes, interpretamos significados plausíveis, selecionando conscientemente aspectos da experiência ambiental. Mediante a atenção seletiva,

focalizamos nossa capacidade perceptiva em um aspecto ou outro da paisagem que mais nos atrai ou motiva – sons, cores, luz, formas – limitando, assim, nossa experiência na paisagem; no entanto, mesmo os estímulos despercebidos afetam sutilmente nossa experiência e nossa memória relacionadas ao entorno.

Tomando a linha alemã da psicologia da *Gestalt*, Myers (1999: 130), analisou os princípios pelos quais organizamos as sensações em percepções, afirmando que “*há muito mais na percepção do que os sentidos podem alcançar*”, tendo em vista que, “*sensação e percepção se fundem num processo contínuo, progredindo para cima a partir de células detectoras especializadas e para baixo a partir de nossas suposições*”. Fundamentado nos princípios organizacionais da *Gestalt*, tece a seguinte afirmativa:

(...) nosso cérebro faz mais do que apenas registrar informações sobre o mundo. Percepção não é apenas abrir uma janela e deixar uma imagem se gravar no cérebro, Estamos sempre filtrando informações sensoriais e inferindo percepções em maneiras que fazem sentido para nós. A mente tem importância. (MYERS, 1999: 130)

Na tessitura de sua análise sobre a percepção, o autor considera que transformamos as informações sensoriais em percepções significativas, organizando dados sensoriais fragmentados em percepções completas, sendo que tais informações são estruturadas pela mente. Ao se registrarem conflitos entre as informações recebidas visualmente e sob outros modos de recepção das informações sensoriais, o autor afirma que esses processos são resolvidos com a mente aceitando os dados visuais, sendo estes mesmos processos conhecidos como *captura visual* – em que “*a visão captura outros sentidos*”.

Dessa forma, em termos da percepção da paisagem, podemos considerar que ela obedece aos princípios de organização perceptiva apresentados pelo autor: percepção da forma, de profundidade, de movimento, constância perceptiva (MYERS, 1999:136). Essas informações sensoriais do meio ambiente encontram-se fundamentadas, essencialmente, na percepção visual de seus elementos constituintes, de forma que nossas limitações perceptivas estão, em alguns casos, associadas à manutenção das marcas experienciais visuais desde o início de nossas

vidas, em relação aos fatores fisiológicos, psicológicos e de estímulo, no que tange a aprendermos a perceber e a interpretar o ambiente, o mundo.

Em relação à interpretação, Myers (1999: 138), considera os aspectos relacionados à predisposição perceptiva, iniciando sua discussão sobre o tema com a seguinte afirmativa: *“como todo mundo sabe, ver é acreditar. Como muitas pessoas também sabem, mas não avaliam plenamente, acreditar é ver.”* A percepção é determinada, influenciada por diversas variáveis, pelas predisposições perceptivas e efeitos de contexto, considerando-se que mediante a experiência, formamos nossos conceitos ou esquemas organizadores, tanto através dos pressupostos e convicções que adquirimos quanto pelo *input* sensorial. E são, justamente, os esquemas aprendidos que auxiliam na interpretação de estímulos que poderiam ser ambíguos sob outros olhares, organizando e interpretando informações ignoradas – diferentes pessoas, diferentes esquemas (MYERS, 1999:139).

Dessa forma, tais esquemas e predisposições perceptivas levam-nos a perceber, a ver, a interpretar padrões e configurações paisagísticas, fortuitas ou não. Ao analisarmos os efeitos de predisposição perceptiva e de contexto, apresentados pelo autor, e relacionando-os ao meio ambiente, temos a demonstração de como a experiência é considerada relevante na construção da percepção e da interpretação ambiental: *“O rio da percepção é alimentado por dois riachos, sensação e cognição. Para voltar à pergunta - a percepção é inata ou adquirida? – podemos responder simplesmente: as duas coisas. As percepções ‘simples’ são os produtos criativos do cérebro.”* (MYERS, 1999: 140)

De acordo com Ittelson *et al* (1974), um dos pioneiros no campo dos estudos da percepção ambiental, as atividades perceptiva e cognitiva, ocorrem simultaneamente a outros processos psíquicos, de tal modo que não podemos tratar esses processos isoladamente, independentes uns dos outros, pois a experiência ambiental é holística por sua própria natureza e vivenciada pelos seres humanos como um todo, no sentido de campo unitário. (ITTELSON, 1973). Ainda para o autor, na percepção ambiental encontram-se componentes cognitivos, afetivos, interpretativos e avaliativos, enquanto que *“o ambiente é organizado como um*

conjunto de imagens mentais", embora esses componentes possam ser transformados, modificados em razão de alterações causadas por eventos de maior ou menor magnitude, bem como pelas variações sazonais da paisagem e pela atribuição de valores simbólicos. (ITTELSON,1978; ITTELSON *et al*, 1974).

Em relação à percepção ambiental, o autor considera o meio ambiente sob um olhar holístico, como uma unidade perceptiva, enfocando o estudo das diversas experiências ambientais que podemos vivenciar em nosso entorno, sendo estas organizadas de acordo com motivações e propósitos relacionais, funcionais, afetivos, estéticos e outras.

Neste sentido, podemos inferir que as experiências ambientais vivenciadas em relação a determinados contextos paisagísticos e, por extensão, ambientais, são organizadas e estruturadas de acordo com nossas *atribuições disposicionais* (ou atribuição causal interna) ou atribuições situacionais (atribuição causal externa). Na atribuição disposicional, temos nossos comportamentos variando, por se encontrarem na dependência de fatores ou de causas internas a nós, principalmente, voltados ao como nos sentimos em certos momentos, em razão de estados emocionais, atitudes, traços de personalidade, e tantos outros, e que refletem na acuidade e qualidade dos níveis perceptivos e interpretativos concernentes às experiências com a paisagem, resultando em sentimentos topofílicos ou topofóbicos, biofílicos, entre outros, ou seja, respectivamente de afeição "ou" de aversão relacionados aos espaços e lugares, de caráter individual e subjetivo.

Já nas atribuições situacionais, nossos comportamentos estão dependentes de condições externas a nós, envolvendo fatores e variáveis exógenos de caráter físico e social. Em relação à percepção e interpretação da paisagem, as atribuições situacionais podem abranger uma infinita gama de aspectos ambientais, a exemplo dos tipos de poluição, das condições climáticas, de variação da composição paisagística, infra-estruturas urbanísticas, qualidade ambiental e de vida, conflitos grupais e outros mais. Também na atribuição causal externa podemos verificar a geração de sentimentos relacionados à topofilia, topofobia, biofilia, hidrofília,

respectivos à natureza da experiência ambiental vivenciada por diferentes indivíduos e grupos, firmados em especificidades sócio-culturais e físico-ambientais.

Em ambos os casos, na percepção e na interpretação da paisagem e, por extensão, do meio ambiente, as atribuições disposicionais e situacionais podem expressar equívocos e distorções que se configuram como *erros de atribuição*. Quando consideramos como *erro fundamental de atribuição*, emitimos pareceres e juízos a respeito do comportamento das pessoas em função de fatores disposicionais, não relacionando a análise dos possíveis contextos situacionais. Por exemplo: avaliamos uma pessoa que apresenta estado depressivo em razão de causas psicológicas, de fatores subjetivos, mas esquecemo-nos de avaliar a situação da qualidade ambiental e de vida que ela experiencia no cotidiano, se está exposta a contaminantes que levam ao desenvolvimento de sintomas de depressão, entre outros fatores ambientais.

No caso dos erros de atribuição de *autoviés*, em nossos juízos a respeito do comportamento dos outros, podemos observar nossa tendência para destacar vários fatores internos em comparação às causas situacionais externas; todavia, quando justificamos nossos próprios comportamentos, agimos de forma a favorecer situações relacionadas às atribuições pessoais internas no caso de contextos bem-sucedidos, e de favorecimento das atribuições ambientais externas no caso de contextos de situações condizentes a possíveis fracassos e derrotas. Na interpretação de diferentes conjunturas ambientais a que estamos submetidos ao longo da vida, apresentamos, muitas vezes, esse tipo de atitude em relação ao nosso exercício participativo de cidadania, buscando, assim, justificar nossas ações e omissões políticas.

Para Rappoport (1978) os fatores culturais mais as experiências pessoais levam à construção do mundo percebido, marcando indelevelmente as nossas percepções, considerando que as realidades ambientais apreendidas são subjetivas, “filtradas”, sejam esses filtros perceptivos de natureza fisiológica, biológica ou sócio-cultural. Deste modo, os fatores culturais exercem relevante significado ao aproximar valores, permitindo o compartilhar da experiência ambiental de maneira similar por elementos integrantes de um mesmo grupo. Esse pensamento do autor corrobora

com a afirmativa de Tuan (1983: 63), ao considerar que “*a cultura e a experiência têm uma grande influência na interpretação do meio ambiente*”, visto que nossas experiências ambientais e com a paisagem podem ser mais ou menos valoradas positiva ou negativamente, numa relação com nossa memória cultural, em termos da transmissão de valores, arquétipos e significados. Então, Rappoport (1978) ao caracterizar os significados da percepção ambiental, bem como o papel dos filtros perceptivos do receptor, sejam estes culturais, experienciais, vinculados ainda a faixa etária e a gênero, elenca três aspectos principais:

- *Avaliação ou preferência ambiental* – o conceito de percepção é utilizado para definições no sentido de avaliar o meio ambiente, na seleção de parâmetros de ótimos ambientais;
- *Cognição ambiental* – a descrição de como os indivíduos estruturam, aprendem e conhecem seu entorno;
- *Percepção ambiental* – utilizada para descrições da captura sensorial direta, imediata (propriamente dito).

Os três aspectos mencionados são também estudados sob a ótica da percepção social, estando sujeitos aos efeitos das variáveis e de fatores sócio-culturais em interações no meio ambiente. A percepção social envolve os aspectos experienciais referentes aos estímulos e capacidades biológicas e culturais, atuantes na construção de sistemas de códigos valorativos, priorização de necessidades, expectativas e desejos, evocação de memórias, e de outras situações pertinentes às circunstâncias referentes às sociedades. (SAARINEN, 1969). Sob o enfoque do conceito de percepção social apresentado por Schiff (1973), podemos inferir que a percepção ambiental também se encontra direta e indiretamente relacionada a nossos interesses e necessidades individuais e coletivos, envolvendo processos organizacionais, imagéticos, comportamentais, seletivos e, ainda, aspectos concernentes a juízos, interpretações, memória, expectativas, ações, motivações, atitudes e condutas.

Gonzalez Bernáldez (1981: 4), ao analisar as relações existentes entre a percepção e a interpretação das paisagens, de acordo com as diferentes culturas e civilizações, e a crescente perda da consciência relativa ao meio ambiente, em especial, da dimensão natural, afirma que “*esas facultades de percepción e interpretación no deben ser solo objeto de nostalgia o um maravilloso tema literário.*”

Debemos considerarlas complementarias del enfoque abstracto-racional-científico y como una importante matéria de estudio y de inspiración.” Segundo o autor, o hábito da interpretação concernente ao nosso entorno leva-nos ao desenvolvimento de uma consciência ambiental que, em muitos casos, se encontra fragilizada, devido aos modos de vida assumidos pela cultura urbana moderna se comparada com outras culturas – rurais, agrícolas, coletoras ou caçadoras.

No cenário internacional dos estudos da Ecologia de Paisagens, Fernando Gonzalez Bernáldez e sua equipe são considerados uma das principais referências da escola ibérica sobre a temática, principalmente no que tange às questões pertinentes aos estudos e pesquisas dos vários aspectos da interpretação e valoração subjetiva da paisagem, bem como da educação ambiental visando especificamente à conservação da paisagem. De acordo com esse autor, o conceito original de paisagem está intimamente vinculado a uma conotação de informação, de percepção de um cenário. Nesse contexto, a paisagem passa a ser apreendida como a parte perceptível de sistemas relacionais e situacionais subjacentes, cujo conhecimento nos explica a co-presença e a coerência dos elementos percebidos, embora Gonzalez Bernáldez (1981:3) considere que *“no es fácilmente accesible a la observación directa en su totalidad”*.

Para o autor, na interpretação da paisagem devemos tomar o conceito de geossistema de Sochava (1963), tendo em vista tratar-se de uma conceituação mais ampla do que aquela referente aos ecossistemas. Aqui, o geossistema será entendido como um sistema de relações geográficas, destacando-se o caráter da dinâmica e da historicidade dos sistemas de sobreposições paisagísticas interativas, tanto nos aspectos físico-biológicos quanto nos antrópicos. (GONZALEZ BERNÁLDEZ, 1981:3, 19 e 33)

Gonzalez Bernáldez *apud* Benayas del Alamo (1994: 21), fundamentado em Diaz Pineda (GONZALEZ BERNÁLDEZ, 1981: 03), ao definir a paisagem, como *“la manifestación del conjunto de componentes y procesos ecológicos que concurren em um território, de los que constituye la parte mais fácilmente perceptible o de una forma más sintética como la percepción multisensorial de um sistema complejo de relaciones ecológicas”*, decompõe o geossistema paisagístico, para efeito de

estudos e análises geo-ecológicas, em dois níveis perceptivos e interpretativos – o *fenossistema* e o *criptossistema*.

O *fenossistema* corresponde ao conjunto dos componentes dos múltiplos cenários de uma paisagem, percebidos mais facilmente pelos nossos sentidos, sendo o interesse pelos seus estudos motivado graças à sua posição, de um lado, pela psicologia, e de outro, pelas ciências da natureza tais como a ecologia e a geografia física. O *fenossistema* é, portanto, percebido mediante um simples olhar. Já o *criptossistema* é uma dimensão de observação mais complexa, difícil, constituída por todos os elementos, fluxos e processos que somente podem ser observados de modo indireto, mediante a utilização de instrumental científico de observação e mensuração. Todavia, e por isso mesmo, é justamente aquele que proporciona as explicações necessárias para a compreensão geossistêmica da paisagem. (GONZALEZ BERNÁLDEZ, 1981:02-03; BENAYAS DEL ALAMO, 1994: 21).

Em relação à percepção e interpretação dos aspectos relativos a esses dois níveis, Gonzalez Bernáldez (1981:03-04) lembra-nos de que para Maciá, “*el paisaje es un constructo ecológico-psicológico-social*”, evidenciando assim uma articulação entre dimensões aparentemente separadas, mas que se constituem temas de relevante interesse no estudo da paisagem – sejam as ciências da Natureza, sejam as abstrações expressas pela sensibilidade, emoção e estética.

Em ambas as situações, entretanto, são registrados indícios associados aos fenômenos objetivos, ligados ao estado e evolução das paisagens, considerados os componentes biológicos, geológicos ou antrópicos, denominados de indicadores paisagísticos, sendo considerados pelo autor, nesses casos, como “*ejemplos de pasos lógicos desde el ‘fenossistema’ al ‘criptossistema’ y que ponen de manifiesto las relaciones entre elementos del paisaje y el tipo de funcionamiento del sistema de interacciones subyacente*.” A presença de tais indicadores, sejam biológicos, geológicos ou humanos, sinaliza informações qualitativas e quantitativas importantes para a gestão e o monitoramento ambiental de uma paisagem pois, através deles, podemos observar os processos interativos entre diferentes sistemas, que denotam as particularidades existentes em uma paisagem.

Nessa perspectiva, devemos considerar as diferentes variáveis naturais ou antropogênicas – monovariáveis ou multivariáveis. Na situação monovariante, as relações entre um *indicador* e um *objeto ou fator indicado*, estão vinculadas à disponibilidade das diferentes informações quali-quantitativas pertinentes às situações ambientais avaliadas. Na multivariante, as relações implicadas envolvem vários indicadores e um objeto indicado; vários fatores ambientais e um só tipo de organismo; vários indicadores e vários fatores ambientais simultâneos. Nas duas situações, entretanto, necessitamos tanto da percepção como de técnicas e instrumentos específicos para identificá-los e mensurá-los em um conjunto de fatores diversos e entre indicadores “*sensitivos*” e “*acumulativos*”, relacionados ao tempo e à forma de resposta do indicador ao fator indicado.

Ainda sob a luz destas análises, Lucio (1994: 30), fundamentado nos estudos de Gonzalez Bernáldez, considera a interpretação da paisagem como um processo onde *deciframos* dimensões de informação (inclusive ocultas), proporcionando a oportunidade de escolher entre dois caminhos: (1) uma forma de interpretação fundamentada na percepção global e integrada da paisagem, a partir do que o observador desenvolve suas conclusões de “*visu*” mediante sua experiência, intuição ou “*olho clínico*”, sem que seja necessário um processo reflexivo; (2) uma descrição analítica, mediante o isolamento de diversos componentes paisagísticos. Para o autor, ambos os procedimentos metodológicos têm suas possibilidades, de acordo com a aplicação que estamos dando à interpretação da paisagem.

Sobre a complexidade e a relevância dos estudos de interpretação da paisagem para subsidiar a gestão ambiental, Lucio (1994:30), considera que “*es donde reside el principal valor y atractivo del paisaje como fuente de inspiración e instrumento de la gestion ambiental*”, enfocando a variabilidade e a diversidade cultural e ecológica, o imbricamento das relações e processos ocorrentes tanto nos *fenossistemas* (aspectos manifestos, visíveis) quanto nos *criptossistemas* (aspectos ocultos, não-visíveis) da paisagem, e a sua análise e avaliação. Para o autor:

La posibilidad de conjugar ambos elementos de análisis es la mayor aportación del enfoque de paisaje en el estudio del medio ambiente. La interpretación paisajística se ocupa de explorar estrategias para explicar la complejidad de los fenómenos ambientales basándose en

las capacidades humanas de percepción del paisaje (LUCIO, 1994: 29).

Todavia, as dinâmicas e as transformações que marcam muitas paisagens imprimindo suas características singulares, podem relacionar-se a diferentes escalas temporais – variando de mudanças horárias (a luminosidade crescente ou decrescente, no decorrer do dia, por exemplo), às sazonais (como mudanças visíveis em uma paisagem florestal...) e geológicas. Também na escala geográfica, elas estão sujeitas a transformações associadas às mudanças climáticas, alterações antropogênicas, processos históricos de organização do espaço, de humanização das paisagens, entre outros. Na interpretação da paisagem estas transformações temporais e espaciais são de relevante significado, pois nos permitem compreender não só a gênese de seus componentes ou conjuntos, as relações entre estes, mas também a permanência de traços, vestígios e relictos que persistem. Estes aspectos ligados à temporalidade e aos espaços sinalizam, de forma clara ou mesmo sutil, a antiguidade das alterações e intervenções humanas, a capacidade de sobrevivência e regeneração das unidades e matrizes paisagísticas, sejam naturais, culturais ou ecléticas, além da comunicação entre culturas que possuem distintas concepções, interpretações e representações a respeito da mesma paisagem que habitam.

Gonzalez Bernáldez (1981), ao discorrer sobre os aspectos subjetivos da interpretação da paisagem, afirma que *“el paisaje es un importante objeto de atención, “charnela” entre el enfoque científico, abstracto y cuantitativo y el mundo de la cultura empírica y sensorial. De ahí la gran importancia de buscar a complementariedad entre ambos enfoques”*, e complementa sua reflexão, comentando os trabalhos iniciados na década de setenta pelo programa *Man and the Biosphere (MAB)* da UNESCO, na área de percepção ambiental, considerando que *“(...) aunque no están dirigidos especialmente al tema del paisaje, es fácil adaptar muchos de los procedimientos utilizados en la percepción del entorno para la exploración de los aspectos subjetivos de la interpretación del paisaje.”* (GONZÁLEZ BERNÁLDEZ, 1981: 211).

Benayas del Álamo (1994), ao avaliar os aspectos envolvidos nos modos de perceber, interpretar e viver a paisagem por diferentes grupos culturais ou

segmentos de população, analisa a validação dos processos de apreensão de informações/conhecimentos ambientais e os processos de valoração social e individual abrangidos – chaves culturais, modismos, centros de interesse, valoração afetiva, estética, se sobrevivência, entre outros, considerando que:

percepción es el proceso de reconocimiento e interpretación de los mensajes que recibe el cerebro de los distintos órganos sensoriales. La percepción de un paisaje va a estar en función, tanto de la estructura física y social del entorno como de los factores perceptivos, cognitivos y afectivos del individuo. (BENAYAS DEL ALAMO, 1994: 22)

Em relação aos vários procedimentos metodológicos desenvolvidos para o estimular da acuidade perceptiva e do conhecimento referente às dimensões do fenossistema e do criptossistema ambientais, Benayas del Álamo e Heras Hernandez (1994:108-109) tecem considerações sobre as formas de interpretarmos e estabelecermos novas relações, ações e orientações voltadas à paisagem:

El paisaje no solo se percibe, sino que también se interpreta. Leyendo en el paisaje podemos acceder a ese mundo oculto, que hemos denominado “criptosistema”, constituido por todo aquello que no se puede captar fácilmente con los sentidos. Y, como hemos visto, la clave de acceso a esta información escondida es el conocimiento de las relaciones e los procesos que operan en el paisaje. Todos tenemos una cierta capacidad de interpretar el paisaje, que depende mucho de nuestros conocimientos previos. Y esta capacidad podemos mejorarla...

De acordo com os autores, cada indivíduo, durante sua vida, vai construindo esquemas mentais próprios que imprimem uma singularidade particular relativa à interpretação dos estímulos do meio ambiente, e a cada experiência vivida, observamos um acréscimo de informações significativas, valiosas que complementam os esquemas mentais preexistentes, ou até mesmo desestabilizam a antiga bagagem cognitiva, promovendo a assimilação de novos conhecimentos a partir dos aprendizados experienciais mais recentes, avaliados em razão de diversos referenciais – crenças, atitudes, valores, ideais.

No caso da assimilação de novos conhecimentos, nem sempre o recém-adquirido é compatível com os anteriores, podendo ocorrer conflitos de compreensão, gerados por esquemas errôneos ou equivocados, provocando mudanças e transformações nas estruturas dos esquemas cognitivos principais, ao visar à inclusão de novos aportes perceptivos e interpretativos, que influenciarão, posteriormente, os processos de valoração ambiental e, por decorrência, os da paisagem. Benayas del Alamo (1994: 24), exemplifica tais questões de forma simples e clara:

Dos individuos (por ejemplo un agricultor y un ecólogo) puestos ante un mismo paisaje reciben la misma información perceptiva. Las formas, colores y movimiento de los elementos serán igual para ambos. “Ven” lo mismo, pero la representación interpretativa que hacen en su cerebro de estos estímulos comunes será netamente diferente. Cada uno va a definir un paisaje mental adaptado a los esquemas cognitivos que previamente ya poseía.

Também Blackburn (1971) *apud* Gonzalez Bernáldez (1981: 08), analisando os modos de conhecer o meio ambiente, através da experiência direta e do exercício dos sentidos, destaca duas modalidades que se complementam – a *sensorial-empírica* e a *abstrato-quantitativa*, recomendando um novo aprendizado onde haja um despertar da consciência para a percepção das “*pistas sensoriais do entorno*”, tendo em vista que “*la importancia del conocimiento ‘sensorial’ como parte de la estructura intelectual de la ciencia y el acercamiento abierto a los sistemas complejos, respetando su complejidad antes de escoger un subespacio abstracto en el cual se proyectan*”.

Gonzalez Bernáldez, em concordância com Blackburn (1981: 08), considera o meio ambiente, especialmente o natural, apresentando múltiplas possibilidades para os processos de aprendizagem a partir da experiência sensorial, ao propiciar a sensibilização e a conscientização, partindo da interpretação da paisagem, pois a dualidade fenossistema-criptossistema expressa, na visão do autor, interessantes complementaridades:

- Dominancia de la sensorialidad y la intuición, enfoque intuitivo, global, sensorial. Campo de aplicación: fenossistema (paisaje percibido).

- Dominancia de la abstracción y la lógica. Enfoque intelectual, analítico, cuantitativo, abstracto. Campo de aplicación: criptossistema.

Nesse sentido, a interpretação de paisagens naturais, construídas ou ecléticas, como realidade percebida, configura-se como uma experiência sensorial complexa, ao envolver aspectos sensoriais e intuitivos, bem como abstratos e lógicos, exigindo uma mescla de valores pertinentes à ciência e à sensibilidade na elaboração da gestão voltada à proteção ambiental. As paisagens constituem, por si mesmas, recursos ambientais que podem ser extremamente valorizados como cenários de projeções individuais e coletivas, moldados, essencialmente, pelos diversos contextos sócio-culturais e econômicos que filtram nossas percepções e influenciam a construção das imagens de diferentes realidades vivenciadas, sejam elas mais próximas ou distanciadas da realidade ambiental concreta, partilhadas ou não, simultaneamente, por diferentes comunidades, de acordo com a multiplicidade de seus interesses, expectativas, necessidades e desejos. À luz da visão de Dardel (1952 : 47), *“une adhésion si totale du sujet, à travers sa vie affective, son corps, ses habitudes, qu’il lui arrive de l’oublier, comme il peut oublier sa propre vie organique”*.

2.3 Interpretando experiências e vivências ambientais

Minha convicção de ver a própria coisa resulta da exploração perceptiva, não é uma palavra para designar a visão proximal; é ela, ao contrário, que me dá a noção do "proximal", do "melhor" ponto de observação da "própria coisa". Tendo, pois, aprendido pela experiência perceptiva o que é "ver bem" a coisa, e que é preciso e possível, para o conseguirmos dela nos aproximarmos. – Merleau-Ponty (1999: 232)

Por esses rumos, enveredamo-nos pelas abordagens experienciais, na investigação sobre as alterações e transformações de atitudes, condutas e valores, desenvolvidas a partir de mudanças e variações nos níveis perceptivos e interpretativos, relativas à justaposição de distintas realidades ambientais existentes em uma mesma paisagem – considerando-se aqui tanto os referenciais egocentrados como os exocentrados – e, por conseqüência, em nossos

relacionamentos com o meio ambiente – uma tessitura paisagística de envolvências exteriores e interiores.

Epstein (2001: 68), ao discorrer sobre o significado da realidade concreta e dos níveis de realidade, recorda-nos que *“o indivíduo existe como a mesma pessoa em diferentes níveis de realidade ou domínios da existência, ao considerar as variadas dimensões da percepção, experiência e apreensão dos níveis de realidades (entendida vivencialmente)”* e, portanto, reconhecida em seus aspectos objetivos e subjetivos. O autor ainda tece considerações sobre o estudo do significado da percepção sob uma perspectiva holística, analisando os estudos de Schwaller de Lubicz (1977), respectivos às culturas semita e egípcia no período antigo, e de Serjourné (1967), sobre grupos indígenas norte-americanos, onde em todos os exemplos, a *percepção* era conhecida por *“inteligência do coração”*, tendo em vista que buscava conciliar os conhecimentos e os sentimentos, razão e sensibilidade, observados mediante suas vivências. (EPSTEIN, 2001:16).

Deste modo, as experiências ambientais ao constituírem *“vivências, ou seja, em fatos e acontecimentos com os quais temos contato e são tratados por nossa afetividade”* (BALLONE, 2002), envolvem a geração de sentimentos, de respostas emocionais geradoras de diferentes reações vivenciais. Para cada indivíduo, uma vivência ambiental compreende um conjunto de elementos: experiências interpretadas e representadas particularmente de forma individual e grupal, expressando sensações, pensamentos e sentimentos variados, que diferem quanto ao tipo e intensidade, sendo proporcionais aos significados e valores que a pessoa atribui a cada novo experienciar, sob múltiplas condições e dimensionamentos espaço-temporais. No caso das vivências abarcando as paisagens natural, cultural e eclética, podemos analisar o valor do significado da experiência vivida, através da manifestação dos sentimentos topofílicos, topofóbicos, biofílicos, hidrofílicos, entre outros, dependendo dos elementos paisagísticos componentes elegidos ou focados – águas, sons, árvores, grutas, montanhas, céus, mar, rios, pássaros, edificações, flores, animais peçonhentos, florestas, cidades, por exemplo.

Ao analisarmos alguns dos vários ângulos e modos de experienciarmos o meio ambiente e, mais especificamente, a paisagem, lembramos que Relph (1976),

em sua obra *“Place and Placelessness”*, tece uma reflexão sobre o significado existencial das paisagens, partindo da relevância de seus lugares como *“centros de significados e intenções”*, assim como dos processos de desconstrução do sentido de lugar. O autor analisa as implicações culturais e psicossociais para os seres humanos, bem como os aspectos relacionados à dimensão da experiência coletiva ou à individual, associados às atitudes pessoais, disposições causais internas e externas, impregnadas de componentes cognitivos, afetivos e comportamentais, plenos de significação e valores.

Também fundamentado nos estudos geográficos de Relph e de Tuan sobre a experiência humana de lugar, Godkin (1985), afirma que *“los lugares se convierten en depósitos llenos de significativas experiencias vividas que se encuentran en el centro de la identidad y del bienestar psicológico del individuo”*, desenvolvendo seus estudos a partir dos conceitos de *arraigar-se* e *desarraigar-se* em determinados lugares e paisagens, de acordo com as preferências pessoais e grupais. Ainda, ao analisar contextos paisagísticos integrando aspectos de natureza geográfica e psicológica, Godkin (1985:243), seleciona os estudos referentes à experiência humana de lugar, segundo a abrangência dos seguintes níveis:

- (1) *Lugares de significados ou símbolos*, comuns e compartilhados por um determinado grupo de pessoas, evocando um sentido de pertinência a um grupo social, e assim, outorgam ao lugar, um signo de identidade, existindo em diferentes escalas.
- (2) *Lugares de significados locais*, evocando sentimento de vizinhança e identidade comunitária.
- (3) *Lugares de significados universais* que são compartilhados, transcendendo a identidade política ou social de um grupo.

A partir dessas reflexões, observamos que os estudos sobre a importância do sentido de lugar expressam significativa relevância no desenvolvimento da identidade pessoal e de sua integridade; todavia, o autor lembra-nos que os estudos sobre os processos de formação das imagens relacionados à concepção pessoal de lugar ainda são insuficientes, fato que perdura até nossos dias, passados mais de vinte anos. Ao enfatizar, principalmente, as faces da problemática voltadas ao estresse físico-biológico e psicológico – as sensações de bem-estar; de medo, de

familiaridade; de pertencer ou não a um lugar; aos lugares refúgios, entre tantas outras – associadas à geração de imagens ambientais positivas ou negativas, e, como decorrência, a padrões atitudinais que refletem justamente tais valores em si próprios e no entorno, Godkin tece ponderações sobre a complexidade das situações experienciais relacionadas aos processos imagéticos associados a lugares impregnados de emoções topofilicas:

(...) las imágenes positivas del lugar pueden proporcionar un foco concreto de cariño, retención e desarrollo de la propia identidad. Las experiencias que mantienen un sentido y una coherencia de sí mismo son “captadas” y retenidas en la memoria parcialmente como una imagen del lugar donde las experiencias positivas ocurrieron originariamente. En otras palabras, la sensación de autoidentidad se incorpora parcialmente al ser de la persona cuando va unida al lugar en que aquélla fue experimentada.(...) Una terapia basada en el arraigo y en el desarraigo, por consiguiente, permite fortalecer las imágenes positivas del lugar y rehuir los recuerdos negativos. (GODKIN, 1985: 247-248)

Quando consideramos os níveis de interpretação ambiental, verificamos que diferentes grupos humanos trazem bagagens experienciais distintas, em razão, entre outras, de sua cultura, aspectos físico-biológicos, faixa etária, gênero, nível sócio-econômico, revelando formas de percepção e de valorizar, representativamente, a paisagem de formas surpreendentes, a partir de seus sistemas representacionais (isto é, modalidades, maneiras de vivenciar o mundo), e submodalidades (blocos de construção dos sentidos), traduzindo elaboradas construções, evocações e formas de representação (mapas e territórios).

As imagens e associações sensoriais, cognitivas, afetivas e comportamentais, relativas à paisagem percebida e interpretada, são elaboradas, estruturadas, formadas a partir dos filtros perceptivos biológicos e culturais. Esses filtros focam, selecionam e distinguem os elementos componentes do entorno, influenciando as preferências e os indicadores paisagísticos que valoramos de forma positiva ou negativa, os quais estão presentes na paisagem natural, construída ou eclética. Por extensão, influenciam, também, na construção da identidade paisagística, nas relações de alteridades estabelecidas e na visibilidade destes territórios e contextos paisagísticos concretos e simbólicos.

Na leitura de nossas paisagens, encontramos um complexo universo simbólico e material em integração que transforma aquelas paisagens em espaços e realidades relacionais, em que alguns aspectos, processos ou elementos são mais ou menos percebidos e interpretados. Isso acontece em razão de nossos interesses, desejos, expectativas, necessidades, valores, hábitos e estilos de vida, entre tantos outros fatores circunstanciais de ordens objetiva e subjetiva. A realidade paisagística é construída ou desconstruída, mediante a conjunção e a interatividade das dimensões do concreto e do imaginário, de suas visibilidades tangíveis e das sensibilidades dos seus fatores não-visíveis, sendo traduzida por meio de percepções e interpretações sucessivas, contínuas, comparando referenciais imagéticos e simbólicos do passado e presente, que se complementam ou não, de maneiras congruentes ou incongruentes, mas refletidas nas transformações de atitudes aprendidas através da experiência direta ou da observação. (LIMA, 1998; GUIMARÃES, 2004; 2005a).

Assim, percebemos e interpretamos a paisagem de modo qualitativo, efetivo e valorativo, dotada de símbolos e significados, utilizando nossas referências experienciais individuais e coletivas, e nossos conhecimentos e aprendizados contínuos para uma exploração e mapeamento de seus espaços e lugares. Nestas atividades de (re-)conhecimento do entorno paisagístico, observamos que ocorre uma intrincada multiplicidade de processos cognitivos, afetivos e comportamentais, lembrando, porém, que nosso campo perceptivo é parcial, registrando-se filtros que atuam, influenciando nossas interpretações. Vivenciamos as nossas realidades construídas e ancoradas naquilo que somos e no que temos interesse e motivação para perceber e interpretar, seja na dimensão de *espaço vivido* ou de *mundo vivido* em meio a uma infinidade de experiências sensoriais, culturais, psicológicas, sociais respectivas às paisagens e suas dimensões – a concreta (*landscape*), a interiorizada (*inscape*), a da mente (*mindscape*). Então, do mundo externo percebemos aspectos e elementos que nos interessam, ignorando outros tantos, sendo que, muitas vezes, podemos observar diferentes graus de distorções perceptivas, fato preocupante, sem dúvida, no que tange às formas vivenciar participativamente os territórios dessas mesmas paisagens. Para Schucman (1994: xix):

O mundo que nós vemos apenas reflete o nosso próprio referencial interno – as idéias dominantes, desejos e emoções em nossas mentes. A projeção faz a percepção. Nós olhamos antes para dentro, decidimos o tipo de mundo que queremos ver e então projetamos esse mundo lá fora, fazendo dele a verdade tal como o vemos. Nós fazemos com que ele seja verdadeiro através de nossas interpretações do que estamos vendo.

O'Connor e Seymour (1995: 22-23; 42-43), ao avaliarem o papel dos filtros perceptivos ativos e da acuidade sensorial, destacam que a capacidade de observação e de fazer distinções mais profundas, sensíveis, aguçadas, sutis, significa que não estamos diante apenas de uma capacidade sensorial, mas do desenvolvimento de uma percepção rica, relacionada a cada sentido físico, significando *“também que a pessoa sabe o que procurar, porque aprendeu a perceber a diferença que faz a diferença”*:

A elaboração de um mapa é uma boa analogia para o que fazemos. É assim que percebemos o mundo. Os mapas são seletivos, incluem algumas informações e excluem outras, mas são valiosos na exploração do território. O tipo de mapa que traçamos depende daquilo que observamos e de para onde queremos ir. O mapa não é o território que ele descreve. (...) Se um artista, um lenhador e um botânico passearem pela mesma floresta, suas experiências serão muito diferentes. Cada um observará aquilo que lhe interessa (...). Ou, como diz o ditado árabe, “a aparência do pão depende da fome”. (...) A diferença não está no mundo, e sim nos filtros por meio dos quais o percebemos.(...) Mudando-se os filtros, pode-se mudar o mundo.

A interpretação ambiental também pode revelar a percepção de níveis de conflitos de compreensão, em grande parte originados pelo grau de informação e conhecimentos que cada ser humano possui em relação às suas vivências, parâmetros culturais que moldam suas informações perceptivas e representações interpretativas. (BENAYAS DEL ÁLAMO, 1992: 24). Nesse sentido, Guimarães (2004: 55), considera a existência de problemas originados pelas percepções e interpretações influenciadas pelos filtros biológicos, sócio-culturais e psicológicos, condicionantes de olhares, atitudes e condutas, *“influenciando o conhecimento e as lembranças [o que devemos olhar, lembrar e guardar]”*, sendo que, em vários casos, acabam por nos tornar *“reféns daquilo que percebemos, interpretamos e, por consequência, passamos a acreditar finalmente”*.

Ao tecer uma reflexão sobre aspectos relacionados à Geografia, Experiência e Imaginação, Lowenthal (1985) considera que “a *percepção essencial do mundo (...), abrange toda a maneira de olhá-lo...*”, e que “a *experiência do mundo mais simples e direta é composta de percepção, memória, lógica e fé.*” Para o autor, cada experiência perceptiva é única, original e irreversível, sendo-nos também possível verificar a geração de “*novas expressões perceptivas*”, bem como a adição de outros níveis de informações decorrentes. (LOWENTHAL, 1985: 123-124).

As variações individuais de visão de mundo, as diferenças perceptivas e as habilidades interpretativas e de orientação (mapas mentais), respectivas a situações perceptuais diferenciadas, analisadas por Lowenthal (1985:135-139), levam-no à seguinte consideração: “*cada um de nós desvia o mundo a seu próprio modo e contempla as paisagens com suas imagens particulares*”, fundamentando-se na própria história pessoal e na íntima familiaridade com a *terrae cognitae* de cada um. A partir daí, imagens, impressões, idéias, intenções e significados respectivos ao meio ambiente são construídos, tendo seus alicerces na experiência pessoal, no aprendizado, na imaginação e na memória onde “a *paisagem em geral serve como um vasto sistema mnemônico para a retenção da história e ideais de um grupo*” (LYNCH *apud* LOWENTHAL, 1985: 140).

Para Lowenthal (1985: 137), “as *geografias memoráveis não são textos de compêndios, mas estudos interpretativos incorporando um acentuado ponto de vista pessoal. (...)*”. Dessa forma, as percepções e interpretações do mundo envolvem, então, visões particulares e únicas, nas quais toda informação é inspirada, editada e distorcida pelos sentimentos. Ainda segundo o autor, todo o conhecimento é formado por objetividades e subjetividades que delineiam o mundo não somente com traços materiais e factuais impregnados de aridez, mas que incorporam, simultaneamente, o colorido dos sentimentos que conduzem à verossimilhança, tendo em vista que estes níveis de conhecimento se encontram conectados de maneira inextrincável, seqüencial e interativa.

A respeito dos mundos e das imagens que se apresentam diante de nossos olhares, Meining (1979) considera que podem ser muito diferentes daquilo que está no interior de nossa mente. Em seu estudo “*The Interpretation of Ordinary*

Landscapes", o autor analisa as várias percepções de uma mesma paisagem, identificando dez categorias de enfoques, classificadas de acordo com os elementos e/ou atributos associados ou formas de interpretação. Em relação à interpretação ambiental, as categorias apresentam a paisagem em seus aspectos geográficos, ecológicos, sociológicos, históricos, antropológicos, estéticos, ideológicos e psicológicos, em permanentes e intrincadas transformações e inter-relações, especialmente aquelas relacionadas à construção de nossos campos de visibilidade e de significâncias, ao envolver os aspectos tangíveis e não-tangíveis das vivências ambientais, no conjunto de sua totalidade, influenciando consciente ou inconscientemente, nossos valores, juízos, reflexões e representações, quer objetiva, quer subjetivamente.

Ao considerarmos contextos interpretativos mais amplos e profundos, o conceito de interpretação ambiental não deve restringir-se à dimensão e à experiência direta com a paisagem natural, necessitando, fundamentalmente, abarcar também as formas indiretas da experiência ambiental em si, mediante a análise e compreensão de suas várias expressões e interpretações representativas, pois, ao entendermos e delineararmos a paisagem como um espaço situacional e relacional, esta passa a envolver uma teia de relacionamentos dialógicos entre seres humanos e o meio ambiente.

A observação dessa teia revela-nos que os processos perceptivos e interpretativos são tão complexos quanto a própria natureza humana, além de marcados pela transitoriedade e efemeridade de seus significados em épocas distintas e pelos códigos culturais, desdobrando-se em dimensões e conexões significativas, contínuas, que envolvem a geograficidade, a historicidade, as tradições, mesclando a concretude, a imaginação, o mito e os arquétipos pertinentes às diferentes realidades dos aspectos paisagísticos. (DARDEL, 1952; LOWENTHAL, 1961; TUAN, 1974, 1977; SIMMONS, 1993; LIMA, 1996; GUIMARÃES, 2004)

A interpretação da paisagem, enquanto reflexo de uma visão de mundo, transcende, assim, a realidade objetiva para incorporar realidades subjetivas e todas as possíveis implicações decorrentes – a paisagem é uma realidade ambiental transformada e metamorfoseada pela experiência e a percepção – incluindo

distâncias e proximidades geográficas, afetivas, espirituais e a pluralidade das regiões abarcadas em seus universos. Essa pluralidade compreenderia as intersecções de mundos individuais e de mundos coletivos, pelos quais a imaginação permite a familiarização, propiciando a intimidade, os sonhos de utopias e, ainda, o compartilhar paisagens e territórios passíveis de serem atingidos ou não materialmente. (HALOWELL *apud* LOWENTHAL, 1961).

Fundamentando-se na visão sócio-antropológica de Berger (1985), a existência e subsistência da paisagem vão além dos contextos subjetivos individuais e, como *espaço vivido*, passa, igualmente, a envolver a dimensão de *mundo vivido*, tendo em vista que os seres humanos, em todas as suas culturas e civilizações, construíram seus referenciais e relacionamentos ambientais a partir de experiências, percepções e interpretações dinâmicas e complexas, abrangendo processos de exteriorização, objetivação e interiorização.

Ao tecer suas reflexões sobre a dialética dos processos mentais e a terceira ecologia, Morais (1993) apresenta os processos mentais como “a *dinâmica emocional e racional que rege a relação homem-mundo; isto é: na comunhão do ser humano com seu entorno, em termos de meio geográfico, meio humano e relações intersubjetivas*”, sendo configurados os “*processos dinâmicos que se identificam com o que de mais pulsátil há no existir.*” O autor passa, então, a conduzir uma análise da visão bergerniana, tendo em vista a compreensão dos processos mentais alicerçada no que denomina de “*três momentos ou passos*”: exteriorização, objetivação e interiorização. Morais (1993: 27), ao discorrer sobre as relações dialéticas apresentadas por Berger (1985), considera que:

(...) não se trata de uma interioridade que primeiro se forma nos espaços exclusivos e fechados do sentir e do pensar, para noutro momento, que vem a seguir no tempo, exteriorizar-se; exteriorização, objetivação e interiorização compõem juntamente a complexa trama do viver, pois, se é da essência do homem exteriorizar-se, sua vida não pode nunca realizar-se sem transbordar em efusões de si sobre seu mundo.

O autor (1993) acrescenta, complementando sua análise sobre o papel do ser humano como agente e paciente do mundo que *constrói* e que *o constrói*

simultaneamente, lembrando, no encadeamento de suas idéias, a visão ecológica expressa pelo filósofo alemão Martin Heidegger, na qual o conceito de ecologia reporta-nos à “*recuperação do sentido humano*”.

A percepção e interpretação do meio ambiente e de suas paisagens são desenvolvidas não somente pelos legados culturais, mas também pela nossa bagagem experiencial. Adquirida ao longo da vida, numa interação constante e dinâmica de fluxos de energias materiais e padrões vibratórios, e suas formas, imagens, associações correlacionadas, incorporando as dimensões mais sutis da realidade, em seus aspectos objetivos e subjetivos, exteriorizados e interiorizados mediante o próprio vivenciar, essa bagagem faz com que sejam consideradas as visões egocêntricas ou etnocêtricas, e as respostas abarcando atitudes, condutas e valores decorrentes das múltiplas formas das experiências ambientais. (TUAN, 1980; GUIMARÃES, 2004; 2005a). Por se tratar também de uma dimensão experiencial, a vivência *ser humano/paisagem* se configura como uma situação de imersão, pois horizontes exteriores e interiores passam a compor uma totalidade, um só contexto, onde o território, na visão de Collot (1986), é percebido e vivenciado como um prolongamento do próprio corpo, em uma relação de integralidades.

Wanderley (1997: 36), ao analisar comparativamente as posições de Tuan (1983), Relph (1979) e Raffestin (1993) referentes às vivências correlacionadas ao sentido de *espaço* e *lugar*, considera que estas se aproximam em complementaridades, assim compreendendo a “(...) *paisagem/espaço* como o *local virtual das intenções e experiências humanas* e o *lugar/território* como uma *projeção concreta e simbólica do espaço, definida pelos valores, atitudes, ações e todo o sistema de relações, intra e intergrupais.*” Para Wanderley (1997:35), tais reflexões implicam um entendimento do “*homem através de uma visão dinâmica, integradora e dialógica com a natureza, com o espaço e o tempo; só ela é capaz de sensibilizar para as singularidades das pessoas e do lugar*”.

Nesse sentido, seres humanos e meio ambiente encontram-se em uma fusão permanente, na qual a percepção e a interpretação são processos que se desenvolvem a partir das concretudes e sensibilidades referentes à paisagem exterior e interior e, igualmente, pela geração e construção de símbolos e imagens

que abarcam espaços e lugares, determinando relações de territorialidades, identidades e alteridades únicas. A cada nova experiência, a paisagem e, por extensão, o meio ambiente, passam a ser percebidos e interpretados através de renovadas (re)leituras, traduzindo códigos simbólicos interjacentes e diferenciados tanto nas dimensões espaço-temporal quanto na cultural, trazendo à luz identidades especiais, singulares, propiciando uma visibilidade firmada mediante imagens paisagísticas indeléveis, fortemente delineadas no conjunto dos significados das reações vivenciadas, tornando-se ícones de todas as realidades objetiva (manifestada) e subjetiva (manifestante). (TUAN, 1983: 134; LIMA, 1996).

Entre a paisagem existente de fato – concreta, objetiva e a vivenciada, percebida subjetivamente, mesclando a *paisagem do desejo* e a *paisagem do querer* – se estabelece uma multiplicidade de interpretações e de representações, propiciando a gênese de intermináveis diálogos, permeando construções e desconstruções relativas ao ser humano e seu entorno... Ao considerarmos esses aspectos, *perceber* e *interpretar* o meio ambiente ainda se converte em lições de (re-)descoberta, de (re-) conhecimento, (re-)construção, (re-)velação, (res)significação da paisagem vivida, desestabilizando antigos níveis cognitivos, estimulando outras experiências, sensações, sentimentos. Essas lições nos conduzem à descoberta ou ao desvelamento de outras faces da realidade ambiental, concernentes à unicidade e visibilidade das paisagens, dos espaços e lugares: nossos refúgios, campos de ação e de significados externos e internos, construídos ou desconstruídos de acordo com as nossas próprias seleções e escolhas de estratégias ao buscarmos estruturar nossos processos adaptativos de coexistência e convivências ao longo da vida.

A propósito do sentido da totalidade e do *continuum* das transformações *da e na paisagem*, Eric Dardel (1952: 41) lembra-nos o significado do momento vivido e de nossos estados de espírito, tecendo a seguinte afirmativa: “*le paysage est un ensemble: une convergence, un moment vécu. Un lien interne, une ‘impression’, unit tous les elements*”. Paisagens exteriores, interiorizadas para sempre, nas quais codificamos e decodificamos nossas realidades ambientais estruturadas através de uma arquitetura de geossímbolos imbricados, que à semelhança de cápsulas envolvem, resguardam e detonam as histórias por nós vivenciadas (BONNEMAISON, 1981; BUENO, 1994). A paisagem, ao abrigar resistentes marcos

simbólicos que constituem importantes referenciais para os processos de memória e imagética, bem como de interpretação e valoração ambiental, de identificação e de alteridades paisagísticas, exige um compromisso, um *pacto* entre ela e os seres humanos.

Esse comprometimento individual e coletivo visando à sua proteção (conservação ou preservação); à manutenção da capacidade de resiliência e de suas unidades, formas e estruturas, das relações intersubjetivas derivadas de suas imagens e da integridade dos seus valores éticos, enseja, portanto, uma relação mais harmônica entre nós e a própria paisagem. Segundo Dardel (1952), a paisagem é substrato e nutriz das experiências de continuidade e descontinuidade da história de vida dos seres humanos e dos referenciais concretos e míticos de suas sociedades, renovados de tempos em tempos, e refletidos nos segmentos ou nos componentes paisagísticos. (DARDEL, 1952; GUIMARÃES, 2002; 2004; 2005a).

Ao escrever o “Prólogo” da obra de Javier Benayas Del Álamo, “*Viviendo el Paisaje: guía didáctica para interpretar y actuar sobre el paisaje*”, Araujo (1994) enfatiza nossa perda de valores e percepções em razão de uma exacerbada valoração do consumismo, levando-nos a cometer arbitrariedades relativas à paisagem – a *anterior* a nós, a *externa* a nós, a *interna* referente aos nossos sentimentos e desejos – causando deteriorações nem sempre reversíveis, como conseqüências do surgimento de múltiplos problemas ambientais, tendo em vista que não consideramos a existência de uma deterioração paisagística interna projetada na exterior. Referindo-se à paisagem interna, afirma que “*esta paisaje está todavía más deteriorado que el exterior. La ruína de lo que vemos tiene como causa primera la anterior de la que sentimos y queremos. Aquella depende de ésta. Y estamos ante algo sin precedentes.*” (ARAUJO, 1994: 13).

Na urdidura de reflexões sobre aspectos da relação Humanidade/Natureza, o autor ainda levanta outros pontos de discussão, ao ponderar sobre o divórcio que estabelecemos consciente ou inconscientemente, entre nosso entorno e nós próprios; sobre a confusão que fazemos entre o significado e o sentido de *qualidade* e *quantidade* para nossas sociedades, em termos de qualidade ambiental e de vida; sobre os aspectos científicos, tecnológicos e urbanos alicerçados por uma visão

consumista que, para ele, em um primeiro momento “*borram*”, no sentido de *apagar* a paisagem viva de nosso campo perceptivo; posteriormente, do campo afetividade e, finalmente, da vida, como se fora um atentando contra nós mesmos, um suicídio lento, conduzindo-nos a um intercurso relativo à época em que vivemos.

Sobre o resgate dos valores associados à dimensão da afetividade e dos significados das alteridades, reciprocidades e pertinências existentes nas relações Homem/Meio Ambiente concernentes à percepção e a interpretação ambiental, Araujo (1994:14), tece ainda uma reflexão, afirmando que:

hay que recuperar el sentimiento de que somos lo que vemos cuando nuestros ojos finalmente perciben algo más que objetos acelerados, negros asfálticos, mueble que emiten luz y sonido y el estúpido imperio de la línea recta. Y de que somos lo que oímos cuando se disipa o ruido, algo que casi resulta imposible

Ainda na trama dessa reflexão, o autor recorda a deterioração da biosfera associada à nossa “*orfandade de paisagem exterior*”, à nossa incapacidade de identificarmo-nos com uma paisagem, no sentido de mundo vivido, de suas territorialidades fisiográficas, culturais, psicológicas, espirituais, por nós vivenciadas, no sentido pleno da geograficidade expressa por Dardel (1952), lembrando-nos de que:

incluso la permanente frustración sicológica actual tiene mucho que ver con este *Haber castradi* al paisaje físico del paisaje de las emociones. Emasculación de una parte de nosotros mismos, ya anunciada por Ortega y Gasset y Unamuno. No olvidemos que el primeiro llegó a escribir que estábamos “despaisajados” y el segundo que “el paisaje le completaba”. (ARAUJO, 1994:14)

Portanto, não basta apenas um só pensamento/sentimento ou uma única intencionalidade, nem somente um campo de visibilidades, de significâncias, ou de movimentos, ou tão-somente um único olhar: torna-se necessária à conciliação de muitas diferentes formas de olhar/perceber, conhecer/interpretar, pensar/sentir, esquecer/lembrar, enraizar-se/desenraizar-se, construir/desconstruir, para compreendermos a nossa relação com o meio ambiente, com as suas paisagens e seus habitantes (aqui tomados na visão do “*habitar*” de Heidegger). Emprestando a

fala da renomada psicanalista Nise da Silveira (1905-1999), em uma entrevista, quando explanava sobre a vida, podemos dizer que o meio ambiente – por nos levar aos processos e estruturas que sustentam, propiciam, permitem e são inerentes e imanentes à Vida – também *"não é uma coisa de isto ou aquilo, mas de isto e aquilo"*. (GUIMARÃES, 2004).

Todas as ações para a sensibilização e conscientização ambiental, tendo em vista a interpretação de outras realidades paisagísticas, assim como a busca de possíveis soluções para as questões relacionadas aos vários níveis de suas dimensões – biosfera, tecnosfera (noosfera) e psicosfera – deveriam ser iniciadas de modo pró-ativo ou reativo, a partir de nós e por nós, abrangendo nossos raios e níveis de influência. As sinergias originadas, certamente, abrangeriam, direta ou indiretamente, outras fronteiras materiais, imateriais e virtuais, envolvendo em redes interativas, vários outros indivíduos, próximos ou distantes, sem exclusões, sem preconceitos, através de atitudes cooperativas e participativas, de espírito de solidariedades e reciprocidades, compartilhando vivências, compreendendo diferentes olhares e tradições.

Mas ainda temos diante de nós a falta da capacidade de experienciar o meio ambiente sob a multiplicidade de seus aspectos, de suas hierarquias de valores e símbolos, específicas aos assentamentos humanos, desde os primórdios de nossas origens. E, conseqüentemente, de vivenciá-lo sob infinitas maneiras – realidade que nos acarreta distorções perceptivas, interpretativas e valorativas em relação a outros grupos humanos, referentes às diferenças biológicas, sócio-culturais, econômicas. Para Tuan (1983:10), *"experienciar é aprender"* abarcando tudo aquilo que conhecemos, que podemos e arriscamos a conhecer, expressando *"uma realidade que é um constructo da experiência, uma criação do sentimento e pensamento"*.

No contexto da perspectiva geográfica, as abordagens interpretativas permitem o resgate do significado e do reencontro de nossas próprias histórias de vida, mediante a paisagem, tanto na materialidade como no simbolismo dos seus elementos componentes, dos conjuntos de seus ambientes e ambiências paisagísticos. (FERREIRA, 1990). Através da análise dos aspectos levantados,

verificamos que as diferentes expressões da interpretação e representação do meio ambiente compreendem uma relação vital entre as diferentes comunidades de seres humanos e suas paisagens, envolvendo processos sensoriais, cognitivos, perceptivos, afetivos, refletidos na construção das imagens e nas formas de valorizarmos nossos espaços e lugares, como também de vivenciá-los e compartilhá-los.

Deste modo, o conceito de interpretação da paisagem envolve e mescla tanto a dimensão natural quanto a cultural como também os aspectos derivados e referentes aos valores, aos significados da contemplação, visibilidade, comunicação, espiritualidade, preferências e experiências humanas sob a perspectiva de uma visão ecológica (CAPRA, 2000). Na visão da Ecologia Profunda e dos estudos de Ecologia da Mente (BATTESON, 1985), abrange o sentimento de pertinência, de conexidade, de alteridades, os valores e os graus de consciência integrados *“a partir da perspectiva de nossos relacionamentos uns com os outros, com as gerações futuras e com a teia da vida da qual somos parte”* (CAPRA, 2000: 26).

2.4 Na busca dos “cantos-rastros” da paisagem...

Foi o vento que lhes deu a vida. É o vento que sai agora das nossas bocas, que nos dá vida. Quando ele deixa de soprar, morremos. Na pele d aponta dos nossos dedos vemos a marca do vento; ela nos ensina onde ele soprou quando os nossos ancestrais foram criados. – Índios Navajos apud Carlos D. Fregtman (1995: 107)

O geógrafo David de Lowenthal buscou, em alguns dos seus estudos sobre interpretação de paisagens, delinear as rotas de paisagens do passado. Ele o fez – através da memória sonora – como uma forma de resgate de nossa identidade pessoal e regional, e da compreensão do histórico de certas unidades paisagísticas, dos aspectos que permaneceram, dos que foram ou são esquecidos, consciente ou inconscientemente, e até mesmo perdidos, afirmando que as transformações ambientais observadas no presente requerem continuamente novas interpretações de seus lugares. Para o autor,

memory highlights selected scenes, making them so real and vivid we can scarcely believe they do not actually survive.” e, “landscape was memory’s most serviceable reminder, as Frances Yates has shown. Medieval philosophers and magicians developed memory systems that used the human landscape of the whole world. (LOWENTHAL, 1979: 104).

Para ilustrar aspectos sobre os quais discorreremos até aqui, tomamos alguns pontos dos estudos desenvolvidos por Regina Márcia Constantino (2003), ao enveredar pelas trilhas das caminhadas sonoras (*soundwalks*), onde são destacados os aspectos da percepção auditiva imediata e da evocação de memórias. Sobre o tema paisagens sonoras e, mais especificamente, sobre o tema “*songlines*”, Constantino (2003: 89-90) apresenta-nos um excerto de pesquisadores sobre a relação entre uma comunidade tradicional de aborígenes australianos e seus lugares, numa expressão sensível da importância do significado dos estudos de interpretação da paisagem para a compreensão do meio ambiente e das relações de alteridade e reciprocidades implicadas. Assim, a autora nos conduz, através das trilhas das dimensões do imaginário/concreto, a uma breve viagem à Austrália, inspirada pelos relatos do escritor, jornalista e arqueólogo Bruce Chatwin:

Na manhã do primeiro dia, o sol nasceu e sob o efeito de seu calor os ancestrais se revelaram, libertando-se da terra (...) aumentaram em número e começaram a andar (...) caminhando eles criavam, cantando todas as coisas da terra. Depois voltaram ao submundo deixando cantos-rastros que foram herdados pelos membros de seu clã. A Austrália é assim, coberta de rastros sonoros que compõem uma verdadeira partitura musical. Esses rastros são invisíveis para os estranhos. Há pontos de referências: uma rocha, uma colina, uma fonte (...) que são locais sagrados ligados a episódios mitológicos. O canto conduz de lugar a lugar, medindo distâncias. O canto é o itinerário, o itinerário é o canto. (CONSTANTINO, 2003: 89)

Na narrativa de Constantino (2003), temos que estes rastros sonoros são denominados de “*Songlines*” por Chatwin e, conforme a autora, “*se levarmos um aborígene, de carro, ao longo de uma Songline ele orientará o percurso, recitando em voz baixa o canto-poema do lugar, mas é preciso dirigir devagar porque os cantos correspondem à velocidade de marcha a pé*”. (CONSTANTINO, 2003: 90).

Motivados pela sensibilidade desse relato, podemos dizer que a interpretação das paisagens, sendo entendidas como cenários de nossas histórias de vida,

também podem envolver as *songlines* de nossos espaços e lugares, como as de outras pessoas que compartilham uma mesma paisagem, ainda que vivenciando realidades distintas. Isso pode acontecer por se tratar de uma experiência de percurso, de trajetórias, de jornadas, nas quais buscamos referenciais paisagísticos por nós valorados sob diferentes maneiras, através de campos perceptivos, de movimentos, de visibilidade e de significação e intencionalidades, ao representarem espaços onde organizamos e estruturamos os referenciais simbólicos de nossas culturas e civilizações. Estarão presentes *paisagem exterior, paisagem interior, paisagem da mente...* Paisagens de *cantos-rastros* demarcadas pelos movimentos e pelas pausas de nosso olhar pelos espaços, durante a construção de nossos lugares exteriores e interiores – “*receptáculos de significados de parte ou de toda as nossas vidas.*” (LIMA, 1996: 82).

A propósito de olhares e paisagens, Marcel Proust, afirmava que “*a verdadeira viagem de descoberta não consiste em buscar novas paisagens, mas em termos um novo olhar*”... Sua afirmativa é impregnada de significados para os estudos sobre percepção e interpretação ambiental, permitindo-nos vislumbrar, mediante cada sucessiva experiência vivida, uma nova e diferente forma de percebermos e interpretarmos o meio ambiente e as paisagens que nos envolvem, propiciando o reconhecimento e a resignificação de novos contextos marcados por sensibilidades, intencionalidades e possibilidades que asseguram vivências plenas de significações. Em relação às possíveis dimensões objetivas e subjetivas envolvidas, torna-se necessário fazer aflorar nossa capacidade de compreender e interpretar a heterogeneidade e a fragilidade das variáveis associadas às relações de alteridades com o meio ambiente: uma **outra** paisagem, uma **outra** realidade ambiental, um **outro** território, um **outro** ser humano, uma **outra** possibilidade de coexistir, conviver e propiciar ou exterminar a vida. (BUBER, 2004; GUIMARÃES, 2005; 2006).

Como podemos observar em relação à experiência humana concernente às várias paisagens naturais, culturais e ecléticas, temos o despertar de pensamentos e sentimentos harmônicos ou conflitantes em todos os povos, através de todas as épocas e de diferentes espacialidades geográficas. Estas conjunturas contribuíram, assim, para a geração de histórias, lendas e sagas ao longo da passagem dos

tempos, bem como para a criação e recriação de contextos paisagísticos concretos e imaginários, consideradas as perspectivas cronológicas ou simbólicas, legando-nos relatos e impressões sobre as maneiras de perceber, interpretar e representar o próprio espírito destes lugares (*genius loci*), evocados por sentimentos topofilicos ou topofóbicos. (TUAN, 1974; 1977; 1979; FERREIRA, 1990; LIMA, 1996; GUIMARÃES, 2001; 2002; 2004). Na visão de Bachelard (2000: 19), “(...) *um espaço vivido. E vivido não em sua positividade, mas com todas as parcialidades da imaginação.*”

Essas experiências ambientais legaram-nos uma diversidade e riqueza de universos imagéticos pertinentes a cada cosmovisão, integrando e agregando simultaneamente um conhecimento sobre geografias concretas e imaginárias, individuais e coletivas, a respeito de paisagens que apresentaram/apresentam configurações tangíveis ou não, que são, porém, percebidas e interpretadas a partir de nossas vivências. Assim esses relacionamentos com as paisagens exigem estarmos atentos, em sintonia, em conexões – e, talvez, sejam elas as chaves para induzir as pessoas a olharem e descobrirem as inúmeras possibilidades como também a variação de oportunidades que o meio ambiente oferece a cada dia, mesmo diante de múltiplos condicionantes, limitações, conflitos e obstáculos de diferenciadas ordens. Isso nos incitaria a prosseguir na construção e desconstrução das paisagens exteriores e interiores e que, seguramente, nos conduzirão a uma viagem ao encontro ou desencontro de nós próprios, assim como também dos outros.

De acordo com Tuan (1979:06-09), em sua obra *Landscapes of Fear*, torna-se necessário o estudo das paisagens para um conhecimento mais profundo das realidades ambientais, seja em relação às percepções derivadas da perspectiva experiencial individual e coletiva, bem como às tentativas de posicioná-las em marcos ou contextos históricos-culturais. Ao analisar diversos aspectos envolvidos na imagética da construção do sentimento de topofilia, Tuan (1978:137), nos recorda que “*as imagens mudam à medida que as pessoas adquirem novos interesses e poder, mas continuam a surgir do meio ambiente: as facetas do meio ambiente, previamente negligenciadas são vistas agora com toda a claridade*”.

Sob nosso olhar, perceber, interpretar, vivenciar a paisagem tornam-se movimentos essenciais numa jornada cuja duração se estende por toda a nossa história de vida, por entre trilhas em uma paisagem conhecida ou não, através do estabelecimento de relações de alteridades complexas e profundas entre o meio ambiente e os seres humanos. Imagens caleidoscópicas de nossas paisagens – porque reconfiguradas a cada novo experienciar – de acordo com a renovação das percepções e interpretações dos aspectos por nós vivenciados e dos pensamentos e sentimentos gerados na busca contínua de nossos itinerários paisagísticos. Afinal, “*o canto conduz de lugar a lugar, medindo distâncias. O canto é o itinerário, o itinerário é o canto*”... (CONSTANTINO, 2003: 89).

Em busca de uma compreensão de nossas vivências ambientais, partimos por diferentes trilhas, orientados pelos seus elementos componentes paisagísticos – ressonâncias de vestígios ancestrais ou não – marcas e sons naturais e culturais que reencontramos em cada caminho, transformando nosso olhar e entendimento, mediante a renovação dos significados e referências da paisagem como mundo vivido.

PAISAGENS: APRENDIZADOS MEDIANTE AS EXPERIÊNCIAS

Baixando-se, Sidarta apanhou uma pedra. Enquanto a sopesava com a mão, disse displicentemente: - Isto é uma pedra, mas daqui a algum tempo talvez seja terra, e da terra se transformará numa planta, ou num animal, ou ainda num homem. Em outra época, quem sabe, eu teria dito: "Essa pedra é apenas uma pedra. Não tem nenhum valor. (...) como, no entanto, pode acontecer que, no decorrer do ciclo das metamorfoses, ela se converta num ser humano e adquira espírito, presto atenção a ela." Eis o que, provavelmente, eu teria pensando naqueles tempos. Hoje, porém, raciocino assim... Não lhe tributo reverência ou amor, porque ela um dia talvez possa se tornar isso ou aquilo, senão porque é tudo isso, desde sempre e sempre. E precisamente por ser ela uma pedra, por apresentar-se-me como tal, hoje, neste momento, amo-a e percebo o valor, o significado que existe em qualquer uma das suas veias e cavidades, nos amarelos e nos cinzas da sua coloração, na sua dureza, no som que lhe extraio ao bater nela, na aridez ou na umidade da sua superfície. Há pedras que, ao tato, dão-nos a impressão de tocarmos em sabão ou óleo. Outras são como folhas ou como areia. Cada qual é diferente (...). Mas, simultânea e especialmente, são pedras, que possam ser oleosas ou viscosas. Justamente isso me agrada, parece-me maravilhoso, realmente digno de veneração... (HESSE, 19--: 153).

3. PAISAGENS: APRENDIZADOS MEDIANTE AS EXPERIÊNCIAS

3.1 Trilhas Interpretativas e Vivências na Natureza: sensibilizar, educar, reintegrar...

Educare, a raiz de “educação”, significa abrir o caminho para a totalidade inata de uma pessoa. Assim, no sentido mais profundo, o que, verdadeiramente nos educa também nos cura.

– Rachel N. Remen (1998: 270)

Durante o período compreendido entre os meados dos anos de 1950 até o presente, temos observado o crescente desenvolvimento de atividades e práticas alternativas multidisciplinares, tanto na área de gestão ambiental, educação para a paz, educação em valores, como na saúde e psicologia fundamentadas em uma visão holística. Elas têm como suporte básico, o conhecimento dos campos geográfico, biológico, ecológico, psicológico, antropológico, entre outros, na busca de novos caminhos que propiciem melhores níveis de qualidade de vida às populações e, simultaneamente, sob uma perspectiva ecológica, induzam ao desenvolvimento da conscientização sobre como atingi-los, garantindo uma relação estreitamente integrada à qualidade ambiental.

Várias instituições, em escala internacional, têm desenvolvido programas educativos e terapêuticos inter e transdisciplinares de estimulação multi-sensorial,

destinados a pessoas ou a grupos que buscam outros caminhos para a satisfação de suas necessidades, desejos e aspirações relacionadas à qualidade ambiental e à qualidade de vida. Por qualidade de vida tomaremos aqui o conceito apresentado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como “*a percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações*” (FLECK, M. et al, 1998), envolvendo, esse conceito, uma pluralidade de dimensionamentos, abarcando seis níveis de domínios: Domínio I – Domínio Físico; Domínio II – Domínio Psicológico; Domínio III – Nível de Interdependência; Domínio IV – Relações Sociais; Domínio V – Meio Ambiente; Domínio VI – Aspectos Espirituais/Religião/Crenças Pessoais. (GUIMARÃES, 2005b).

Nesse cenário, fundamentados nas visões humanísticas e ecológicas, despontam centros pioneiros de educação para a paz, educação através de valores e de saúde holística, a exemplo da *Fundação Findhorn*, na Escócia; da *Fundação Brahma Kumaris*, em seus diversos centros internacionais; do *Centro Esalen*, na Califórnia, e do “*Center for Ecoliteracy*”, coordenado por Fritjof Capra, em Berkeley. Congregam profissionais das mais diversas áreas em trabalhos coordenados, atendendo tanto à formação e capacitação de profissionais como à extensão de serviços às comunidades, através do desenvolvimento de estudos e pesquisas multidisciplinares, sob abordagens diferenciadas. Também temos os exemplos dos trabalhos terapêuticos com golfinhos, “*Dolphin/Human Therapy*” realizados pelo Dr. David E. Nathanson, em Key Largo, Flórida (EUA); dos centros pioneiros de terapia hortícola, como os da “*American Horticultural Therapy Association*”, fundada em 1973, do “*George Pearson Center*”, no Canadá e do “*Horticultural Therapy Society of New South Wales*” e “*Horticultural Association of Victoria*”, Austrália; de aquaterapia, de zooterapia, de vivências ou encontros na Natureza e de trilhas interpretativas, disseminadas por vários locais através de diferentes instituições públicas e particulares.

Desde os trabalhos desenvolvidos posteriormente à II Guerra Mundial, encontramos-nos diante de quase seis décadas de pioneirismo e de resultados qualitativos e quantitativos de uma produção alicerçada em paradigmas filosóficos e científicos que atestam a eficácia e a contribuição real desses programas voltados à

educação e à saúde das populações, justificando a difusão e a procura crescente por estas atividades em todas as partes do mundo. Tais direcionamentos não só permitem a visibilidade, mas asseguram sua validação e excelência no campo da gestão, da educação e da saúde ambiental, bem como o reconhecimento e apoio de instituições representantes da comunidade internacional, a exemplo da UNESCO e da Organização Mundial de Saúde (OMS), ambas sob os auspícios da Organização das Nações Unidas, e da Organização dos Estados Iberoamericanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI).

Particularmente, em nossos estudos e práticas interdisciplinares, desenvolvidos durante os últimos vinte anos sobre trilhas interpretativas e vivências na Natureza, podemos afirmar que esses aprendizados experienciais se constituem de relacionamentos de verdadeira imersão, nos quais observamos respostas sensoriais e afetivas intensas, em relação à paisagem e a seus elementos constituintes, enquanto ambiente de aprendizagem sobre uma visão ecológica do mundo.

Nessa perspectiva, fundamentando-nos em Buber (2004), a paisagem é apreendida em termos da percepção e interpretação ambiental, através de imagens de interdependência, alteridades e reciprocidades entre os seus aspectos naturais, construídos e ecléticos e o ser humano. Tais formas de abordagens fundadas na psicogeografia e na ecopsicologia, concernentes à transmissão de conhecimentos sobre o entorno, isto é, da paisagem vivenciada pelos participantes destas diferentes atividades, trouxeram-nos um aprendizado complexo sobre as relações do ser humano e a Terra – interações que nem sempre podem ser expressas através de palavras, porque condizentes a dimensão das emoções e dos sentimentos. Também nos permitiram reflexões apoiadas em Martin Buber (2004), fundadas em sua obra *“Eu e Tu”*, onde nos apresenta as faces das relações de alteridades – *Eu-Tu* e *Eu-Isso*: *“Relação é reciprocidade. (...) Nós vivemos no fluxo torrencial da reciprocidade universal, irremediavelmente encerrados nela.”* (BUBER, 2004: 62). Para nossos trabalhos, a paisagem se traduz em um universo de relações - *Eu e Paisagem*; *Eu e Meio Ambiente*, *Eu e os Outros*. Para Zuben (2004: 32):

As atitudes, (...) se traduzem pela palavra-princípio Eu-Tu e pela palavra-princípio Eu-Isso. A primeira é um ato essencial do homem, atitude de encontro entre dois parceiros na reciprocidade e na confirmação mútua. A segunda é a experiência e a utilização, atitude objetivante. Uma é atitude cognoscitiva e a outra atitude ontológica.

(...) O mundo é múltiplo para o homem e as atitudes que este pode apresentar são múltiplas. A atitude é um ato essencial ou ontológico em virtude da palavra proferida. Cada atitude é atualizada por uma das palavras-princípio, Eu-Tu ou Eu-Isso. A palavra-princípio, uma vez proferida, fundamenta um modo de existir.

Ao percorrermos uma trilha interpretativa ou participarmos de uma vivência, descobrimos nossas limitações e possibilidades tanto em termos de relações de alteridades quanto de reciprocidades e identidades ao nos reintegrarmos à paisagem cotidiana, mas também *“descobrimos relações de coincidências e de complementaridades solidárias entre e com outros grupos humanos: aprendemos a perceber, experienciar e a interpretar realidades da realidade, vivenciar paisagens na paisagem.”* (GUIMARÃES, 2004: 49). Assim, ampliamos os horizontes dos estudos geográficos diante das várias possibilidades de vivenciarmos o meio ambiente e nos reintegrarmos a ele, destacando-se processos imagéticos e emocionais criativos e envolventes, ao considerarmos a natureza das experiências paisagísticas imediatas. Incluem-se, também, técnicas e procedimentos psicopedagógicos de reabilitação e reeducação, diante das alterações físicas, sensoriais, emocionais, atitudinais e comportamentais, apresentadas pelos indivíduos, de forma passiva ou ativa.

Nossos trabalhos de sensibilização perceptiva e de interpretação ambiental, desenvolvidos desde meados do ano de 1988, compreenderam excursões em áreas protegidas, trilhas interpretativas e vivências na Natureza, direcionadas a diversos grupos de participantes – alunos do ensino fundamental, médio e universitário; grupos ligados a programas de terceira idade; crianças com deficiências de locomoção (cadeirantes, por exemplo); indivíduos com deficiências visuais congênitas ou adquiridas; crianças autistas, e grupos de indivíduos com enfermidades físicas e emocionais (portadores de dor crônica, depressão, câncer, doenças auto-imunes, entre outras).

As trilhas e as vivências foram realizadas de forma simultânea, sendo explorados temas interpretativos associados à conservação do meio ambiente, porém, correlacionando aspectos da psicosfera que influenciam e modificam as percepções, interpretações e atitudes em relação à biosfera e à noosfera. Nesse contexto, observamos o desenvolvimento de relações e o estabelecimento de contatos de ordem cognitiva, perceptual e afetiva com a paisagem e com o meio ambiente, sendo que algumas das experiências mais marcantes que presenciamos foram pertinentes aos deficientes visuais congênitos. Outras indagações também foram acrescentadas levando-nos a reflexões, e a estudos e pesquisas em instituições especializadas, a exemplo da Laramara Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente Visual e em unidades do Instituto Florestal de São Paulo, resultando em trabalhos de conclusão de curso do bacharelado em Ecologia do Instituto de Biociências e em dissertação de mestrado no curso de pós-graduação em Geografia, do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, ambos da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Rio Claro.

A partir de 2004 até o presente, somaram-se a esses trabalhos de sensibilização através da percepção, interpretação e valoração ambiental, as conferências para os eventos da Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo, através da Coordenadoria de Planejamento Ambiental Estratégico e Educação Ambiental (CPLEA), no sentido de motivar uma conduta pró-ambiental, mediante processos de conscientização pela afetividade, considerados os temas de enfoque conservacionista dos cursos e encontros promovidos.

Entre as questões que mais se tornaram significativas para os aprendizados do grupo de trabalhos, destacamos algumas, pois alteraram a rota de nossos estudos e direcionamentos relacionados aos valores e finalidades dos trabalhos acadêmicos, na busca de uma ciência mais humana, despertando-nos para dimensões de uma integração com paisagens paralelas àquelas em que vivíamos no cotidiano:

- Como explicar a luz do sol a quem nunca pode olhar as cores e formas do mundo, mas conhecê-lo, “*olhá-lo*” através dos toques e sons?

- Como explicar o que é uma simples minhoca a uma criança deficiente visual congênita?
- Como compreender os processos mentais de permanência de referenciais espaciais (mapa mental) de uma metrópole em contínuas mudanças como São Paulo em um deficiente visual adquirido, possibilitando que ele preserve seus movimentos e deslocamentos, livremente, pelas ruas e avenidas da cidade?

Outras experiências também foram motivo de questionamentos e reflexões:

- Como expressar em palavras ou terminologias técnico-científicas a alegria de um adolescente paraplégico ao participar de uma trilha para cadeirantes, permitindo-lhe sentir-se incluído no mundo dos *outros*, estabelecendo relações advindas de um experienciar direto, envolvendo de maneira simultânea, vários elementos paisagísticos, visto que, geralmente, em nosso país, assim como em muitos outros, as infra-estruturas urbanas e o meio social revelam muito mais espaços de segregação e exclusão?
- Como avaliar o diálogo entre um menino autista de oito anos com um filhote de pato, a beira de um lago, suas expressões de afetividade ao afagar as penas das asas por quase duas horas seguidas, conversando, sorrindo e vemos seus pais emocionados, pois nunca haviam presenciado seu filho interagir daquela forma com o mundo exterior?
- Como avaliar um portador de dor crônica que, incapacitado de locomover-se, caminha sem o perceber, cerca de um quilômetro, esquecido de que até poucas horas antes não podia andar ou mover-se com facilidade?
- Como reintegrar e motivar adultos idosos que, em muitos casos, se encontram excluídos não só do convívio com outros grupos sociais mais extensos, mas também pela própria família, apresentando-lhes alternativas de inserção psicossocial e motivações renovadas para interagir com o meio ambiente, chegando até mesmo a se candidatarem como voluntários na recepção de programas de uso público de parques florestais e zoológicos?
- Como trazer de volta aos ritmos da vida cotidiana, através do contato com a Natureza e seus elementos, pessoas com distúrbios emocionais que estão desistindo de viver?

Para alguns, essas questões que podem parecer banais, são, para outros, a diferença de toda uma vida.

E, sobretudo, como avaliar os resultados desses trabalhos apenas através de dados quantitativos? Alguns, mais céticos e tecnicistas, poderão criticar e até

mesmo ironizar os trabalhos, tentando apontar falhas de diferentes naturezas, mas a experiência tem mostrado que eles são possíveis, apresentando resultados positivos e até mesmo permanentes em determinadas situações. Embora ainda haja divergências relativas aos procedimentos metodológicos e linhas de abordagens teóricas, discussões sobre a utilização e padronização de conceitos, temos resultados qualitativos que apontam a sua validação e justificam a expansão crescente desses centros promotores de estudos e pesquisas interdisciplinares em vários países, promovendo novos níveis de qualidade de vida aos seres humanos, a partir de motivações que se renovam desde as necessidades básicas até a auto-realização, de acordo com Maslow (1970).

Os propósitos desses programas estão basicamente relacionados a atividades ludo-educativas, envolvendo processos de (re-)educação ecológica, configurando-se como uma experiência ambiental dirigida, dinâmica e de participação ativa e colaborativa, levando à construção de comunidades de aprendizagem, ou seja, espaços de aprendizados compartilhados, capazes de produzir transformações em nosso mundo vivido (GRÉGOIRE, 1998). A maioria deles visa a atividades de estimulação pluri-sensorial, de busca do equilíbrio ecológico e emocional através do estabelecimento de laços afetivos com o meio ambiente, e trabalha com práticas de contemplação da paisagem que induzam ao significado do *reconectar-se*, de reintegração com a Terra. De modo geral, são realizados em locais com predominância de elementos paisagísticos naturais, presentes de forma significativa — águas, rios, cachoeiras, flora e fauna, que propiciam, assim, uma multiplicidade de estímulos sensoriais e envolvem aspectos ligados à memória, cognição, afetividade, interpretação.

Cooperam, também, esses programas, no sentido de subsidiar a implantação e implementação de políticas públicas na área da gestão ambiental, em especial no tocante à educação e saúde ambiental, pois levam a processos de sensibilização que influenciam diversos segmentos das comunidades envolvidas. No que tange aos problemas e conflitos vivenciados no cotidiano, relacionados à conservação e manejo dos recursos naturais e construídos, especialmente no caso dos recursos naturais de uso comum, a contribuição se dá justamente devido ao fato de que estimulam mudanças atitudinais no sentido de conduta pró-ambiental, tendo em vista

que os problemas ambientais são essencialmente problemas humanos, isto é, causados pelas nossas sociedades. (CORRALIZA; GILMARTIN, 1996). Assim, por *condutas protetoras do ambiente, condutas pró-ecológicas ou condutas pró-ambientais* (CPA), compreendemos, “o conjunto de ações intencionais, dirigidas e efetivas que respondem a requerimentos sociais e individuais que resultam da proteção do meio”, de acordo com Corral Verdugo (2000:466-467; 2002).

Martínez-Soto (2004: 5), ao discorrer sobre o conceito, afirma que “*la CPA al ser deliberada forma parte de um estilo de vida que requiere de una tendencia más o menos permanente de actuación*”, apresentando as seguintes características:

Es un producto o resultado, es decir de La preservación de los recursos naturales o al menos la reducción del deterioro.

Es efectiva, en el sentido de se intencional y resultado de desplegar habilidades concretas.

Presenta un cierto nivel de complejidad, pues requiere la anticipación del resultado de la acción, deliberación para actuar y dirección hacia una meta concreta.

Tais atividades servem como instrumento de interferência e modificação dos níveis de percepção e interpretação ambiental dessas populações, levando à evolução de um grau mais profundo de conscientização sobre as realidades ambientais encontradas em seus espaços vividos, tanto em grandes centros urbanos como em remotos pequenos vilarejos, ao provocarem um processo de estimulação da acuidade perceptiva, mediante técnicas de dinâmicas de grupo e visitas às áreas, promovendo condutas pró-ambientais. As trilhas interpretativas assim como as vivências colaboram, efetivamente, no desenvolvimento de ações conservacionistas, ao propiciarem práticas cooperativas em grupos, socialização e conciliação das formas de conhecimento empírico e técnico-científico, ao criar novos meios de intercâmbios de informações e saberes, e novos padrões de inter-relacionamentos entre uma comunidade ou grupo.

Ao conduzirem à gênese de outros níveis perceptivos, em substituição àqueles no sentido do “*estar de fora*”, fragmentados em suas interpretações e representações, o meio ambiente e a paisagem não se restringem apenas ao que está em nosso redor, tendo em vista uma simples conotação de cenários, mas

lembram-nos de que somos suas partes integrantes e integradoras ao mesmo tempo. As trilhas e as vivências encontram-se, assim, inseridas em um processo de educação e alfabetização ecológica, marcado por uma educação através da inserção de valores humanísticos e por relações dialógicas de aprendizagens, estabelecendo-se redes interativas e, conseqüentemente, novos níveis de vinculação e de ações sinérgicas.

As análises e reflexões respectivas às atividades desenvolvidas durante os nossos trabalhos revelaram informações qualitativas de caráter significativo para a avaliação de vários aspectos da experiência ambiental e da sensibilização para uma educação ecológica, bem como da reintegração emocional dos seres humanos com seus lugares, projetados nas formas de construir suas paisagens e, por extensão, na gestão do meio ambiente. Além de estimularem uma acuidade perceptiva e interpretativa, permitem o encadeamento de novas experiências exploratórias, a desestabilização construtiva de bagagens experienciais e de níveis de conhecimento/informações anteriores, que, muitas vezes, apresentam incongruências e distorções relacionadas à apreensão equivocada das realidades ambientais, influenciando diretamente no desenvolvimento de uma consciência ecológica e nas condições de auto-estima e bem-estar dos participantes, compreendendo, ainda, os aspectos condizentes a faixas etárias, gênero e condições biológicas e emocionais dos indivíduos. (LIMA, 1998; GUIMARÃES, 2001; 2004).

A mescla de aspectos lúdicos e educativos inerentes a essas experiências ambientais reveste-se de um sentido especial, em ambos os casos, ao amalgamar curiosidade, imaginação, variedade de estímulos, heterogeneidade de aspectos e elementos cênicos componentes, informações temáticas, companheirismo, emoções, descobertas e redescobertas associadas à paisagem exterior e à interior. Esta amálgama propicia a reconstrução de processos psicológicos com o meio ambiente, bem como de ressignificações pertinentes às formas da experiência, mediante o contato direto e o compartilhar das experiências vividas, traduzindo-se em uma dialética entre o indivíduo e seu entorno – espaço e mundo vivido – e no desenvolvimento de novos processos cognitivos e afetivos condizentes com a topofilia, topofobia, biofilia, biofobia, hidrofília.

Os procedimentos teórico-metodológicos dessas atividades encontram-se fundamentados na Psicogeografia, Ecopsicologia, Ecologia Profunda e Ecologia de Paisagens, compreendendo princípios e diretrizes tais como as inter-relações com a própria Terra; as transformações de atitudes e condutas relativas ao meio ambiente; a consciência psico-espiritual; o cultivo de conexões e expansão ecológicas entre o “*self*” e o mundo, através de experiências ambientais imediatas e dirigidas, proporcionando mudanças psicológicas vinculadas à motivação, consciência e à restauração dos ambientes e ambiências.

Ao partirmos de trabalhos nos domínios da psicosfera, desencadeamos reações de interação e interconexões, envolvendo um conjunto de estímulos de ordem sensorial e emocional que suscitam processos de adaptação e de respostas cognitivas e afetivas à paisagem, sendo esta enfatizada como um vetor de qualidade de vida, ao representar um conjunto de fatores indicadores da qualidade ambiental, sob a visão da saúde e educação ecológicas. Assim, tais atividades devem ser fundamentadas em técnicas e procedimentos que possibilitem um experienciar estimulado pela compreensão do *vivido*, compartilhando a ressignificação de contextos e conteúdos, bem como das transformações do significado de experiências ambientais anteriores, alterando nossas reações, atitudes e condutas respectivas às valorações objetivas e subjetivas do meio ambiente e do ser humano. (LIMA, 1998; GUIMARÃES, 2004).

A respeito dessa reintegração biológica, psicológica e cultural dos seres humanos com a paisagem exterior e as constantes alterações perceptivas, que reconstroem continuamente as imagens e os significados da paisagem interiorizada, vemos as trilhas interpretativas e as vivências na Natureza como exemplos de atividades formativas e informativas. Ao provocarem novos processos de adaptação ambiental e assimilação daqueles relativos às experiências e à estruturação de um conhecimento ecológico mediante reações ativas, respostas e processos adaptativos, observamos a reorganização e a associação com outros significados e valores individuais ou coletivos. Esse contexto torna os níveis de percepção e interpretação ambientais mais complexos e profundos, ao proporcionarem o restabelecimento de um estado de receptividade e interatividade individual e coletiva a partir da experiência paisagística imediata. (DUBOS, 1974; GUIMARÃES, 2004)

A exploração e a descoberta de novas interações e inter-relações ecológicas e psicológicas durante o percurso de uma trilha ou uma vivência, em ambientes naturais, construídos ou ecléticos, através da interpretação, envolvem as formas de conhecê-los por meio de sensações, informações, narrativas, evocações, usos, correlações, significados, associações. Trata-se do conhecimento e reconhecimento de uma paisagem geográfica mediante aprendizados diretos e indiretos, dirigidos e incidentais – descobertas, curiosidades, aventuras, lições de vida, reflexões, processos imagéticos, evocação de memórias. Deste modo, podemos afirmar que tais atividades proporcionam uma reintegração da paisagem das exterioridades às paisagens interiorizadas: estímulos sensíveis, intrínsecos a uma experiência ambiental de imersão, profunda, intensa e, portanto, de significados relevantes no contexto de nossas próprias histórias de vida. (LIMA, 1998). A paisagem exterior continua a existir na paisagem interior e, de certa forma, esses aprendizados nos revelam que elas continuam guiando, ensinando e inspirando mudanças nos seres humanos porque somos partes delas e estamos profundamente envolvidos por uma situação de imersão nas realidades paisagísticas por nós vivenciadas.

Ao induzir várias leituras de uma mesma realidade ambiental, considerando os níveis individuais e coletivos da percepção e a interpretação das diversas dimensões paisagísticas, as experiências e os saberes resultantes das trilhas interpretativas e vivências na Natureza influenciam as conexões entre a evocação de memórias, representações, atitudes, condutas, atributos, valores e sentimentos relacionados à paisagem e aos seus lugares, abarcando os processos intuitivos, metafóricos e os modos narrativos (LIMA, 1998; GUIMARÃES, 2004). De acordo com Hutchison (2000: 59-60):

O enfoque sobre conexões levou os educadores holísticos a valorizar uma grande variedade de abordagens do “saber” que complementam os modelos lógico-analíticos de conhecimento tradicionalmente legitimadas pelas escolas. Tais modelos incluem os processos *intuitivos* de pensamento, os quais envolvem contato direto e imediato com o conhecimento, cujo processo cognitivo, não-mediado pelas considerações ou pelas análises racionais, surge com maior frequência em momentos de intensa atividade criativa ou quando o corpo está em repouso, com a mente alerta; os processos *metafóricos* de raciocínio, que envolvem saltos cognitivos no pensamento, os quais fazem uma ponte, por analogia, entre dois fenômenos aparentemente não-relacionados e, portanto, descobrem

novas relações e padrões; e os modos *narrativos* de pensamento, nos quais a base temporal da vida recebe voz e as seqüências dos eventos são reconstruídas para seu significado ser apreendido.

Sob esses olhares, os objetivos das trilhas interpretativas e das vivências na Natureza podem ser desdobrados em vários pontos relacionados à experiência, percepção, interpretação e representação ambiental, mas o objetivo principal de ambas é o resgate do significado e do valor da interação *Ser Humano/Paisagem*, pois, somente assim, entenderemos de forma mais ampla e profunda as escalas valorativas relacionadas à sensibilização e proteção ambiental, bem como os seus desdobramentos e dimensões abarcadas.

Na realidade, a experiência vivenciada durante tais atividades é impossível de ser restringida aos conteúdos técnicos e científicos referentes aos ambientes envolvidos, pois, ao compreender uma visão capaz de precipitar e catalisar ações e reações emocionais, induzem a construções e reconstruções dos conhecimentos e valores, a novos padrões atitudinais e comportamentais, melhorando os níveis de assimilação dos aprendizados, reorganizando sistemas representacionais que permitam a recepção de informações e a sua interpretação em outros níveis cognitivos, perceptivos e interpretativos

Ao considerarmos a interpretação e representação das distintas realidades percebidas, a influência dos filtros perceptivos e o exercício da ética ecológica, restabelecemos a relevância das responsabilidades e dos compromissos relacionados à proteção, tutela e salvaguarda dos recursos paisagísticos naturais e construídos, por extensão, do meio ambiente. Neste sentido, propiciamos condições para o desenvolvimento de ações proativas, condutas pró-ambientais e gestão ambiental participativa nas comunidades às quais pertencemos. Conseguimos isso, exercendo, efetivamente, os princípios da cidadania ecológica, em um mundo onde as necessidades de uma consciência ambiental ainda se encontram arquitetadas sobre estruturas de processos e movimentos históricos voltados para visões materialistas, sustentadas por valores utilitários e consumistas. Esse fato faz com que constituam a herança e permanência do pensamento e das ideologias da Revolução Industrial do século XIX que, segundo Schweitzer (1959), levaram à

ruptura entre o discernimento e a vontade, a razão e a emoção, entre o pensar e o sentir.

Assim, temos então, que uma trilha de interpretação da paisagem delineia-se como uma amostragem de seqüências, conexões, processos, estruturas, sinergias, dinâmicas ambientais, sendo a experiência vivida relacionada intimamente a uma compreensão mais profunda de nossas próprias percepções e interpretações ambientais individuais e grupais diante de fácies diferenciadas, abrangidas as dimensões objetivas e subjetivas das paisagens, e, por extensão, os sentimentos concernentes à biofilia, topofilia e topofobia. É um percurso objetivo e subjetivo ao mesmo tempo, configurando-se como o movimento no processo ensino-aprendizagem das realidades paisagísticas.

Já as vivências na Natureza são os pontos de pausas, realizadas durante estes percursos, para auscultarmos a paisagem, interiorizando essas mesmas experiências ambientais, vivenciando conscientemente aspectos do desenvolvimento e construção do sentido de espaço para o de lugar. (BACHELARD, 2000; TUAN, 1974; WILSON; KELLERT, 1993). Mediante estes *experimentos de primeira mão* ou *proto-experimentos*, podemos observar a geração de processos relacionados à cognição, percepção e afetividade por meio das intencionalidades dessas experiências imediatas, constituindo-se vivências significativas, e nesse sentido, os níveis de reconhecimento e ressignificação preexistentes são alterados a cada novo contexto experienciado, seja em relação ao seu caráter físico espaço-temporal ou intersubjetivo.

Albero e Benayas del Álamo (1994: 79) consideram que, aprender através de programas fundamentados na interpretação da paisagem,

implica completar el aprendizaje de la lectura de los símbolos y procesos paisajísticos con el descubrimiento de los valores afectivos que éstos entrañan. De esta forma podrán modificarse con mayor eficacia las actitudes e interacciones que la sociedad occidental mantiene hacia su entorno próximo.

Dada a natureza ludo-educativa dos vários programas de interpretação da paisagem, estes proporcionam a integração de diferentes campos do conhecimento, expressando uma legítima experiência educativa de transversalidade ao promover a apreensão de novos conhecimentos, o desenvolvimento de atividades e trabalhos cooperativos, o estabelecimento de relações de alteridades e pertinências, e ainda propiciar a geração de respostas sensoriais e emocionais intensas referentes à paisagem e ao meio ambiente. Também Ribas Vilàs (1992: 213), ao tecer suas considerações sobre os estudos da paisagem real em relação à percebida, sob o prisma da *Gestalt*, avalia a inclusão tradicional de alguns conteúdos e a exclusão de outros devido às dificuldades de tratamento metodológico e representação. Segundo o autor,

Con el propósito de incluir los aspectos perceptivos del paisaje es de gran importancia tener en consideración las ideas de la psicología de la forma o *Gestalt*. Esta teoría psicológica del aprendizaje define a *Gestalt* como un complejo difuso de percepciones que pueden ser gradualmente diferenciadas en contenidos significantes. El proceso de aprendizaje se completa con la reestructuración de estas partes diferenciadas formando una estructura significativa.

El progreso en los estudios paisajísticos se debe al intento de conjugar contenido del paisaje y escena percibida como dos caras indivisibles de la misma entidad. En otras palabras, se investigan las relaciones entre las características del paisaje y los sentimientos que suscita. La selección de los atributos escénicos necesarios para la síntesis paisajística debe reflejar, por tanto, el paisaje “sentido” por el hombre.

Ao analisar os vários aspectos perceptivos e interpretativos inter-relacionados, Lima (1998) considera que *“trilhas interpretativas são como espelhos posicionados estrategicamente para refletirem a paisagem interior na exterior”, sendo “caminhos que nos levam a experienciar as paisagens sob outros contextos, conjunturas, despertando novas concepções: percepção e vivência cambiantes”*. Por isso é que as trilhas e as vivências permitem uma revelação e compreensão de muitos dos significados atribuídos ao meio ambiente, sob uma forma de descobertas através de experiências imediatas, “dérmicas”, em razão do desenvolvimento de uma compreensão versátil do entorno, muito além das descrições de meras conexões causais. Assim, podemos identificar integralidades e contemplar a paisagem sob uma visão especial, com um novo pensamento/sentimento sobre as realidades ambientais percebidas, sejam circundantes ou não, mas sempre

interligadas pelos próprios ritmos, cadências e fluxos inerentes às suas dinâmicas externas e aos nossos estados emocionais.

As experiências ambientais proporcionadas pelas trilhas interpretativas ou pelas vivências na Natureza tornam-se, assim, chaves e fios condutores para o conhecimento do entorno e do próprio ser humano, levando à compreensão e apreensão do sentido da paisagem como *mundo vivido*. De acordo com Buttimer (1985a: 172 e 185), para a fenomenologia, *mundo* é o contexto no “*qual a consciência é revelada*”, e “*na perspectiva geográfica, poderia ser considerado como o substrato latente da experiência*”, onde traçamos nossas trilhas interiores e exteriores, compartilhando horizontes individuais e coletivos.

As lembranças das experiências ambientais podem ser vivificadas ou esquecidas, interpretadas e reinterpretadas, através de cada novo olhar, mediante associações sucessivas, complementares ou não, porém refletidas nas transformações referentes à percepção do meio ambiente, considerados todos os seus domínios – biosfera, tecnosfera e psicosfera. (LIMA, 1998; GUIMARÃES, 2004). Neste contexto, podemos entender a trilha interpretativa e as vivências como um diálogo sobre a apreensão de aspectos do *mundo vivido*, fundamentando-nos na reflexão de Buttimer (1985a: 168-185):

- *A idéia corpo/sujeito*, onde são destacadas as relações diretas entre o corpo humano e seu mundo; a integridade da experiência;
- *A idéia da intersubjetividade*, ou seja, a busca da construção de um diálogo entre a pessoa e o meio ambiente, destacando-se os aspectos relacionados à herança sócio-cultural e o papel assumido no mundo vivido de cada dia;
- *A idéia dos ritmos tempo-espaciais*, uma perspectiva que pode levar a compreensão da integridade dinâmica da experiência diária de mundo vivido.

Assim, a trilha interpretativa e as vivências na Natureza poderiam ser percebidas e interpretadas como repositórios de experiências vividas, geradores de sentido para a própria Vida porque permitem vislumbres de lugares, e, de acordo com Relph (1976), podemos traduzir estes como “*centros de significados e intenções*” – *cenários* de nossas vivências, onde aprendemos a criar e a recriar

novas possibilidades para (e sobre) nossas realidades exteriores e interiores, incitando-nos a prosseguir o seu percurso, a decifrar os seus signos, a elaborar seus símbolos, conduzindo-nos a uma viagem singular ao encontro de nós próprios, dos outros e das paisagens enquanto espaço vivido.

Tecendo uma reflexão sobre a qualidade das experiências ambientais vivenciadas durante a realização de atividades interpretativas ludo-educativas, incluindo as vivências na Natureza, podemos considerar que, ao enfatizar as formas de perceber e interpretar as paisagens do nosso entorno, constituem-se modos sensíveis de proporcionar uma busca de significado e de propósito, de estruturação de mundos exteriores e interiores. Hutchison (2000: 60), ao tecer sua análise sobre os princípios que permeiam a educação holística, afirma que *“essa busca pode ser uma jornada essencialmente pessoal ou mesmo particular, ou pode encontrar expressão através da comunhão com outros na celebração, nas realizações e em outras experiências compartilhadas”*. Trata-se, portanto, de transpor as fronteiras tradicionais do modo de transmitirmos conhecimentos, embasados na racionalidade de antigos paradigmas e abordagens fragmentadas, os quais representam restrições de horizontes, de saberes, de possibilidades de intercâmbios, redes, partilhas e aprendizados vivenciais.

Ao considerarmos as perspectivas holísticas marcadas por uma visão ecológica, podemos afirmar que as trilhas interpretativas e as vivências na Natureza são como portais que se abrem para aprendizados marcados pela criatividade, em que a experiência ambiental permite um universo de descobertas as quais revelam os caminhos das sensibilidades, da imaginação e da espiritualidade que fundamentam o atual paradigma ecológico. Para Alberio e Benayas del Alamo (1994: 79-80), a utilização da paisagem como fio condutor em programas de educação ambiental tem como marcos os seguintes aspectos:

1. *motivação*: cenários e elementos componentes que incitam e animam à exploração e o desfrutar;
2. *estimulação dos sentidos*: despertar de capacidades contemplativas e de interiorização das vivências ambientais;
3. *interdisciplinaridade*: a paisagem se converte em lugar de encontro de disciplinas distintas de modo multi e interdisciplinar;

4. *decifração de mensagens*: infinidade de estímulos que escondem informações múltiplas sobre o entorno que podem ser decifrados pelo conhecimento e treinamento;
5. *globalização*: permite uma análise sistemática e global do médio;
6. *realista e concreto*: vantagens dos estudos das unidades paisagísticas graças a sua visibilidade;
7. *desencadeamento de juízos e valores*: estéticos, éticos e adaptativos direcionados à conservação ambiental;
8. *implicações na ação e intervenção*: relacionadas aos impactos ambientais.

Gonzalez Bernáldez (1981: 221), ao discorrer sobre as relações entre paisagem e educação, não só reitera o seu valor educativo no sentido de conscientizar e favorecer uma compreensão do entorno, o desenvolvimento de atitudes participativas e favoráveis de natureza conservacionista, de valores positivos, promovendo uma responsabilidade social, como afirma que a paisagem oferece chaves tangíveis para o acesso a um sistema de relações subjacentes que facilita sua interpretação, sendo que esse *“proceso de explicación, de lectura o interpretación del mundo sensible, ofrece un camino muy interesante no solo para el conocimiento de geosistemas concretos sino también para una educación ambiental en general”*.

No caso de avaliarmos as trilhas interpretativas como uma alternativa para favorecer um conhecimento através de diálogos e da própria experiência direta, seu objetivo principal é a compreensão do meio ambiente, a partir da complexidade estrutural de uma unidade paisagística, levando-nos à percepção dos sistemas de interatividade entre diferenciados aspectos e fatores ambientais – físicos, biológicos e antrópicos. Mediante as formas de interpretação da paisagem, consideradas as várias intencionalidades e motivações correlacionadas, asseguramos, portanto, uma estreita ligação entre a verificação *“in situ”* da realidade ambiental e os processos educativos, pois nos permitem centrar a experiência da aprendizagem em um território concreto. Para Gonzalez Bernáldez, a adoção de novos enfoques requer preparo adequado e conhecimentos e, ao comparar a educação fundada na paisagem real, tece considerações sobre as diferenças de resultados observadas nos processos pedagógicos desenvolvidos através de visitas a museus e ecomuseus, zoológicos e similares, jardins paisagísticos:

las ventajas pedagógicas ofrecidas por la interpretación de un paisaje residen en la posibilidad de descubrir nexos entre sus componentes y entre éstos y un sistema subyacente que pose e también aspectos históricos.(...) El fragmento de paisaje real escogido ofrece menos diversidad y variedad que esas instalaciones o artefactos pero contiene una coherencia interna cuya explotación es fuente de importantes descubrimientos. (...) La interpretación del entorno es, pues, la base de la pedagogía de la naturaleza. (GONZALEZ BERNÁLDEZ, 1981:226).

O percurso de uma trilha interpretativa nos conduz à percepção dos elementos integrantes das dimensões relacionadas ao *fenossistema* e ao *criptossistema*, assim como dos gradientes de interação entre fluxo de energia e matéria existente em um sistema paisagístico, evidenciando, através da interpretação, a justaposição de características estruturais e funcionais, tangíveis ou não, porém, sempre buscando valorizar aspectos que promovam, no indivíduo, a consciência do encadeamento de ações e processos ambientais naturais e antropogênicos, levando a uma visão de síntese, ou seja, do conjunto da paisagem.

Cabe lembrarmos que a interpretação da paisagem ainda deve levar em conta as influências da percepção do entorno pelos indivíduos, que poderão ocasionar distorções, dissonâncias, evoluções, contrastes perceptivos, associados não somente às variáveis compreendidas pelos processos e padrões informativos, comportamentais, atitudinais e de aprendizados, como também pelos estados psicológicos, biológicos e focos de interesse. A percepção e a interpretação da paisagem, portanto, serão *sempre* marcadas por visões e valorações parciais, objetivas e subjetivas, conflitantes ou não, tanto na dimensão individual como coletiva ou grupal, influenciadas pelas distintas conjunturas sócio-culturais e psicossociais que ocorrem, e às quais encontramos-nos relacionados, tanto no sentido da pertinência aos territórios concretos e abstratos, quanto aos contextos existentes.

Durante o percurso de uma trilha interpretativa, em geral, a paisagem é percebida e interpretada essencialmente através da observação dos aspectos referentes à proximidade dos seus elementos componentes, tendo como ponto axial o corpo do observador e sua posição no espaço. Isso não exclui, entretanto, as situações que envolvam paisagens mais amplas, isto é, com uma visibilidade

panorâmica, revelando linhas de horizontes, numa sucessão de diferentes planos e ângulos, como também de pontos relacionados às áreas de acessibilidade visual, em especial no caso de pontos de interesse interpretativo, representados por mirantes, “*belvederes*”, praças e baías de estacionamento ou de parada, torres de observação, e tantos mais.



Fig. 5: Aspectos relacionados aos diferentes ângulos paisagísticos durante o percurso de uma trilha interpretativa do *Program do Ministry of Natural Resources, Trail Enhancement and Interpretative Project, Program Ontario Heritage Foundation, Canadá*. Note-se a diversidade de detalhes da paisagem: luz, sombra, cores, texturas, linhas, profundidade, altura, planos perceptivos, elementos componentes, qualidade estética, entre outros. Foto: Solange T. de Lima Guimarães, outubro/1998.

Neste sentido, temos a considerar a avaliação dos aspectos correlacionados à qualidade visual paisagística, intimamente vinculada aos fatores estéticos e suas constantes variações e mudanças de valores conforme a cultura, época, e região geográfica em estudo. A respeito das atividades interpretativas, a qualidade visual cênica de uma trilha ou de uma vivência na Natureza deveria ser motivo de preocupação para os pesquisadores e técnicos, considerando a amplitude, profundidade e dimensionamento do campo visual, os quais também influenciam direta e indiretamente as condições de visibilidade potencial e efetiva do entorno, ao envolverem a experiência com o ambiente imediato. Assim, podemos avaliar os pontos de interpretação, segundo a classificação de valor da capacidade

paisagística de Escribano Bombín *et al apud* Ribas Vilàs (1992: 210), relacionada a três elementos da percepção:

1. *Qualidade visual intrínseca*: derivada das características próprias de cada ponto territorial, sendo considerados como valores intrínsecos visuais positivos àqueles constituídos por aspectos naturais – morfológicos, vegetação, hidrografia, etc;
2. *Qualidade visual do entorno imediato*: relativa à visibilidade das características naturais anteriores, assinalando a possibilidade de observação dos elementos visualmente atrativos;
3. *Qualidade de fundo cênico*: relacionada à avaliação da qualidade dos horizontes cênicos que constituem o fundo visual de uma paisagem, tendo a valoração dos seguintes aspectos e componentes: intervisibilidade, altitude, vegetação, água e singularidades geológicas.

Ao avaliarmos os aprendizados dirigidos e incidentais decorrentes da experiência ambiental, adquirida durante o percurso e a participação em uma trilha interpretativa, em áreas naturais, construídas ou ecléticas, devemos ainda refletir sobre a fragilidade da paisagem enquanto recurso, ou seja, a alteração reversível ou irreversível dos níveis e graus de deterioração causados por diferentes tipos de danos ambientais, mediante a incidência de determinadas situações e efeitos sinérgicos, conforme Escribano Bombín *et al apud* Ribas Vilàs (1992: 210-213). A fragilidade de uma paisagem remete-nos à percepção, interpretação e valoração de causas e efeitos associados a processos que nos direcionam a contextos de degradação ambiental atrelados a impactos negativos, numa integração de suas várias instâncias – física, biológica e humana, assim como dos parâmetros de valoração e dos indicadores de impactos ambientais diante da necessidade de protegê-las, salvaguardá-las.

O fator de fragilidade paisagística tem um papel significativo para a sensibilização e compreensão das necessidades conservacionistas de forma a favorecer a conscientização referente à qualidade ambiental e de vida das sociedades, tanto a partir da percepção visual, relacionando-se, então, aspectos ligados à maior ou menos fragilidade em função de fatores biofísicos, como do conhecimento das características histórico-culturais que interferem na acessibilidade e na capacidade de absorção visual da paisagem.

Para tanto é necessário criarmos percursos e atalhos, estabelecermos itinerários, marcarmos pontos de referências, explorando visadas e geossímbolos paisagísticos, tendo em vista um caminho que nos sensibilize a respeito da multiplicidade de aspectos da paisagem que podemos experienciar no cotidiano, concernentes a outras realidades além daquelas já conhecidas e vivenciadas por nós. Poderíamos, dessa forma, mapear diversas convivências e trânsitos interativos entre dimensões e códigos culturais, impregnados de memórias orgânicas – genética, cultural e individual – que influenciam a riqueza existente na pluralidade das percepções e interpretações humanas, relativas à heterogeneidade de seus ambientes e ambiências, determinados pela diversidade cultural de nossas sociedades.



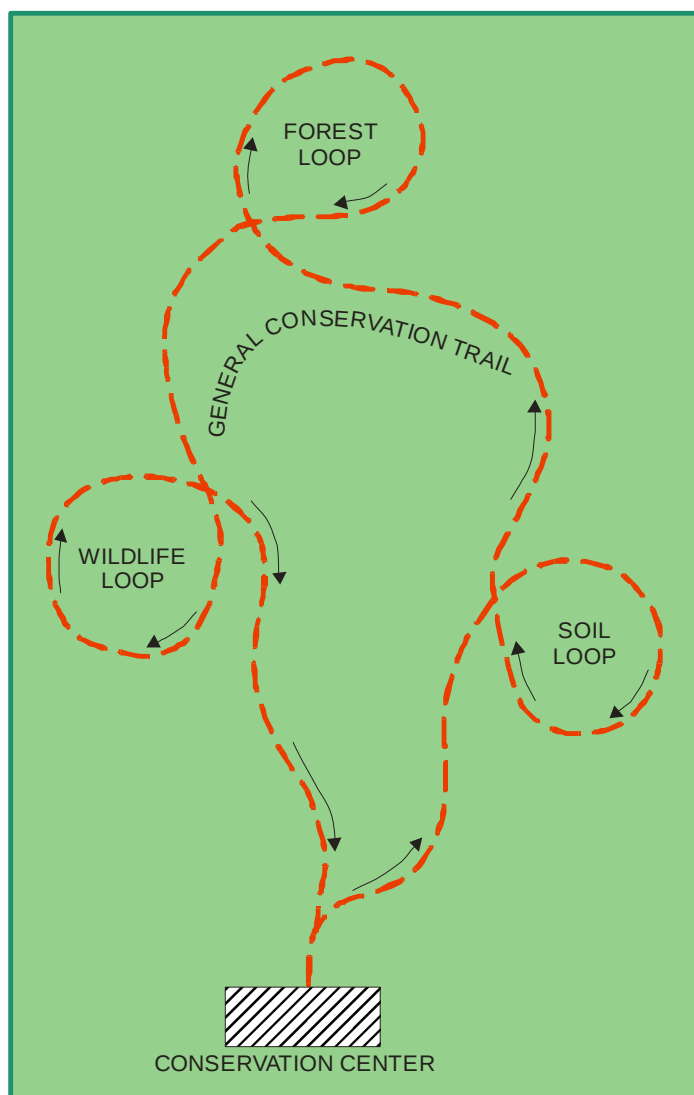
Fig. 6: Paisagem conservada e paisagem preservada... Visita a área de proteção ambiental, em unidade do Instituto Florestal de São Paulo, Itirapina (SP), visando atividade de percepção e interpretação da paisagem do rio do Lobo. No último plano, a Estação Ecológica de Itirapina: Foto: Solange T. de Lima Guimarães, junho/1999.

No traçado do percurso da trilha interpretativa, a variedade desses aspectos e elementos deve ser avaliada e escolhida cuidadosamente, de acordo com o tema que se deseja evidenciar através da interpretação, pois influencia os níveis

experienciais do indivíduo e a posterior seleção de valores e atributos paisagísticos, reforçando atitudes ou as desconstruindo, devido a outras ressignificações advindas da nova experiência ambiental, tomando-se em conta “*os aspectos relacionados com o exercício da sensibilidade humana, de ordem estética e psicológica*”. (RIBAS VILÀS, 1992: 213).

Para tanto, os traçados das trilhas interpretativas deveriam considerar as possibilidades de estimular o interesse dos participantes, evitando trajetos lineares e repetitivos, aqueles em que ida e volta são um mesmo caminho, e cujo tipo de traçado desinteressante induz à perda de motivação em consequência da falta de novidade e das expectativas de satisfação durante o tempo de caminhada, prejudicando a interação e a comunicação a respeito dos pontos de interesse interpretativo.

As trilhas são caracterizadas como trajetos de curtas distâncias através de áreas naturais, construídas ou ecléticas, apresentando cerca de 700 m a 1,3 Km (BRACE *et al*, 1982: 134), nos quais encontramos elementos de interesse ambiental e de importância histórica, ecológica, cultural, que são apresentados ao visitante e explicados por um guia ou por meio de placas, painéis e panfletos que enfocam um ou mais temas interpretativos relacionados ao percurso. No caso dos traçados, tendo o espaço da trilha como ambiente de aprendizagem, são mais recomendáveis os percursos circulares ou em forma de oito, incluindo os *loops* pertinentes à interpretação de temas mais específicos como, por exemplo, floresta, vida animal, solos, patrimônio histórico-arqueológico, entre outros, de acordo com a Fig. 7:



Fonte: BRACE, J. et al. **Teaching conservation in developing nations**. New York: Peace Corps, 1977, p. 135.

SAMPLE NATURE CENTER TRAIL LAYOUT

Fig. 7: Exemplo de *lay-out* de uma trilha interpretativa para centros de interpretação da Natureza.

Ao analisar a experiência de paisagem e a compreensão do entorno através das trilhas interpretativas e vivências na Natureza, as respostas podem ser avaliadas quanti-qualitativamente em termos de (1) *orientação*: atitudes positivas ou negativas diante do cenário, no caso, as seqüências de paisagens ou seus elementos componentes; (2) *intensidade*: limites de manutenção, duração da experiência; (3) *coerência*: equilíbrio ou incongruências de atitudes diante do ambiente; (4) *transformação*: permanência ou não de atitudes e condutas antigas ou novas, sob o contexto de novas informações.

Em relação às experiências ambientais vividas durante o percurso de uma trilha interpretativa, entendemos que ela possa ser considerada como um valioso subsídio para diversas atividades ludo-educativas. Essas atividades seriam dirigidas e cooperativas, principalmente entre aquelas voltadas para programas de qualidade de vida e ambiental, evidenciando uma busca de melhores índices de bem-estar através de processos de reeducar-nos por meio de aprendizados significativos ou vivências que enfatizem o resgate da individualidade do ser humano, das relações dialógicas, dos valores, e de que ensinar também é aprender. (WAISMAN; SHOCRON, 2001). Somente podemos valorizar as atividades de interpretação da paisagem como *educativas* e *vivenciais* à medida que estejam vinculadas a uma visão ecológica onde o sentimento de *ser parte* seja priorizado, levando a novos padrões atitudinais e de comportamento no que tange às nossas responsabilidades e compromissos para a conservação do meio ambiente e as sociedades.

Com referência a subsidiar programas de educação e saúde ambiental, tanto as trilhas interpretativas quanto às vivências na Natureza devem ser entendidas como alternativas capazes de promover, mediante a percepção e a interpretação da paisagem, a alteração de estados físico-biológicos e psicológicos. Não só porque oferecem uma gama imensa de estímulos sensoriais e emocionais, mas também porque, ao propiciar um experienciar imediato, envolvendo meio ambiente e indivíduos, traz à luz processos de socialização e sensibilização que levam ao reencontro das sensibilidades da paisagem e à identificação do sentido de pertinência ao próprio grupo, de forma a criar uma disposição cooperativa e de solitudes.

Também cooperam em termos de uma nova consciência, no sentido de sermos conscienciosos em relação aos problemas e conflitos ambientais, ao experienciarmos e percebermos situações a que não estamos sensibilizados, atentos no dia-a-dia. Justamente devido à nossa falta de percepção dos problemas e implicações decorrentes das crises globais e de como eles nos afetam de forma direta ou indireta, O'Connor (1995), ao analisar no contexto da Ecopsicologia, as práticas terapêuticas de psicanálise e as transformações dos padrões carentes de harmonia e equilíbrio dos relacionamentos sociais e com o planeta, na atualidade, considera que:

Action is called for, but action motivated by guilt may only compound the problem. We are in disharmony with the world because we are in disharmony with ourselves. Guilt is an indication of this. Guilt is a warning that there is an incongruity in our value system, a schism in our sense of self that needs to be investigated. If we act without introspection, we simply throw our weight to one side of the inner conflict, increasing the disharmony. Our actions will be incomplete and fragmented. We will make some token move and fall back into denial and minimization. To heal is to make whole. (O'CONNOR, 1995: 152)

(...) If this is not my planet, whose is it? If this is not my family, whose is it? If not my responsibility, whose? I am both the victim and victimizer. I am the cause and I am the cure. When I act out of this realization, I act not out of guilt but out of self-love, a love that includes my family, which includes my planet. When I look, I see. When I educate myself, I break through my denial and see that humankind is facing an absolutely unprecedented crisis. When I act from this knowledge, I act not out of obligation or idealism, but because I live in a straw house and I smell smoke. I realize the truth that, in Krishnamurti's words, "You are the world, and the world is on fire." (O'CONNOR, 1995: 153)

Dessa forma, ao sensibilizarmos o indivíduo mediante sua participação em uma trilha interpretativa ou em uma vivência na Natureza, independentemente de questões relativas a gênero e faixa etária, temos respostas positivas no sentido de ampliar seus referenciais cognitivos e perceptivos, graças aos efeitos da experiência com a paisagem ou com alguns dos seus elementos, permitindo aprendizados transformadores e criativos, em que a diversidade e complexidade dos aspectos experienciados são gravadas indelévelmente na memória, sendo interpretados e reinterpretados diferentemente, em consonância aos padrões, arquétipos, símbolos e valores culturais de cada sociedade, ao interiorizarmos a paisagem.

A propósito das paisagens que interiorizamos ao longo de nossas vidas, Edith Cobb *apud* Hutchison (2000), em sua coleção de autobiografias de infância, analisa o relato de Bernard Berenson, concernente às experiências ambientais respectivas ao mundo natural e a submersão momentânea da criança em envolvimentos transpessoais com a Natureza, revelando, de acordo com Hutchison (2000: 108), "*a participação perceptual como um todo com o cosmo*", expressando claramente essas relações:

enquanto observo minhas recordações de 70 anos de consciência e recordo os momentos de maior felicidade, vejo que esses eram, em sua maior parte, momentos em que me perdi quase completamente em algum momento de harmonia perfeita...Na infância e na juventude esse êxtase me dominava quando eu estava feliz, ao ar livre. Será que eu estava com cinco ou seis anos? Certamente não tinha sete. Era uma manhã no início do verão. Uma névoa prateada podia ser vista, tremeluzindo sobre as limeiras. O ar estava carregado com a fragrância dessas frutas. A temperatura era como uma carícia. Eu me lembro – não preciso fazer esforço para recordar – que escalei um toco de árvore e senti de repente que submergia em um estado de ser a própria coisa. Na época não chamei assim essa sensação. Não havia necessidade de palavras. As coisas e eu estávamos em uma união completa. (COBB *apud* HUTCHISON, 2000:107)

Analizando as atividades que envolvam estímulos para o desenvolvimento da acuidade perceptiva e interpretativa concernente às paisagens, aos lugares e de uma nova forma de motivar os indivíduos no que tange à sensibilização e conscientização ambiental, podemos vislumbrar caminhos de implementação e implantação de programas de educação ecológica para vários segmentos das comunidades, resguardadas as diferenças sociais, culturais e econômicas de suas regiões geográficas.

Desse modo, contribuímos para uma evolução da incorporação de novos padrões atitudinais e comportamentais pró-ambientais, inicialmente a partir do indivíduo e, posteriormente, tendo este como multiplicador social, abarcar grupos receptivos a essas mudanças e assimilação, reforçando os objetivos já alcançados, mediante formas de gestão participativa e integrada, conjuntamente à inserção de novos valores conservacionistas. Segundo a proposição de Tilbury (1995), temos possibilidades e oportunidades para envolvermos as diferentes comunidades na construção de uma sociedade “sobre”, “no” e “para” o ambiente, incorporando os domínios cognitivo, afetivo e participativo, fundamentada nos seguintes passos:

A **sensibilização** para a obtenção do **conhecimento** sistêmico da dinâmica ecológica inserido no processo da **compreensão** educativa, interagindo com o **envolvimento** dos sujeitos, que através das **responsabilidades**, buscarão a **ação** e a participação para o exercício efetivo da cidadania. Por sua vez, o sentido da responsabilidade e a ação sobre o ambiente sensibilizariam o indivíduo para a necessidade, conseqüentemente, a busca de maior

conhecimento, fechando um círculo “benéfico” de eventos. (MAROTI, 2002:26)

Ao longo de todos esses anos, em que estivemos envolvidos com tais atividades, podemos argumentar que, partindo do desejo de nos reeducarmos, tendo em vista horizontes de melhor qualidade ambiental e de vida, expandimos também nossas ações e compreensão a respeito do meio ambiente, das paisagens e dos outros seres humanos, não apenas propiciando mudanças comportamentais, mas em especial, mudanças afetivas na relação Homem/Terra, permitindo o reconhecimento e a compreensão de qual “*emoção fundamentalmente mobilizadora*” (MORAIS, 1993: 98) está presente nas circunstâncias de construção ou desconstrução de nosso mundo e espaço vivido. Ao desvendarmos esses horizontes, temos condições de “*mudar aquilo que de fato podemos mudar*”, entre a experiência e a esperança, entre o ideal e as utopias, pois estas são aquilo que ainda está por vir, não se tratando de impossíveis, mas de um vislumbre de possibilidades futuras e efetivas. (MORAIS, 1993).

Considerando o papel e a significância dos estudos teóricos, experimentais e aplicados no campo da percepção e interpretação ambiental, nesta primeira década do século XXI, e a necessidade emergencial da educação ecológica, concordamos com Regis de Moraes (1993: 72), quando afirma que “*ante as urgências da terceira ecologia, a educação pode assumir as suas responsabilidades*”. Neste contexto de atitudes éticas e morais e compromissos ecológicos, recordamos a relevância dos aprendizados ambientais pertinentes à percepção e interpretação da ocorrência de processos ecológicos dinâmicos e interdependentes e as conexões necessárias para a coexistência e convivência na Terra. Destacamos, ainda, que estes estudos e práticas ludo-educativas não se encontram limitados a uma fenomenologia de caráter subjetivista, mas expandem-se ao envolver as relações intersubjetivas numa tessitura de dimensões político-econômicas e sócio-culturais.

3.2 Vislumbrando novos percursos...

O tipo de esperança sobre a qual penso freqüentemente,... compreendo-a acima de tudo como um estado da mente, não um estado do mundo. Ou nós temos a esperança dentro de nós ou não temos; ela é uma dimensão da alma, e não depende essencialmente de uma determinada observação do mundo ou de uma avaliação da situação... [A esperança] não é a convicção de que as coisas vão dar certo, mas a certeza de que as coisas têm sentido, como quer que venham a terminar.

– Václav Havel *apud* Capra (2005, p. 273)

Ao vislumbrar novos percursos para os estudos sobre percepção, interpretação e valoração das paisagens naturais, culturais e ecléticas no âmbito da geografia, nos deparamos com realidades complexas, imbricadas, numa apreensão da continuidade dos processos interativos referentes às estruturas, funções e relações encontradas no meio ambiente. Sob essas conjunturas, são enfocados aspectos relacionados à educação ecológica e à gestão ambiental participativa e integrada, considerando-se que, ao se fundamentarem nos padrões sistêmicos das redes, permitem que a sociedade civil, associada ao poder público, some esforços no sentido de promover e desencadear ações pró-ativas e condutas pró-ambientais, induzindo a uma conscientização e compreensão mais profunda do sentido de uma cidadania de maior amplitude no que tange ao exercício da proteção do meio ambiente. Na visão de Morin e Kern (1993), uma “*consciência ecológica*”.

Nesse quadro, a paisagem – percebida e valorada como ambiente e ambiência de ensino-aprendizagem dirigida e incidental – proporciona o desenvolvimento pleno de programas de educação e alfabetização ecológica, conduzindo à construção e reconstrução dos vários níveis de conhecimentos e escalas de valores objetivos e subjetivos, implícitos e explícitos. As formas contextuais de políticas educacionais participativas e cooperativas, associadas à realização de atividades lúdicas e educativas de apoio, tais como as trilhas interpretativas e vivências na Natureza, tornam-se contributos para os processos de

gestão ambiental integrada, em uma dimensão mais ampla, visto poderem envolver diferentes segmentos de população através de programas de sensibilização específicos a determinadas situações potenciais e efetivas, a exemplo de situações pertinentes a gênero, faixas etárias, classes sócio-econômicas, grupos culturais, e tantas mais.

Temos como exemplo, os casos de poluição de variadas origens, contaminação de recursos hídricos; conservação de recursos naturais de uso comum; deposição inadequada de lixo doméstico, hospitalar ou industrial; queima de matas para práticas agrícolas; caça e coleta de espécies da flora e fauna nativas; recuperação e revitalização de áreas construídas, naturais ou ecléticas, entre outras. Diante desses contextos, lembramos o *envolvimento dialógico* de Buber (2004), complementado no sentido das *transformações da realidade* expressa por Freire (1980, p. 30): “(...) *quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio: seu eu e suas circunstâncias.*”

Neste sentido, planos, programas e projetos vinculados às políticas públicas nacionais, regionais ou setoriais, se beneficiam dos resultados da execução e implementação de tais atividades que, ao proporcionarem a experiência imediata, apresentam a paisagem no conjunto de suas concretudes e abstrações, permitindo outros níveis de compreensão das diversas realidades ambientais vivenciadas pelas sociedades. Essas experiências significativas levam cada indivíduo ou grupo, mediante processos de sensibilização que estimulem o desenvolvimento da acuidade perceptiva e reflexiva, a partir do *vivido*, a participar e a sentir-se responsável pela proteção do patrimônio natural e cultural de sua comunidade, bem como estar ciente de questões, problemas e conflitos ambientais existentes, considerando-se a construção do conhecimento empírico e científico e a formação de juízos de valores diferenciados, através das intervenções, do delineamento das ações e alcance de resultados e metas.

Para Corral Verdugo (2000), trata-se de desenvolvermos as competências pró-ambientais, ou seja, “a *capacidade de responder efetivamente às exigências de*

conservação do meio ambiente”, compreendendo os objetivos protecionistas a serem alcançados, mais o domínio de habilidades ambientais que permitiriam processos de respostas, enfrentamento e ajustes frente às necessidades e exigências impostas pelas realidades ambientais, em suas diferentes escalas geográficas.

Vislumbrando algumas dessas perspectivas, podemos afirmar que os estudos de percepção, interpretação e valoração da paisagem se enquadram nos processos da alfabetização ecológica, preconizada por Fritjof Capra (2000: 231-235), porque proporcionam novas atitudes e princípios ecológicos e valorativos no sentido da criação de *“comunidades humanas sustentáveis (...), de modo que os princípios da ecologia se manifestem nelas como princípios de educação, de administração e de política.”* (CAPRA, 2000: 231)

As paisagens, ao abrangerem dimensões naturais e culturais do meio ambiente, também devem ser analisadas e percebidas como redes autopoiéticas, sendo as relações de interdependência ecológica fundamentais para a coexistência e convivência entre as comunidades, ainda que consideremos as condições de não-sustentabilidade, apresentadas pelos sistemas sócio-econômicos atuais. Neste sentido, Capra (2000: 234), considera que, ao estabelecermos relações, associações de parcerias cooperativas, democráticas e de poder pessoal, temos *“um dos ‘certificados de qualidade’ da vida.”* Para o autor, esses padrões organizacionais devem optar pela otimização e não pela maximização de qualquer de suas variáveis, levando a processos de aprendizados e mudanças, de coevolução, sob formas flexíveis e condições mutáveis de adaptação na busca pela sustentabilidade e da própria conservação das redes sistêmicas como um todo.

Através das experiências vividas nas trilhas interpretativas e vivências na Natureza, somos confrontados com imagens de realidades exteriores e interiores que apresentam problemas e conflitos oriundos das contradições sócio-econômicas e culturais, bem como das diferenças geográficas regionais. De acordo com Capra, as soluções para esses contextos devem fundamentar-se em ações delineadas por equilíbrio dinâmico e não por meio de decisões inflexíveis, que resguardam um caráter de rigidez em suas possíveis variações. Assim, mediante nossos estudos

sobre a interpretação e valoração da paisagem, podemos envolver também os processos da alfabetização ecológica, pois esta *“inclui o conhecimento de que ambos os lados de um conflito podem ser importantes, dependendo do contexto, e que as contradições no âmbito de uma comunidade são sinais de sua diversidade e de sua vitalidade e, desse modo, contribuem para a viabilidade do sistema”* (CAPRA, 2000:235), cooperando para uma melhor compreensão da integração de nossas atuações e estratégias experienciais de ensino-aprendizagem – ativa, passiva e reativa – concernentes ao meio ambiente.

As atividades e os estudos teóricos e aplicados enfocando as trilhas interpretativas e as vivências na Natureza, nos dias atuais vêm se expandindo de modo crescente, buscando reformulações, adequações e formas de avaliação e mensurações quali-quantitativa dos seus resultados. Já não os consideramos mais como simples atividades subsidiárias, complementando programas escolares de educação ambiental formal e não-formal, ou de uso público no que tange às unidades de conservação. Na atualidade, passam a agregar outros significados, numa expansão de possibilidades, que chegam até mesmo a escapar do nosso alcance em muitos momentos, pois envolvem aspectos pertinentes às questões da conservação da qualidade de vida e ambiental no planeta. Todavia, passam a envolver ações humanitárias ao se configurarem, no contexto de uma visão ecológica, como instrumentos, por excelência, de programas e políticas internacionais de educação para a paz e de segurança global em relação às formas de utilização e acesso aos recursos naturais e ambientais. Por outro lado, eles se apresentam como oportunidades de inclusão social e de humanização terapêutica para muitos indivíduos que apresentam enfermidades e disfunções físicas e psicológicas decorrentes das formas de estresse orgânico, emocional e ambiental, sejam estes atribuídos a causas endógenas ou exógenas.

Ao considerar a reintegração biológica, psicológica e cultural dos seres humanos com o mundo exterior e as constantes alterações no mundo perceptivo, Dubos (1974:114) afirma que *“em última análise, a individualidade emerge progressivamente da maneira pela qual cada pessoa transforma todas as experiências do corpo e do espírito em conhecimento estruturado de tal forma que pode ser usado para posterior desenvolvimento e ação.”* Individualidade essa, que

se vincula a própria identidade paisagística, criando laços topofilicos e biofílicos, transformando valores ambientais através de atitudes conscientes e conscienciosas.

Se, por inúmeras vezes, nos desviamos por entre os muitos caminhos de nossa história individual ou grupal, as trilhas e vivências em um sentido mais amplo poderão ainda ser percebidas como portais que nos convidam a uma travessia geográfica de reencontros, conscientizações e sensibilidades, propiciando reconexões objetivas e subjetivas com a Terra, com os seres humanos, com nossas paisagens e lugares. Ao permitirem resgatarmos o sentido da aproximação, reciprocidade e pertinência mediante uma percepção global voluntária ou induzida, bem como do significado dos valores e da interpretação dos aprendizados através da experiência vivida, levam-nos à consciência da mudança incessante e da própria unidade e integração dos processos da vida.

Trazendo no olhar e no espírito estes horizontes que propiciam o vislumbrar de possibilidades de uma compreensão geográfica da paisagem como ambientes e ambiências de aprendizados direcionados e incidentais; de experiências sobre a conservação e preservação do Planeta e a interdependência dos processos da vida, assim como de nossa responsabilidade no conserto de nossos mundos exteriores e interiores, mediante um compromisso ético e de co-responsabilidade, finalizamos, registrando um excerto de Rudolf Steiner (2000, p.29) que nos fala da necessidade do reencontro com a Terra-mãe e da consciência de *ser parte*, complementado pela força da imagem de uma flor brotando na rocha, como símbolo da tenaz resistência dos processos vitais:

Somos nós próprios que nos afastamos da terra-mãe, da natureza, e nos contrapomos como “eu ao “mundo”.
Com efeito, por mais verdadeiro que seja que nos afastamos da natureza, sentimos, todavia, que estamos dentro dela e a ela pertencemos.
Só pode ser a sua própria atuação que vive também em nós.
Temos de encontrar o caminho de volta a ela.
Precisamos procurar esse vestígio da natureza em nós e então encontraremos de novo o nexo entre o eu e o mundo.
Somente podemos achar a natureza externa, conhecendo-a em nós.
O que é igual a ela em nosso interior nos guiará.
Mas queremos descer às profundezas de nosso próprio ser para lá encontrarmos aqueles elementos que levamos conosco quando nos separamos da natureza.

A investigação do nosso próprio ser nos deve fornecer a solução do enigma.

*Temos de chegar a um ponto onde podemos constatar:
aqui não sou mais apenas “eu”; aqui existe algo que transcende o
“eu”.*



Fig. 8: Ciclamens brotando entre as rochas: sensibilidade e permanência dos processos da Vida, Harod Spring National Park, Beit Shean, Israel. Foto: Solange T. de Lima Guimarães, dezembro/1998.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA



Fig. 9: *"Eu toco o futuro: eu ensino."* C.McAuliffe. Arredores de Ontário, Canadá.
Foto: Solange T. de Lima Guimarães, outubro/1998.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 579-580.

ABRAM, D. The ecology of magic, In: ROSZAK, T.; GOMES, M.E.; KANNER, A. **Ecopsychology: restoring the earth, healing the mind**. New York: Sierra Club/Crown Publishers, 1995. p. 301-315.

ALBERO, C.M.; BENAYAS DEL ÁLAMO, J. Aprendiendo a través del paisaje, In: BENAYAS DEL ÁLAMO, J. et al. **Viviendo el paisaje: guía didáctica para interpretar y actuar sobre el paisaje**. Madrid: Fundación NatWest, 1994. p.79-96.

ALLEN, J.B.; FERRAND, J.L. Environmental locus of control, sympathy, and proenvironmental behavior: a test of Geller's actively caring hypothesis. **Environment and Behavior**, Beverly Hills, 31, p. 338-353, 1999.

ALVES, R. **Sobre o tempo e a eternidade**. Campinas: Papirus, 2000.

ALVES, R. **O suspiro dos oprimidos**. São Paulo: Edições Paulinas, 1984.

AMORIM FILHO, O. B. Topofilia, topofobia e topocídio em Minas Gerais, In: DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobel, 1999. p. 139-152.

ANTONIO, D. G. **O espaço das águas: interpretação ambiental visando a conservação dos recursos hídricos**. Dissertação. (Mestrado em Geografia), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro/SP, 2006.

APPLETON, J. **The poetry of habitat**. Hull: University of Hull, 1978.

APPLETON, J. **The experience of landscape**. New York: John Wiley & Sons, 1975.

ARAGONÉS, J. I.; AMÉRIGO, M. **Psicología ambiental**. Madrid: Pirâmide, 1998.

ARAGONÉS, J. I.; AMÉRIGO, M. Un estudio empírico sobre las actitudes ambientales. **Revista de Psicología Social**, Madrid, v.6, p. 223-240, 1991.

ARAÚJO, J. Prólogo, In: ÁLAMO, J.B. del et al. **Viviendo el paisaje**: guía didáctica para interpretar y actuar sobre el paisaje. Madrid: Fundación NatWest, 1994, pp. 13-14.

ARCHIBUGI, F. et al. The challenge of sustainable development. In: ARCHIBUGI, F.; NIJKAMP, P. (Org.) **Economy and ecology**: towards sustainable development. The Netherlands: Kluwer Academic, 1989. p. 1-13.

ARMSTRONG, J. Keepers of the earth, In: ROSZAK, T.; GOMES, M.E.; KANNER, A. **Ecopsychology**: restoring the earth, healing the mind. New York: Sierra Club/Crown Publishers, 1995. p. 316-324.

ATTFIELD, R. Environmental ethics and intergenerational equity, **Inquiry**, New York, v.41, n.2, p. 207-222, 1998.

BABBIE, E. **Métodos de pesquisa de survey**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

BACHELARD. G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BACHELARD. G. **A Água e os sonhos**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BALDASSARE, M.; KATZ, C. The personal threat of environmental problems as predictor of environmental practices. **Environment and Behavior**, Beverly Hills, v.24, p.602-616, 1992.

BALLONE, G.J. Afetividade, In: **PsiquWeb**, revisto em 2002. Disponível em: <<http://www.psiqweb.med.br/afeto.html>>. Acesso em: 20 abr/ 2003.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BARKER, R. G. **Ecological psychology**. Stanford: Stanford University, 1968.

BARYLKO, J. **Educación en valores**. Buenos Aires: Ameghino, 1999.

BATESON, G. **Natureza e espírito**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1987.

BATESON, G. **Pasos hacia una ecología de la mente**. Buenos Aires: Ediciones Carlos Lohlé, 1985.

BENAYAS DEL ÁLAMO, J. et al. **Viviendo el paisaje**: guía didáctica para interpretar y actuar sobre el paisaje. Madrid: Fundación NatWest, 1994.

BENAYAS DEL ÁLAMO, J. La percepción del paisaje, In: BENAYAS DEL ÁLAMO, J. et al. **Viviendo el paisaje**: guía didáctica para interpretar y actuar sobre el paisaje. Madrid: Fundación NatWest, 1994. p. 21-25.

BENAYAS DEL ÁLAMO, J. **Paisaje y educación ambiental**: evaluación de cambios de actitudes hacia el entorno. Madrid: MOPT, 1992.

BENAYAS DEL ÁLAMO, J.; HERAS HERNÁNDEZ, F. Ideas para interpretar y mejorar nuestros paisajes, In: BENAYAS DEL ÁLAMO, J. et al. **Viviendo el paisaje**: guía didáctica para interpretar y actuar sobre el paisaje. Madrid: Fundación NatWest, 1994. p. 99-140.

BERG, M. **O Caminho**. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

BERGER, P. **O dossel sagrado**. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.

BERGSON, H. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BLACKBURN, T.R. Sensuous-intellectual complementary in science, **Science**, Washington, n. 172, p. 1003-1007, 1971.

BOLÓS, M. et al. **Manual de ciencia del paisaje**: teoría, métodos y aplicaciones. Barcelona: Masson, 1992.

BONNEMAISON, J. Voyage autour du territoire, **L'Espace Géographique**, Paris, n. 4, p. 249-262, 1981.

BONNES, M. ; SECCHIAROLI, G. **Environmental psychology**: a psycho-social introduction. London: Sage, 1995.

BOULDING, K. The economics of the coming spaceship earth, In: JARRET, H. (ed). **Environmental quality in a growing economy**. Baltimore: Resources for the Future/Johns Hopkins University Press, 1966. p. 3-14.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRACE, J. et al. **Teaching conservation in developing nations**. New York: Peace Corps, 1982.

BRAVO, M. T.; VERA, S. F. El Concepto de Calidade de vida: una revision de su alcance y contenido, **Revista de Geografia Venezuelana**, Caracas, vol.34, n.2, 1993, p. 275-295.

BROWN, I. Ecopsychology and the environmental revolution – an environmental foreword, In: ROSZAK, T.; GOMES, M.E.; KANNER, A. **Ecopsychology**: restoring the earth, healing the mind. New York: Sierra Club/Crown Publishers, 1995. p. x-xvi.

BUENO, A. S. **Vísceras da memória**: uma leitura da obra de Pedro Nava. 1994. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1994.

BUBER, M. **Eu e tu**. São Paulo: Centauro, 2004.

BUBER, M. **Between man and man**. New York: Routledge Classics, 2002.

BURLE-MARX, R. Ecologia e Paisagismo. **Inter-Fácies: escritos e documentos/56**, São José do Rio Preto: UNESP, 1981.

BURLE-MARX, R. Recursos paisagísticos do Brasil, In: SUPREN, **Recursos naturais, meio ambiente e poluição**. Rio de Janeiro: IBGE, 1977. p. 39-46.

BUTTNER, A. Apreendendo o dinamismo do mundo vivido, In: CHRISTOFOLETTI, A. **Perspectivas da geografia**. São Paulo: DIFEL, 1985a. p. 165-193.

BUTTNER, A. Hogar, campo de movimiento y sentido del lugar, In: Ramón, M.D.G. (Org.), **Teoría y método en la geografía anglosajona**. Barcelona: Ariel Geografía, 1985b. p. 227-241.

BUTTNER, A.; SEAMON, D. (Ed.) **The human experience of space and place**. London: Croom Helm, 1980.

CAHALAN, W. Ecological groundedness in gestalt therapy, In: ROSZAK, T; GOMES, M.E.; KANNER, A. **Ecopsychology: restoring the earth, healing the mind**. New York: Sierra Club/Crown Publishers, 1995. p. 216-223.

CANTER, D. **Psicología del lugar: un análisis del espacio en el que vivimos**. México: Concepto, 1987.

CAPRA, F. **As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2005.

CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 2000.

CAPRA, F. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1995.

CASTORIADIS, C.; COHN-BENDIT, D. **Da ecologia à autonomia**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CHARLES, D. **Musiques nomades**. Paris: Kimé, 1998.

CHATELIN, Y.; RIOU, G. et al. **Millieux et paysages**. Paris: Masson, 1986.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CLARK, K. **Landscape into Art**. London: John Murray, 1949.

CLRAE. **Résolution 53/1997 sur l'avant-projet de convention européenne du paysage**. Consejo de Europa: Congreso de las Autoridades Locales y Regionales de Europa, 1997.

COLLOT, M. Points de vue sur la perception des paysages, **L'Espace Géographique**, Paris, n. 3, p. 211-217, 1986.

CONN, S.A. When the earth hurts, who responds? In: ROSZAK, T.; GOMES, M.E.; KANNER, A. **Ecopsychology: restoring the earth, healing the mind**. New York: Sierra Club/Crown Publishers, 1995. p. 156-171.

CONN, S. A. The self-world connection: implications for mental health and psychotherapy, **Woman of Power**, New York, n. 20, p. 71-77, spring/1991.

CONSTANTINO, R. M. **Uma ecologia para o som: faces e interfaces na qualidade acústica de vida**. 2003. 120 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2003.

CORRAL-VERDUGO, V. A structural model of proenvironmental competency. **Environment and Behavior**, Beverly Hills, n.34; p. 531-549, 2002.

CORRAL-VERDUGO, V. La definición del comportamiento proambiental. **La Psicología Social en México**, México, v. 8, p. 466-467, 2000.

CORRALIZA, J. A.; BERENGUER, J. Environmental values, beliefs, and actions: a situational approach, **Environment and Behavior**, Beverly Hills, n.32, p. 832- 848, 2000.

CORRALIZA, J. A.; MARTÍN, R. Estilos de vida, actitudes y comportamientos ambientales. **Medio Ambiente y Comportamiento Humano**, Tenerife, v.1, p. 31-56, 2000.

CORRALIZA, J. A.; GILMARTIN, M. A. Psicología social ambiental: ideas y contextos de intervención. In: ALVARO, J. L.; GARRIDO, A.; TORREGROSA, J.R. (Coord.). **Psicología social aplicada**. Madrid: McGraw Hill, 1996. p. 409-426.

COSGROVE, D. Landscape: ecology and semiosis. In: PALANG, H.; FRY, G. (Ed.) **Landscape interfaces: cultural heritage in changing landscapes**. Dordrecht: Kluwer Academic, 2003. p. 15-20.

CRAIK, K.; ZUBE, I. (Ed.) **Perceiving environmental quality**. New York: Plenum, 1976.

CUSTÓDIO, H. B. Legislação ambiental e proteção da paisagem, **Economia, Legislação e Educação Ambiental / OLAM – Ciência & Tecnologia**, Rio Claro, v. 2, n.1, p.58-94, abril. 2002.

CUSTÓDIO, H. B. Aspectos legais e constitucionais da paisagem, In: SEMINÁRIO...,1989, São Paulo. **A IMAGEM DE SÃO PAULO: anais...** São Paulo, 1989.

D'AMBROSIO, U. **Transdisciplinaridade**. São Paulo: Palas Athena, 1997.

DALY, H. E. On economics as a life science, **The Journal of Political Economy**, Chicago, v. 76, n. 3, p. 392-406, may-jun. 1968.

DANSEREAU, Pierre. **Inscape and landscape**: the human perception of environment. New York: Columbia University Press, 1975.

DARDEL, E. **L'homme et la Terre**: nature de la réalité géographique. Paris: Presses Universitaires de France, 1952.

DARLEY, J. M.; GILBERT, D. T. Social psychological aspects of environmental psychology. In: LINDZEY, G.; ARONSON, E. (Ed.). **The handbook of social psychology**. New York: Random House. 1985. p. 949-992.

DAVID, L.; BOWDEN, M. (Ed.). **Geographies of the mind**: essays in historical geosophy. New York: Oxford University Press, 1976. p. 11-39.

DE GROOT, R. S. **Functions of nature**: evaluation of nature in environmental planning, management and decision making. Amsterdam: Wolters-Noordhoff, 1992.

DEARDEN, P.; SADLER, B. (Ed.). **Landscape evaluation**: approaches and applications. Victoria: University of Victoria, 1989.

DE CASTRO, R. ¿Estamos dispuestos a proteger nuestro medio ambiente? Intención de conducta y comportamiento proambiental, **Medio Ambiente y Comportamiento Humano**, Tenerife, v. 3, p. 107-118, 2002.

DE CASTRO, R. Naturaleza y funciones de las actitudes ambientales, **Estudios de Psicología**, Madrid, v. 22, p. 11-22, 2001.

DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. (Org). **Percepção ambiental**: a experiência brasileira. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

DEVEREUX, P; STEELE, J.; KUBRIN, D. **Earthmind**. New York: Harper & Row, 1989.

DEWEY, J. **Experience and nature**. New York: Norton, 1929.

DÍAZ PIÑEDA, F.; GARCIA NOVO, F.; GONZALEZ BERNÁLDEZ, F. et al. Terrestrial ecosystem adjacent to large reservoirs. Ecological survey and impact diagnosis. International Commission on Large Dams, **XI Congress**. Centro de Estudios Hidrográficos: Madrid, 1973.

DISPOTO, R. Interrelationships among measures of environmental activity, emotionality and knowledge. **Educational and Psychological Measurement**, Durham, v.37, p. 451- 459, Summer, 1977.

DUBOS, R. J. **Namorando a Terra**. São Paulo: EDUSP/ Melhoramentos, 1981.

DUBOS, R. J. **Um deus interior**: uma filosofia prática para a mais completa realização das potencialidades humanas. São Paulo: Melhoramentos/EDUSP, 1975.

DUBOS, R. J. **Um animal tão humano**. São Paulo: Melhoramentos/EDUSP, 1974.

DURAND, G. **As estruturas antropológicas do imaginário**: introdução à arquetipologia geral. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

DURAND, G. **O imaginário**: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem. Rio de Janeiro: DIFEL, 1998.

DURAND, G. **A imaginação simbólica**. São Paulo: Cultrix / USP, 1988.

ECNC PROJECT. **Monograph on european landscapes**: classification, evaluation and conservation. The Netherlands: European Centre for Nature Conservation, 1997.

EHRENFELD, D. Por que atribuir um valor à biodiversidade? In: WILSON, E. O. **Biodiversidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p. 269-274.

EHRENFELD, D. **A arrogância do humanismo**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

ELIADE, M. **Imagens e símbolos**: ensaios sobre o simbolismo mágico-religioso. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

EPSTEIN, G. **A terapia do sonho acordado**. Campinas: Livro Pleno, 2001.

EPSTEIN, G. **Imagens que curam**: guia completo para a terapia pela imagem. Campinas: Livro Pleno, 1999.

EPSTEIN, G. **Curar para a imortalidade**. Campinas: Editorial Psy, 1998.

FARINA A.; BELGRANO, A. The eco-field: a new paradigm for landscape ecology, **Ecological Research**, Tsukuba, v.19, n.1, p. 107-110, 2004.

FERRARA, L. A. **O olhar periférico**. São Paulo: EDUSP, 1993.

FERREIRA, I. S. **Tutela penal do patrimônio cultural**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

FERREIRA, S. T. de L. **A percepção geográfica da paisagem dos gerais no 'Grande Sertão: Veredas'**. 1990. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro/SP, 1990.

FINGER, M. From knowledge to action? Exploring the relationships between environmental experiences, learning, and behavior, **Journal of Social Issues**, Malden, v. 50, p. 141-160, 1994.

FLECK, M. et al. *Desenvolvimento do WHOQOL*, 1998. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/psi/whoqol1.html>>. Acesso em: 17 ago. 2004.

FORMAN, R.; GODRON, M. **Landscape ecology**. New York: John Wiley & Sons, 1986.

FRANKL, V. et al. **Dar sentido à vida**. Petrópolis: Vozes, 1990.

FREGTMAN, C.D. **Música transpessoal**: uma cartografia holística da arte, ciência e do misticismo. São Paulo: Cultrix, 1995.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FRÉMONT, A. **A região, espaço vivido**. Coimbra: Almedina, 1980.

FRIDLIN, V.; GORODOVITS, D; FRIDLIN, J. **Salmos**: com tradução e transliteração. São Paulo: Sêfer, 1999.

GARCÍA-MIRA, R.; REAL, J. E. Valores, actitudes y creencias: hacia un modelo predictivo del ambientalismo, **Medio Ambiente y Comportamiento Humano**, Tenerife, n. 2, p. 21-43, 2001.

GÄRLING, T.; EVANS, G. W. (Ed.). **Environment, cognition, and action**: an integrated approach. New York: Oxford, 1991.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIFFORD, R. **Environmental psychology**: principles and practices. Boston: Allyn & Bacon, 1997.

GODKIN, M. A. Identidad y Lugar: aplicaciones clínicas basadas en las nociones de arraigo y desarrollo, In: RAMÓN, M.D.G. (Org.), **Teoria y metodo en la geografía anglosajona**. Barcelona: Ariel Geografía, 1985. p. 242-253.

GONZÁLEZ BERNÁLDEZ, F. **Invitación a la ecología humana**: la adaptación afectiva al entorno, Madrid: Tecnos, 1985.

GONZÁLEZ BERNÁLDEZ, F. **Ecología y paisaje**. Madrid: Blume, 1981.

GOOD, W. J.; HATT, P. K. **Métodos em pesquisa social**. São Paulo: Nacional 1972.

GREENWAY, R. The wilderness effect and ecopsychology, In: ROSZAK, T.; GOMES, M.E.; KANNER, A. **Ecopsychology**: restoring the earth, healing the mind. New York: Sierra Club/Crown Publishers, 1995. p. 122-135.

GRÉGOIRE, R. **Communauté d'apprentissage, une définition**. Disponível em: <<http://www.fse.ulaval.ca/fac/tact/fr/html/prj-7.1/commune2.html>,1998>. Acesso em: 17 jul. 2007.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. Campinas: Papirus, 1990.

GUIMARÃES, S. T. L.; DACANAL, C. Arquitetar para viver. Educar para conservar: faces da qualidade ambiental e da qualidade de vida na conservação do meio ambiente, **CLIMEP - Climatologia e Estudos da Paisagem**, Rio Claro, v.1, p.20 - 39, 2006.

GUIMARÃES, S.T.L. Planejamento e proteção dos recursos paisagísticos: aspectos relacionados à cognição, percepção e interpretação da paisagem. **OLAM – Ciência & Tecnologia**, Rio Claro, v. 5, n. 1, maio p. 202-219, 2005a.

GUIMARÃES, S.T.L. Nas Trilhas da Qualidade: algumas idéias, visões e conceitos sobre qualidade ambiental e de vida..., **Revista GEOSUL**, UFSC, Florianópolis, n.40, p. 7-26, julho-dez. 2005b.

GUIMARÃES, S. T. de L. Dimensões da Percepção e Interpretação do Meio Ambiente: vislumbres e sensibilidades das vivências na natureza, **OLAM – Ciência & Tecnologia**, Rio Claro, v. 5, n. 1, p. 202-219, maio 2004.

GUIMARÃES, S. T. L. Paisagens e ciganos: uma reflexão sobre paisagens de medo, topofilia e topofobia, In: ALMEIDA, M. G.; RATTS, A. J. P, **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003. p. 49-69.

GUIMARÃES, S. T. L. Percepção ambiental e conservação de recursos paisagísticos em áreas de turismo rural e ambiental. In: FERREIRA, Y.N. (Org.). **Construção do saber urbano ambiental: a caminho da transdisciplinaridade**. Londrina: Humanidades, 2002. p. 334-345.

GUIMARÃES, S. T. L. Percepción ambiental: un camino para conocer y reconstruir el paisaje vivido, In: WAISMAN, L.; SHOCRON, M. **EducarNos: nuevas propuestas para la educación y la convivencia**. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2001. p.184-190.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2000.

HARPER, S. The way of wilderness, In: ROSZAK, T.; GOMES, M.E.; KANNER, A. **Ecopsychology: restoring the earth, healing the mind**. New York: Sierra Club/Crown Publishers, 1995. p. 183-200.

HEIMSTRA, N. W.; McFARLING, L.H. **Psicologia ambiental**. São Paulo: E.P.U./EDUSP, 1978.

HESSE, H. **Sidarta**. Rio de Janeiro, Record, 27ª. edição, [19--], p. 153.

HODGES, C.W. **The measurement of landscapes aesthetics**: Working Paper, n.2. Toronto: University of Toronto, 1978.

HUGGET, R. J. **Geoecology: an evolutionary approach**. London: Routledge, 1995.

HUTCHISON, D. **Educação ecológica: idéias sobre consciência ambiental**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

ITTELSON, W.H. Environmental perception and urban experience. **Environmental and Behavior**, Sacramento, n.10, p.193-213, 1978.

ITTELSON, W. H.; PROSHANSKY, H. M.; RIVLIN, L. G.; WINKEL, G. H. **An introduction to environmental psychology**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1974.

ITTELSON, W.H. (Ed.). **Environmental perception**. New York: Seminar Press, 1973.

IUCN. **Guidelines for protected areas management categories**. Cambridge: World Conservation Monitoring Centre (WCMC), 1994.

JONAS, H. **El principio de responsabilidad**: ensayo de una ética para la civilización tecnológica. Barcelona: Herder, 1995.

JUNQUEIRA, P.F. C. et al. **Curso de trilhas de interpretação da natureza**. Poços de Caldas: Centro de Estudos e Pesquisas Ambientais CEPA/ALCOA, 1997.

KALS, E.; SCHUMACHER, D.; MONTADA, L. Emotional affinity toward nature as a motivational basis to protect nature, **Environment and Behavior**, Sacramento, v. 31, p. 178-202, 1999.

KELLERT, S. The biological basis for human values of nature. In: WILSON, E. O.; KELLERT, S.R. (Ed). **The biophilia hypothesis**. Washington: Island Press, 1993. p. 42-69.

KLUCKHOHN, C. The scientific study of values and contemporary civilization, **Proceedings of the American Philosophical Society**, Philadelphia, v. 102, p. 469-476, 1958.

KLUCKHOHN, C. Values and value-orientation in the theory of action: an exploration in definition and classification. In: PARSONS, T.; SHILS, E. (Ed.). **Toward a general theory of action**. Cambridge: Harvard University, 1951. p. 388-433.

KOBAYASHI, T. A Suggestion about environment education using the five senses, **Marine Pollution Bulletin**, Oxford, Vol. 23, p. 623-626, 1991.

KRAUSE, D. Environmental consciousness: an empirical study. **Environment and Behavior**, Sacramento, v. 25, p. 126-142, 1993.

KUNREUTHER, H. Risk analysis and risk management in an uncertain world, **Risk Analysis**, New York, v. 22, p. 655-664, 2002.

LEY, D.; SAMUELS, M.S. **Humanistic geography**: prospects and problems. Chicago: Maaroufa Press, 1978.

LIBÓRIO, M. G. C. A paisagem e sua proteção legal no Brasil, **Cadernos Paisagem. Paisagens 3**, Rio Claro: UNESP, p.61-69, 1998.

LIMA, S. T. Paisagens do medo: campos de concentração e ciganos. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v.9, p.59 - 62, 1999.

LIMA, S. T. Trilhas interpretativas: a aventura de conhecer a paisagem, **Cadernos Paisagem. Paisagens 3**. Rio Claro: UNESP, 1998, p.39-44.

LIMA, S. T. **Paisagens & Ciganos**. 1996. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro/SP, 1997.

LOWENTHAL, D. Geografia, experiência e imaginação: em direção a uma epistemologia geográfica, In: CHRISTOFOLETTI, A. **Perspectivas da geografia**. São Paulo: DIFEL, 1985.

LOWENTHAL, D. Age and Artifact: dilemmas of appreciation, In; MEINING, D. W. (Ed.). **The interpretation of ordinary landscape: geographical essays**. Oxford: Oxford University, 1979.

LOWENTHAL, D.; PRINCE, H. C. **Finding valued landscapes**: Working Paper, no 4, Toronto: Institute for Environmental Studies, 1978.

LOWENTHAL, D.; BOURDEN, M. (Ed.). **Geographies of the mind**. New York: Oxford University Press, 1976.

LOWENTHAL, D. (Ed.). **Environmental perception and behavior**. Chicago: University of Chicago, 1967.

LOWENTHAL, D. Geography, Experience and Imagination: towards a geographical epistemology, **Annals of The Association of American Geographers**, Washington, v. 51, n. 3, p. 241-260, 1961.

LUBICZ, R.A. S. de. **Symbol and the symbolic**. Brookline: Autumn Press, 1978.

LUCIO, J. V. La diversidad paisajística, In: BENAYAS DEL ÁLAMO, J. et al. **Viviendo el paisaje: guía didáctica para interpretar y actuar sobre el paisaje**. Madrid: Fundación NatWest, 1994. p. 27-36.

MACY, J. Working through environmental despair, In: ROSZAK, T.; GOMES, M.E.; KANNER, A. **Ecopsychology: restoring the earth, healing the mind**. New York: Sierra Club/Crown Publishers, 1995. p. 240-259.

MACY, J. **World as lover, world as self**. Berkeley: Parallax, 1991.

MARCEL, G. **Man against mass society**. Chicago: Requery, 1950.

MAROTI, P. S. **Educação e interpretação ambiental junto à comunidade do entorno de uma unidade de conservação**. 2002. Tese (Doutorado em Ciências) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, 2002.

MARSHALL, E. Fear as a form of pollution, **Science**, New York, n. 215, p. 481, 1982,

MARTÍNEZ-SOTO, J. Comportamiento proambiental. Una aproximación al estudio del desarrollo sustentable con énfasis en el comportamiento persona-ambiente, Theomai, Quilmes, Invierno 2004. <<http://revista-theomai.unq.edu.ar/numespecial2004/art%20soto%20numespec2004.htm>>. Acesso em: 18 jun. 2007.

MASLOW, A. H. **Motivation and personality**. New York: Harper and Row, 1970.

MATURANA, H. R.; VARELA, F. **De máquinas e seres vivos: autopoiese, a organização do vivo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MATURANA, H.; VARELA, F. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas do entendimento humano**. Campinas: Psy, 1995.

MATURANA, H. R. **El sentido de lo humano**. Santiago: Hachette, 1992.

MATURANA, H. R.; VARELA, F. **The tree of knowledge**. Boston: Shambhala, 1987.

MATURANA, H. R.; VARELA, F. **Autopoiesis and cognition**. Dordrecht: D. Reidel, 1980.

MEADOWS, D. L.; MEADOWS, D. H.; RANDERS, J. et al. **Limites do crescimento: um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade**. São Paulo: Perspectiva. 1972.

MEINING, D. W. (Ed.). **The interpretation of ordinary landscapes: geographical essay's**. Oxford: Oxford University Press, 1979.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999a.

MERLEAU-PONTY, M. **O visível e o invisível**. São Paulo: Perspectiva, 1999b.

METZNER, R. The psychopathology of the human-natures relationship, In: ROSZAK, T.; GOMES, M.E.; KANNER, A. **Ecopsychology: restoring the earth, healing the mind**. New York: Sierra Club/Crown Publishers, 1995. p. 55-67.

MONTESORI, M. **Educación para la paz**. Buenos Aires: Errepar, 1998.

MORAIS, R. de. **Espiritualidade e educação**. Campinas: Centro Espírita Allan Kardec/Depto. Editorial, 2002a.

MORAIS, R. de. **Evolução humana e fatos históricos**. Capivari: EME, 2002b.

MORAIS, R. de. **Ecologia da mente**. Campinas: Editorial Psy, 1993.

MORAIS, R. de. **Estudos de filosofia da cultura**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

MORIN, E.; KERN, A.B. **Terre-Patrie**. Paris: Seuil, 1993.

MOPT. **Guía para la elaboración de estudios del medio físico. Contenidos y metodología.** Madrid: Ministerio de Obras Públicas y Transportes, 1992.

MYERS, D. **Introdução à psicologia geral.** Rio de Janeiro: LTC, 1998.

NAESS, A. The Basics of Deep Ecology, **The Trumpeter**, l. 21, n.1, p.61-71, 2005, <<http://trumpeter.athabasca.ca/index.php/trumpet/article/viewFile/44/39>>. Acesso em: 06 jun. 2007.

NAESS, A. **Ecology, community and lifestyle.** Cambridge: University Press, 1989.

NAESS, A. Self realization: an ecological approach to being in the world, In: SEED, J. et al. **Thinking like a mountain:** towards a council of all beings. Philadelphia: New Society, 1988.

NAVEH, Z. Interpretation and transdisciplinary science of ecological and cultural landscape restoration, **Restoration Ecology**, Malden, v. 13, n. 1, p. 228–234, 2005.

NAVEH, Z. Landscape complexity versus ecosystem complexity implication for landscape planning and management. In: CONGRESSO NAZIONALE DELLA SOCIETÀ ITALIANA DI ECOLOGIA, 12, Urbino. **Anais...** Urbino, 2002. p. 35-54.

NAVEH, Z. Ten major premises for a holistic conception of multifunctional landscapes, **Landscape and Urban Planning**, Amsterdam, n. 57, p. 269-284, 2001.

NAVEH, Z. The total human ecosystem: integrating ecology and economics, **BioScience**, Washington, v. 50, n. 4, p. 357-361, 2000.

NAVEH, Z. Ecological and cultural landscape restoration and the cultural evolution towards a post-industrial symbiosis between human society and nature, **Restoration Ecology**, Malden, v. 6, n. 2, p.135-143, 1998.

NAVEH, Z.; Interactions of landscapes and cultures, **Landscape and Urban Planning**, Amsterdam, v. 32, n. 1, p. 43-54, 1995.

NAVEH, Z.; Red Books for threatened Mediterranean landscapes as an innovative tool for holistic landscape conservation. Introduction to the western Crete Red Book case study, **Landscape and Urban Planning**, Amsterdam, v. 24, n. 1-4, p. 241-247, 1993.

NAVEH, Z.; LIEBERMAN, A. **Ecology of landscapes:** theory and application. New York: Springer-Verlag, 1994.

NORDLUND, A.M.; GARVILL, J. Value structures behind proenvironmental behavior, **Environment and Behavior**, Sacramento, v. 34, p. 740-756, 2002.

NORTON, B. Mercadoria, comodidade e moralidade: os limites da quantificação na avaliação da biodiversidade, In: WILSON, E. O. **Biodiversidade.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 253-260.

O'CONNOR, T. Therapy for a dying planet, In: ROSZAK, T.; GOMES, M.E.; KANNER, A. **Ecopsychology: restoring the earth, healing the mind**. New York: Sierra Club/Crown Publishers, 1995. p. 149-155.

O'CONNOR, J.; SEYMOUR, J. **Introdução à programação neurolingüística**. São Paulo: SUMMUS, 1995.

ODUM, H. T. **Environment, power and society**. New York: John Wiley & Sons, 1971.

ODUM, H. T. **Environmental accounting: energy and environmental decision making**. New York: John Wiley & Sons, 1996.

OSGOOD, C. E. The nature and measurement of meaning, **The Psychological Bulletin**, Washington, v. 9, p.197-237, 1952.

OSGOOD, C. E.; SUCI, G.; TANNENBAUN, P. **The measurement of meaning, Urbana, Ill.** Champaign: University of Illinois Press, 1957.

PENNING-ROUSELL, E.; LOWENTHAL, D. **Landscape meanings and values**. London: Allen and Unwin, 1986.

PREDIERI, A. **Urbanística, tutela del paesaggio, espropriazone**. Milano: Giuffré, 1969.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, C. Paysage et territorialité, **Cahiers de Géographie de Québec**, Québec, vol. 21, nº 53-54, 1977.

RANDALL, A. O que os economistas tradicionais têm a dizer sobre o valor da biodiversidade, In: WILSON, E. O. **Biodiversidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p. 275-283.

RAPPOPORT, A. **Aspectos humanos de la forma humana**. Barcelona: Gustavo Gili, 1978.

RAPOPORT, R. N. Environmental values and the search for a global ethic. **Journal of Environmental Psychology**, London, v. 13, p. 173-182, 1993.

REEVES, H. **L'heure de s'ennivrer. L'univers at-il un sens ?** Paris: Éditions du Seuil, 1990.

RELPH, E. **Rational landscapes and humanistic geography**. London: Croom Helm, 1981.

RELPH, E. As bases fenomenológicas da geografia, **Geografia**, Rio Claro, v.7, p.01-25, 1979.

RELPH, E. **Place and placelessness**. London: Pion, 1976.

REMEN, R. N. **Histórias que curam**: conversas sábias ao pé do fogão. São Paulo: Ágora, 1998.

RIBAS VILÀS, J. Estudios de paisajismo, In: BOLÓS, M. de. **Manual de ciência de paisaje**. Barcelona: Masson, 1992. p. 205-218.

RIBON, M. **A arte e a natureza**. Campinas: Papirus, 1991.

ROBOTTOM, I.; HART, P. **Research in environmental education**. Victoria: Deakin University, 1993.

ROHDE, M. **Epistemologia ambiental**: uma abordagem filosófica-científica sobre a efetuação humana alopoiética. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

ROKEACH, M. **The nature of human values**. New York: Free Press, 1973.

ROSZAK, B. The spirit of the goddess, In: ROSZAK, T.; GOMES, M.E.; KANNER, A. **Ecopsychology**: restoring the earth, healing the mind. New York: Sierra Club/Crown Publishers, 1995, p. 288-300.

ROSZAK, T.; GOMES, M.E.; KANNER, A. **Ecopsychology**: restoring the earth, healing the mind. New York: Sierra Club/Crown Publishers, 1995a.

ROSZAK, T. Where Psyche meets Gaia, In: ROSZAK, T.; GOMES, M.E.; KANNER, A. **Ecopsychology**: restoring the earth, healing the mind. New York: Sierra Club/Crown Publishers, 1995b, p. 01-17.

ROSZAK, T. **The voice of the earth**: an exploration of ecopsychology. New York: Touchstone, 1993.

ROUGERIE, G. ; BEROUTCHACHVILI, N. **Géosystemes et paysages**: bilan et methodes. Paris: Armand Colin, 1991.

RUIZ, P. O.; VALLEJOS, R. M. **Los valores en la educación**. Barcelona: Ariel, 2001.

RUSEL, J.; WARD, M. Environmental psychology, **Annual Review of Psychology**, Palo Alto, v. 33, p. 651-658, 1982.

SAARINEN, T. F. **Environmental planning perception and behavior**. Boston: Houghton Mifflin, 1976.

SAARINEN, T.F. Perception of environment, **Resource Paper/5**, Washington: Association of American Geographers, 1969.

SÁBATO, E. **Homens e engrenagens**. Campinas: Papirus, 1988.

SACHS, I. Quelles régulations pour un développement durable, **Écologie et Politique**, Paris, n. 15, p. 13-22, 1995.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1981.

SAEGERT S.; WINKEL, G. Environmental psychology, **Annual Review of Psychology**, Palo Alto, v. 41, p. 441-477, 1990.

SANSOT, P. **Variations paysagères**: invitation au paysage. Paris: Klincksieck, 1983.

SANTAYANA, G. **The sense of beauty**. New York: Dover, 1955.

SARDELLO, R. **Facing the world with soul**. Hudson: Lindisfarne, 1992.

SEED, J; MACY, J.; FLEMMING, P.; NAESS, A. **Thinking like a mountain**: towards a council of all beings. London: Heretic Books, 1988.

SEIBERT, P. Seminário Manejo da Paisagem e Mapeamento da Vegetação/ Parque Estadual de Campos do Jordão. Instituto Florestal de São Paulo, **Publicação I.F.**, São Paulo, n. 05, jan/1978.

SCHAFER, M. **A afinação do mundo**. São Paulo: UNESP, 2001.

SCHELER, M. **Man's place in nature**. New York: The Noonday Press, 1928;

SCHIFF, M.R. Considerações teóricas sobre a percepção e a atitude. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro, v.3, n.6, p.47-61, 1973.

SCHUCMAN, H. **Um curso em milagres**. Glen Ellen, CA: Foundation for Inner Peace, 1994. p. xix.

SCHUTZ, A. **On phenomenology and social relations**. Chicago: University of Chicago, 1970.

SCHWEITZER, A. **Decadência e regeneração da cultura**. São Paulo: Melhoramentos, 1959.

SEAMON, D. **A geography of the lifeworld**. London: Croom Helm, 1979.

SEWALL, L. The skill of ecological perception, In: ROSZAK, T.; GOMES, M.E.; KANNER, A. **Ecopsychology**: restoring the earth, healing the mind. New York: Sierra Club/Crown Publishers, 1995. p. 201-215.

SHAPIRO, E. Restoring habitats, communities, and souls, In: ROSZAK, T.; GOMES, M.E.; KANNER, A. **Ecopsychology**: restoring the earth, healing the mind. New York: Sierra Club/Crown Publishers, 1995. p. 224-239.

SIMMONS, I. G. **Interpreting nature**: cultural constructions of the environment. London: Routledge, 1993.

SIMMONS, I.G. **Ecologia de los recursos naturales**. Barcelona: Omega, 1982.

SOCHAVA, V.B. Estudo de Geossistemas. **Métodos em questão**, São Paulo, v. 16, p. 1-52, 1977.

SPICZKOWSKI, A. **Educação e Talmud**. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2002.

STEG, L.; SIEVERS, I. Cultural theory and individual perceptions of environmental risks, **Environment and Behavior**, Sacramento, n. 32, p. 250-269, 2000.

STEINER, R. **A filosofia da liberdade**: fundamentos para uma filosofia moderna. Resultados com base na observação pensante, segundo método das ciências naturais. São Paulo: Antroposófica, 2000.

STEINER, R. **Verdade e ciência**: prelúdio para uma filosofia da liberdade. São Paulo: Associação Pedagógica Rudolf Steiner, 1979.

STOKOLS, D.; ALTMAN, I. (Ed.). **Handbook of environmental psychology**. New York: Wiley, 1987.

STOLNITZ, J. **Aesthetics and the philosophy of art criticism**. Boston: Houghton Mifflin, 1960.

SUMMERS, G.F. (Org.). **Medición de actitudes**. México: Editorial Trillas, 1978.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1994.

THOMPSON, S. C. G.; BARTON, M. A. Ecocentric and anthropocentric attitudes towards the environment, **Journal of Environmental Psychology**, London, v. 4, p. 149-157, 1994.

TILBURY, D. Environmental education for sustainability: defining the new focus of environmental education in the 1990s, **Environmental Education Research**, Abingdon, v. 1, n. 2, p. 195-212, 1995.

TILDEN, F. **Interpreting our heritage**. Chapel Hill: University of North Carolina, 1977.

TUAN, Y-F. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

TUAN, Y-F. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

TUAN, Y-F. **Landscape of fear**. Oxford: Basil Blackwell, 1979.

TUAN, Y-F. **Space and place**: the perspective of experience. Minneapolis: University of Minnesota, 1977.

TUAN, Y-F. **Topophilia**: a study of environmental perception, attitudes, values. New York: Prentice-Hall, 1974.

TUAN, Y-F. **Man and nature**, **Resource Paper**, n. 10, 1971a.

TUAN, Y-F. Geography, phenomenology and the study of human nature, **Canadian Geographer**, no 3, vol. 15, 1971b, p. 181-192.

TUAN, Y-F. **Segmented worlds and self**: group life and individual consciousness. Minneapolis: University of Minnesota, 1984.

TUAN, Y-F. Attitudes toward environment: themes and approaches, In: LOWENTHAL, D. (Ed.). **Environmental Perception and Behavior**. Chicago: University of Chicago, p. 4 -17, 1967.

TUAN, Y-F. Space and place: humanistic perspective, **Progress in Geography**, Cambridge, v. 6, p. 211-252, 1964.

TUNNELL, G. B. Three dimensions of naturalness: an expanded definition of field research, **Psychological Bulletin**, Washington, v. 84, p. 426-437, 1977.

UNESCO. **Expert panel on project 13**: perception of environmental quality. Final Report. Programme on Man and the Biosphere (MAB). Paris: UNESCO, 1973.

UNGER, N. M. **O encantamento do humano**: ecologia e espiritualidade. São Paulo: Loyola, 1991.

URBINA, J.; ACUÑA, M.; TORRES, O. Implicaciones de la percepción de riesgos ambientales en la prevención de desastres, **Psicología y Ciencia Social**, México, v. 4, n. 2, p. 72-77, 2000.

URBINA, J.; ARAÚJO, J. Prólogo, In: ÁLAMO, J.B. del et al. **Viviendo el paisaje**: guía didáctica para interpretar y actuar sobre el paisaje. Madrid: Fundación NatWest, 1994. p. 13-14.

URBINA, J.; ORTEGA, P.; BECHTEL, R. (Ed.) **Healthy environments**: proceedings of the 22 Environmental Design Research Association Conference. Oklahoma: EDRA, 1991.

URBINA, J. Las condiciones ambientales urbanas como generadoras de estrés, **OMNIA**, Mexico, v. 4, n. 11, p. 29-38, 1988.

URBINA, J.; ORTEGA, P. Environmental organization of child care centers and their effects on social interactions and involvement in academic activities, In: POL, E.; MORALES, M.; MONTAÑOLA, J. (Ed.), **Toward a better school environment**, Barcelona: ICE, 1983. p. 127-152.

WAISMAN, L.; SHOCRON, M. **Educarnos**: nuevas propuestas para la educación y la convivencia. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2001.

WAGSTAFF, J. M. (Ed.). **Landscape & culture**: geographical and archaeocological perspectives. New York: Basil Blackwell, 1987.

WANDERLEY, V. **A pedra do reino: sertão vivido de Ariano Suassuna.** 1997. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro/SP, 1997.

WARD, B.; DUBOS, R. **Uma Terra somente: a preservação de um pequeno planeta.** São Paulo: EDUSP, 1973.

WELLBURN, A. **A filosofia de Rudolf Steiner e a crise do pensamento contemporâneo.** São Paulo: Madras, 2005.

WESTMAN, W.E. **Ecology, impact assessment and environmental planning.** New York: John Wiley and Sons, 1985.

WHYTE, A. V T. **Guidelines for fields studies in environmental perception: MAB** - Technical Notes 5. Paris: UNESCO, 1977.

WILSON, E. O. **Consiliência: a unidade do conhecimento.** Rio de Janeiro: Campus, 1999.

WILSON, E. O. **Biodiversidade.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

WILSON, E. O.; KELLERT, S.R. (Ed.). **The biophilia hypothesis.** Washington: Island Press/Shearwater Books, 1993.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Our common future.** New York: Oxford University Press, 1987.

ZUBE, E. H. Environmental psychology, global issues, and local landscape research. **Journal of Environmental Psychology**, London, v. 11, p. 321-334, 1991.

ZUBEN, A. von. Introdução, In: BUBER, M. **Eu e tu.** São Paulo: Centauro, 2004. p. 9-51.